

**São dois
milhões e meio
de contos**

Lucros da Banca passam para os cofres do Estado

O Estado vai receber, a título de remuneração dos capitais próprios nas instituições bancárias, a importância de dois milhões e 610 mil contos. Este montante será abatido dos lucros da Banca nacionalizada aos quais deverão ser também retirados 10 por cento para a reserva legal e o remanescente afectado a outras reservas.

A distribuição das fatias que o Orçamento vai buscar à banca foi fixada por despacho (n.º 26/83) do Ministério das Finanças e do Plano, publicado na edição de hoje do «Diário da República», cabendo a contribuição mais vultuosa ao Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa: 950 mil contos.

As outras instituições bancárias contribuem com: Banco Pinto & Sotto Mayor — 670 mil contos; Banco de Fomento Nacional — 280; Banco Totta & Açores — 130; Crédito Predial Português — 60; Banco Nacional Ultramarino — 165; União de Bancos Portugueses — 50; Banco Borges & Irmão — 240; Banco Fonsecas & Burnay — 50; e Sociedade Financeira Portuguesa — 15.

Discurso de Soares visou consolidar liderança do «bloco central»

Apelo à trégua pensando em Belém

Um discurso moderado, de apelo à «trégua social», e que visa consolidar a liderança do «bloco central», foi o que o Primeiro-Ministro Mário Soares fez ontem na apresentação do Programa do Governo na Assembleia da República.

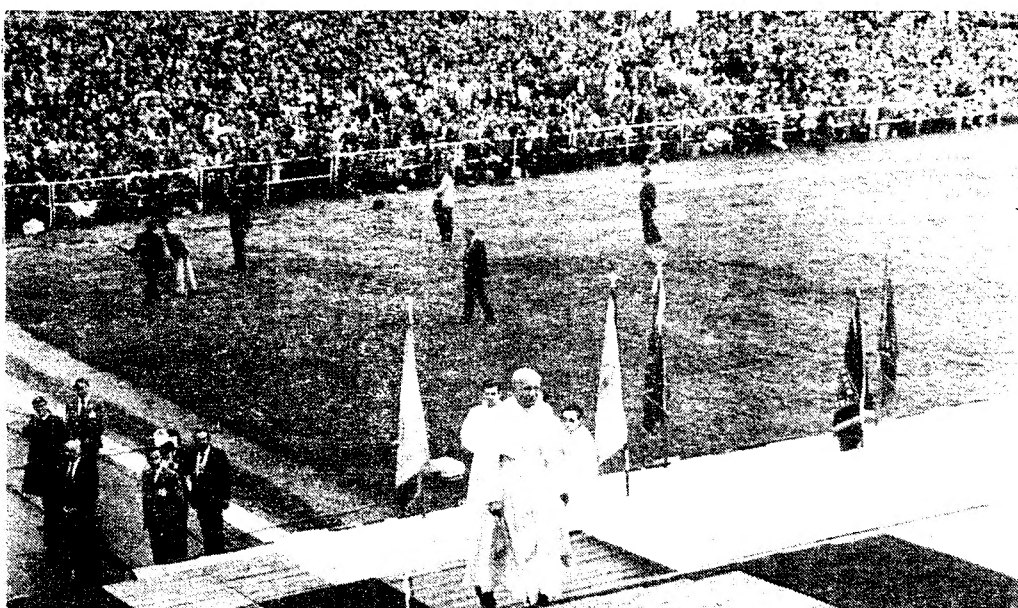
Sem grandes medidas concretas, a abertura da Banca à iniciativa privada e a Comunicação Social foram dois dos aspectos mais focados na sessão de ontem. Ao contrário do apagamento dos parti-

dos da coligação, PS e PSD, estiveram em destaque todos os outros grupos parlamentares. Lucas Pires (CDS) — o mais brilhante — assumiu a Aliança Democrática; o Partido Comunista — pela palavra de Carlos Carvalhas — diria «não» às tréguas. O debate do Programa do Governo prossegue amanhã, sendo votada a Moção de Confiança na próxima sexta-feira.

Págs. 4 e 5



Soares no Parlamento: «Sou hoje um homem diferente»



Em Katowice: João Paulo II sobe a escadaria que o conduz ao altar, contemplado por uma multidão avallada em um milhão de pessoas

Papa insiste no discurso político

Sindicatos não são dados pelo Estado

Prossegue a visita papal à Polónia, tendo ontem em Katowice, João Paulo II insistido novamente na tónica política das suas homilias. Perante uma multidão de operários, o Sumo Pontífice referiu-se ao direito de Associação em sindicatos, frisando, nomeadamente, que estes não são dados pelo Estado, mas sim conquistas do mundo do trabalho. Esta manhã em Wrocław, João Paulo II retomou, nos mesmos moldes, o seu discurso, tendo já o governo de Varsóvia reagido à homilia dedicada aos jovens, pronunciada ontem em Czeszochowa. Segundo o vice-presidente do governo, Mieczyslaw Rakowski, as afirmações de João Paulo II sobre os problemas da juventude polaca foram «generalizações absurdas».

Págs. centrais

Ataque à metralhadora ou acidente a bordo?

Dois tripulantes do Mar Formoso mortos nas águas da Mauritânia

Explosão accidental a bordo ou ataque à metralhadora por forças ainda não identificadas são as duas causas apontadas para a morte, em águas da Mauritânia, de dois tripulantes do pesqueiro «Mar Formoso», da praça de Vila Real de Santo António.

A informação, embora ainda com reservas, foi comunicada ao armador do navio, José Henriques, através de um telegrama endereçado pela Secretaria de Estado das Pescas, que, citando a Embaixada portuguesa em Dakar, identificava os dois mortos como sendo João Currito, natural de Monte Gordo, e Custavo Cus-

tódio Marques, nascido em Olhão.

José Henriques disse que o «Mar Formoso» navegava em águas da Mauritânia procedente da Guiné-Bissau, onde possui licença de pesca. Entretanto, ao que apuramos esta manhã, junto do Sindicato dos Pescadores de Vila Real de Santo António, o barco já estaria a navegar rumo a Bissau. Enquanto isto, um porta-voz do Gabinete de Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros afirmou ao «DL» que até ao momento ainda não existiam dados concretos sobre as causas do incidente.

**É FÁCIL
CONCORRER!**

**APROXIMA-SE O DIA
DO PRIMEIRO CUPÃO:
4 DE JULHO**

Carlos Botelho evocado no Álbum do Concurso:

Para além dos magníficos prémios, o Concurso «Verão 83», é acompanhado por uma iniciativa de carácter cultural: a publicação de páginas evocativas do grande artista que foi Carlos Botelho.

No ALBUM DO CONCURSO a revelação de facetas menos conhecidas do grande pintor de Lisboa: o «cartoonista» desportivo, o crítico de costumes, o comentador gráfico do quotidiano lisboeta. Concorrendo — para o que basta adquirir o «DL» nos meses de Verão — ficará com uma obra de Carlos Botelho.

Saldanha: anulados despachos de Abecasis

Os despachos de Abecasis relativos a estudos, projectos e anteprojectos da urbanização da área do Saldanha foram ontem anulados pela maioria da vereação, na sua habitual reunião das segundas-feiras.

A medida é reforçada com a criação de uma comissão que elaborará um projecto de regulamento de intervenção urbanística para aquela área e imediações, com limites a estabelecer.

A sessão camarária ficaria ainda marcada pelo facto de ter sido negado um inquérito proposto pela APU a todos os actos de gestão praticados pelo actual presidente, desde que tomou posse em Janeiro de 1980. A inviabilização dessa proposta foi o resultado da oposição do Partido Socialista, que alegou a falta de bases concretas para a proposta. Tal motivou larga estranheza por parte dos proponentes, dada a extensão da lista de actos menos claros.

Pág. 9

Vamos fazer a guerra ou lavrar a terra?

António Modesto Navarro

Durante os quatro dias do último fim-de-semana prolongado, de 10 a 13 de Junho, vários barcos de guerra permaneceram ao largo das praias da Caparica. Todas as manhãs, ao chegarmos à praia, ali estavam aqueles guardas vigilantes, quietos durante as nossas horas de sol e mar. Mas guardavam o quê? Uma Marinha quase sem barcos, com unidades que nada devem ao tempo da duração aconselhável, participava em manobras da NATO ou pura e simplesmente dava oportunidade ao pessoal para sair a barra durante uns dias?

POSTERIORMENTE, tive-
mos conhecimento de
que se tratava de um
exercício da NATO, o
«Ocean Safari». Os barcos à
vista eram um draga-minas bel-
ga, dois ingleses, dois holande-
ses e um dinamarquês, que esta-
vam envolvidos na simulação de
um campo de minas, sendo este
gloriosamente salvaguardado
por duas corvetas da Marinha de
Guerra portuguesa.

No exercício, com duração até
ao fim-de-semana de 18 e 19 de
Junho, participaram 1500 ho-
mens da nossa Marinha, que uti-
lizaram mais uma corveta, duas
fragatas, um petroleiro e dois
submarinos dos nossos. Dos
1500 marinheiros lusos, à volta
de 500 eram fuzileiros, embarca-
dos numa LDG, que simularam
desembarques na costa.

Donde, a preocupação que tal
aparato à vista das praias da Ca-
parica nos motivou justifica-se
plenamente. Será que alguém
vai dizer ao País quanto custou
uma participação tão ampla, da
nossa parte, no exercício? Não
falando já das razões ou da sem-
razão de nos envolvermos nes-
tas coisas. Enfim, talvez gestos
e ambições de gente guerreira
que sonha com outras glórias e
proveitos iguais aos de África...

Ali, apanhando sol sob a prote-
ção de tamanha artilharia, pen-
sámos noutra aplicação mais
sensata dos custos destas e dou-
tras acções de guerra simulada
ou de rotina e lembrámo-nos da
facilidade com que hoje qualquer
missil passa por cima de tal apa-
rato sem sequer ser detectado
nem dar tempo para os marinhei-
ros mergulharem no mar da cos-
ta.

Contemplação preocupante
esta, ali na areia da praia. É que
os navios nem sequer lavravam
o mar, como fazem os barquitos
dos pescadores da zona, que
pelo menos trazem peixe para a
lota.

DE reflexão em reflexão, lem-
brámo-nos de um discurso de
Jaime Gama na última campa-

nha eleitoral, proferido em Mos-
cavide, terra escolhida a dedo
para falar largamente da agricul-
tura moderna à moda da CEE e
da concentração da propriedade
em termos da criação de empre-
sários agrícolas «clarividentes e
avanzados». Sim, porque os em-
presários que temos, os peque-
nos e médios agricultores e os
trabalhadores da Reforma Agrá-
ria, esses não entendem da poda
e têm de ser ultrapassados pela
concentração ou fragmentação
das terras, conforme seja no cen-
tro e norte ou no Alentejo, para
criação de unidades «viáveis»,
em moldes amplamente capita-
listas...

Esta é a tese, grosso modo,
de Jaime Gama e, por exemplo,
também dos rapazes que elabo-
raram o chamado Plano de De-
senvolvimento Rural Integrado
para Trás-os-Montes. Uns e ou-
tros perspectivam o futuro da
agricultura para Portugal na base
do desaparecimento de muitos
milhares de pequenas e médias
propriedades familiares, como fi-
cou provado pelos estudos elabo-
rados e apresentados na Con-
ferência Democrática de Trás-
os-Montes e Alto Douro, como
vêm demonstrando ao longo dos
anos, técnicos e outros homens
e mulheres do nosso país que
defendem uma via diferente, a
do apoio claro à agricultura ac-
tual, nos seus múltiplos aspectos
e possíveis desenvolvimentos.

Estar de cócoras perante os EUA e a NATO.

JAIME GAMA está agora à
frente do Ministério dos Ne-
gócios Estrangeiros e será lícito
pensar que, como política a levar
a cabo, lavrar por lavrar, seja na
terra ou no mar, antes acordos
mais fundos com países interes-
sados no terror, na guerra sus-
pensa sobre os povos, no arma-
mento generalizado... Cabe aqui
referir que, tendo nós deixado de
colonizar outros países, e de os
explorar, não nos voltámos ainda

para a nossa terra, no sentido de
a lavrar e aproveitar em definiti-
vo; pelo contrário, quem governa
está apostado em continuar vol-
tado para o exterior, agora em
moldes ainda menos «garanti-
dos», colocando o nosso destino
à mercê de interesses que nada
têm a ver connosco. Assim vem
sendo na política externa, assim
continuará a ser por enquanto,
agora de forma mais apática e
entreguista, menos activa, tanto
mais que já não temos saídas a
não ser de fim-de-semana, para
o mar da palha do nosso desen-
canto e paralisia.

Deixamo-nos colonizar na po-
lítica externa, fazendo todo o
jogo dos EUA e da NATO, e so-
mos colonizados no interior, no-
meadamente na agricultura, atra-
vés de projectos que não têm
em conta a grande importância
da pequena e média empresa
familiar, antes pretendem anulá-
la em definitivo. Não se trata de
incentivar formas de cooperati-
vismo, de interacção nas aldeias
e vilas, apoiando o acesso à me-
canização, à produção e esco-
amento em moldes de conjunto:
trata-se de propiciar a expulsão

Eles é que querem roubar as terras aos camponeses

OUTRO caso a reter foi o da-
quela boleia dada a certo
agricultor dos Estevais, aldeia do
concelho de Moncorvo, numa
bela manhã em que regressava
de Freixo de Espada-à-Cinta. O
homem idoso está na estrada,
estende o braço e páro para o
levar até Moncorvo. No caminho,
vamos conversando sobre a si-
tuaçã da agricultura, ele per-
cebe a minha tendência política e
a certa altura confessa:

— Olhe, lá nos Estevais
dizem-me: «Ah!, se vêm os co-
munistas ficas sem as terras».
Mas eu já lhes respondi: «Da

forma que está a agricultura, que
venha o Estado e tome conta de-
las. O Estado que me sustente,
porque eu delas não tiro o ne-
cessário para viver».

Pronto, nesta confissão está
traçada a actualidade da agricul-
tura no interior. Sem apoios, à
mercê de uma larga casta de in-
termediários e especuladores,
com o vinho de consumo, por
exemplo, ainda ao mesmo preço
de 1979, e com o adubo, também
por exemplo, que no ano de
graça do nascimento da AD cus-
tava 190\$00 o saco, a custar
agora 800\$00, sem crédito nem
máquinas, sem escoamento
nem outras garantias, que resta
aos trabalhadores diurnos e noc-
turnos das terras pequenas e
médias? Esperar os últimos gol-
pes estudados pelos do MAP,
pela CEE e pelo Banco Mundial,
para transformar a terra trans-
montana (por exemplo) numa
imensa floresta produtiva de eu-
calipto para pasta de papel, que
depois srirá para produzir papel
lá fora, claro. Este é um dos ob-
jectivos dos altos capitalistas da
CEE defendidos e propagan-
deados por Basílio Horta, Jaime
Gama e outros especialistas do
«desenvolvimento» acelerado
da concentração da pequena e
média propriedade ou da frag-
mentação das UCPs e Coope-
rativas no Alentejo.

ESTES rapazes sabem
muito. Até sabem que, se
levarem milhares e milhares de
pequenos e médios agricultores
à ruína, se os obrigarem a vender
as suas terras, através do es-
trangulamento económico or-
ganizado, eles ficarão mais dis-
poníveis para venderem a sua
força de trabalho diariamente,
então já em empresas «rentáveis
e modernas» de mais de 50 ha,

milagre sagrado e moderno a
que nenhum pequeno e médio
proprietário do interior poderá
aspirar, pelo caminho que já lhe
está traçado.

O agricultor dos Estevais disse
mais verdades, pela estrada
fora, até Moncorvo. Ao passar-
mos entre aqueles dois montes
que são a maior reserva de mi-
nério de ferro da Europa Ociden-
tal e onde só funcionam os labo-
ratórios para darem apoio a ou-
tras explorações mineiras, ele
comentou:

— Sabe, nós temos uma nuvem
à frente dos olhos. Há uma
nuvem à frente dos olhos desta
gente. Elas sabem lá dessa
coisa da travagem do Plano Si-
derúrgico por causa dos interes-
ses da CEE!... Enquanto não ti-
rarem essa nuvem da frente dos
olhos, vem delá o homem dos
alforges, que é um homem dos
alforges porque vai para onde o
levo o vento, diz duas pataco-
adas na televisão e esta gente
vota nele!

Referia-se a Mário Soares,
esclareceu depois, conciso e
franco.

Continua o cerco ao país real

EM Morgadoiro, as salas de
ordem implantadas pelos
agricultores com o apoio do ve-
terinário Manuel Pardal nosso
companheiro e amigo já falecido,
estão em via de passarem para o
controlo do Complexo Agro-In-
dustrial do Cachão por influência
de caciques locais, que vêem
mal a autonomia dos produtores
de leite. A hidra sem cabeça e
sem direcção nenhuma que é o
Complexo, toma conta daquilo e
quem passa a beneficiar não são
os agricultores, que na altura
conseguiram créditos e tiveram
dinâmica para erguer uma obra
linda. O Cachão mal paga o leite
que já recebe...

É assim, voltando ao conjunto
da situação no interior. Aconte-
cem coisas más em Trás-os-
Montes como acontecem na
zona do arroz, no centro, como
acontecem no Alentejo. Des-
prezo, traições, perseguições a
quem lava a terra. Dificuldades
em deixar enraizar pessoas e

famílias na terra onde nasceram.
Cerco aos caminhos da nossa
verdadeira independência.
Cerco aos pescadores, aos ope-
rários dos estaleiros e das fábri-
cas. Cerco ao sector nacionali-
zado. Cerco ao ensino, ao Poder
Local democrático, à Saúde. Por
falar disto, da Saúde, por que
razão teria Reagan mandado um
telegrama de felicitações a Mário
Soares por ocasião da sua in-
vestidura como 1º Ministro? Teria
também a ver com a en-
trada nada saudável de Maldo-
nado Gonelha no governo,
homem da Trilateral e da con-
fiança mais confiada do imperia-
lismo?

POR aqui se vê, pelo per-
curso deste escrito, que
isto de ver ao largo das praias da
Caparica, durante quatro dias
consecutivos, vários barcos de
guerra em ar de vigilância, pode
levar a falar da perda contínua da
nossa independência, da agricul-
tura que lava cada vez menos a
terra, do desastre que é este
«Bloco Central» a caminho do
imperialismo com Jaime Gama
nos Negócios Estrangeiros, Go-
nelha na Saúde e Mota Pinto na
Defesa, da Banca em riscos de
ser entregue de bandeja aos ve-
lhos senhores dos monopólios à
portuguesa, da indústria e da
classe operária que são traídas,
da Reforma Agrária que sobre-
vive todos os dias em luta, face a
várias formas de violência di-
recta e indirecta.

Destes quatro dias de praia na
Caparica, com aqueles barcos
afinal tão frágeis lá longe, guar-
damos a sensação de que é cada
vez mais tarde para nós voltar-
mos para a descoberta das nos-
sas forças, para a lavragem da
nossa terra, abandonando de
vez projectos imperialistas onde
somos cada vez mais um sim-
ples pião sem barão sequer
para entrar no jogo.

Fazer a guerra ou lavrar a ter-
ra? Se entrarmos na primeira,
nem tempo e autonomia temos
para disparar uma salva pela
nossa morte. Se entrarmos a
fundo na segunda, nesta terra
cada vez mais abandonada,
então comecemos finalmente
a construir a nossa própria casa.
Daixamos em definitivo de fazer
filhos em mulher alheia... Sina de
desgraça que há-de durar toda a
vida. Era só o que faltava!

A guerra económica: metáfora ou alibi?

Christian Schmidt (*) Serviços Exclusivos «Le Monde»/«DL»

A referência persistente à metáfora da «guerra económica» é um fenómeno recorrente observado no vocabulário político e económico. O seu carácter cíclico mereceria, sem dúvida, uma investigação estatística que permitisse concretizar a sua frequência, amplitude e regularidade, a fim de determinar com que outros factores sociais o seu aparecimento é mais frequen-
tamente correlacionado.

TOMADA à letra na sua
aceitação militar mais
extrema, e aplicada ao
conjunto das relações
económicas contemporâneas,
essa expressão poderia signifi-
car que as lições de política eco-
nómica já não se devem procurar
do lado dos economistas profis-
sionais mas nas fileiras dos es-
trategos militares. Assim, para
compreender o funcionamento
dos câmbios externos é preferi-
vel buscar referências nos escri-
tos de Clausewitz do que nos
princípios de Ricardo, e a luta
contra os desequilíbrios macroe-
conómicos actuais encontraria
mais inspiração nas doutrinas
do general Gallois do que nas in-
vestigaçãoes de Edmond Malinvaud.
O tema da guerra económica, as-
sim concebida, daria origem,
devido às suas implicações, a uma
verdadeira revolução (ou contra-
revolução) nas ideias.

Uma análise mais cerrada,
lembra no entanto, que a guerra
económica é uma fórmula am-

bígua, que repousa numa analo-
gia duvidosa, cujo uso abusivo
podia trazer consigo o resultado
inverso do desejado pelos seus
utentes.

Ambígua quanto ao conteúdo,
a guerra económica é susceptí-
vel de tomar várias acepções.
Para nos limitarmos ao essen-
cial, ela pode designar, ou o re-
curso a meios económicos para
fins militares ou, pelo contrário,
a aplicação de técnicas militares
ao serviço de fins económicos.
O primeiro caso é muitas vezes
associado à noção discutível de
arma económica, o segundo re-
fere-se à ideia bastante vaga de
militarização da economia. Se
estas duas versões não são to-
talmente incompatíveis, elas
conduzem, no entanto, a práticas
que não têm razão alguma para
ser confundidas.

Mas é sobretudo a imprecisão
da analogia na qual se apoia,
que limita o seu alcance. Ao con-
trário do que dão a entender al-
guns dos seus defensores mais

recentes, não se trata de uma
novidade visto que esta fórmula
já florescia entre os mercantilistas
e é encontrada na pena de
Colbert. À fraqueza do seu fun-
damento lógico resulta de duas
diferenças essenciais, que deve-
ria interditar toda e qualquer assi-
milação do universo económico
ao mundo militar.

A primeira diz respeito à natu-
reza do processo, que faz neces-
sariamente intervir uma grande
variedade de actores e de pa-
péis, de tal modo que um sistema
económico não pode ser sim-
plesmente confundido com os
Estados Unidos mesmo que eles
fossem planificadores autorita-
rios. A segunda é mais profunda
e diz respeito ao significado dos
choques que em toda a altura se
manifestam na vida económica,
sem consagrar, como o combate
armado, uma linha de demarca-
ção descontinua entre a paz e a
guerra. Em 1881 Edgeworth já
apresentava o problema nestes
termos: «A competição será a

paz ou a guerra? Ambas; a paz
entre os interessados durante
o contrato, a guerra quando
alguns dos interessados rene-
gociam um contrato sem o
consentimento dos ou-
tros.» (1) Por outras palavras,
a paz e a guerra representam as
duas faces complementares das
negociações económicas. Claro
que se pode objectar que se trata
de uma análise estritamente mi-
croeconómica limitada aos câm-
bios. Mas a estrutura cada vez
mais complexa dos grupos multi-
nacionais tenderia hoje a reforçar
a primeira diferença, sem nada
atenuar a segunda.

Instrumentos de análise

Esta constatação não exclui o
recurso a certos instrumentos de
análise idênticos para apresen-
tar e tentar resolver os proble-
mas que se apresentam em ter-
mos particulares aos responsá-
veis económicos e militares. É
assim que economistas reputa-

dos como Shubik e T. Shelling
viram na teoria matemática dos
jogos uma linguagem capaz de
esclarecer, ao mesmo tempo, o
funcionamento de alguns pro-
cessos económicos (negocia-
ções, coligações, competições)
e as modalidades de desenvol-
vimento de algumas situações
de crises diplomático-estratégi-
cas (ameaças, advertências,
preempção), no respeito das
suas especificidades recíprocas.
Desenvolvimentos ulteriores
permitiram esboçar uma teoria
das alianças que vão dar a apli-
cações próprias nos dois domí-
nios (2).

Estes estudos mostram, antes
de mais, que as guerras tomam,
geralmente, a forma de um jogo
de soma «negativa», devido às
perdas que arrastam consigo,
enquanto que os jogos económi-
cos são, a maior parte das vezes,
uma soma «positiva» ou «nula»,
conforme a actividade produz ou
não um excedente. Se o cresci-
mento é negativo, é necessário
repartir as perdas, o que apro-
xima o jogo económico do jogo
da guerra. Mas esta semelhança
não basta, em si própria, para
definir, de um modo idêntico, as
estratégias nos dois casos, e não
consente a confusão entre «ga-

nhos» e «vitória», «perdas» e
«derrota». As referências repeti-
das a estas aproximações criam
a confusão e mantêm a ilusão de
que existiria uma alternativa para
as dificuldades económicas pre-
sentes, fora da análise econó-
mica, através da simples trans-
posição das doutrinas militares.

Esta atitude é tanto mais peri-
gosa quanto uma componente
principal dos desregramentos
económicos e monetários re-
side, justamente, numa interde-
pendência mais estreita do que
nunca, mas ainda bastante mal
controlada entre os jogos e as
apostas estratégicas e militares,
por um lado, económicos e so-
ciais, por outro. A importância e o
impacto das despesas de arma-
mento, o papel e a amplitude das
transferências internacionais de
material militar, mas também as
condições actuais da atribuição
do crédito internacional, consti-
tuem outros tantos sinais concre-
tos disso. A interferência das di-
mensões estratégicas e econó-
micas surge, hoje, cada vez mais
frequente e a níveis cada vez
mais variados na vida interna-
cional, e, mesmo, nacional, por
intermédio das influências exter-
nas.

Continua na pág. 8



COMUNIDADES

Vasco da Gama Fernandes

TRÊS dias na região parisiense permitiram-me, pela generosidade do Presidente da República, dois contactos com a emigração — o primeiro, em Pontault-Combault e o segundo em Montigny-Fontainebleau.

Na primeira visita assisti à inauguração do Centro Cultural Português e na segunda a um festival folclórico com uma exposição de artesanato.

Foram para mim dois dias de grande emoção. Milhares de Portugueses e Portuguesas rodearam o representante do chefe do Estado com uma excepcional manifestação de carinho e respeito.

Esperava muito mas o espectáculo cívico e patriótico ultrapassou as minhas previsões.

Claro que tinha contra mim a circunstância de nunca ter participado com portugueses numa tão grande manifestação.

Durante os tempos da ditadura e já depois do 25 de Abril, contactei, é certo, em missões políticas, núcleos de trabalhadores em França, na Bélgica e na Grã-Bretanha. Mas isso não era multidão. Desta vez sim.

Estavam à minha frente compatriotas das regiões em festa e alguns mais distantes. Conversaram, reclamaram e demonstraram quanto Portugal estava no seu coração, embora muitos deles com a certeza de não mais regressar.

O perfil etário era impressionante: homens e mulheres com longa permanência e já velhos, igualmente portugueses de meia idade e com eles uma vasta camada de jovens

já enraizados na Pátria adoptiva e de quem pouco ou nada se pode esperar. Foi na verdade um momento alto na minha vida este em que convivi, entre outros, com uma senhora de idade já com vinte e um netos nascidos em França e outros embora saudosamente que já não pensam na volta.

A comunidade portuguesa em França ainda vive muito da esperança vivida com sentimento mas as realidades são outras: são trabalhadores em crescente evolução espiritual, muitos a caminho da técnica e até das profissões liberais. São estimados, ganham bem, têm saúde e os lares já não são lares só portugueses pelo casamento e pela constituição dos novos agregados familiares.

Por todas estas razões é nosso parecer que devemos contribuir para a instalação de centros como aquele, servidos por uma diplomacia, particularmente em matéria consular, não de funcionários, mas sim de vocações como sei já existirem algumas e daí a saudade permanente por Coimbra Martins que tão bem soube entender a grandeza do apóstolado.

Por outro lado contactei com figuras do patronato francês, falei com «maiores» e outros responsáveis das municipalidades.

Com transparente sinceridade ouvi deles palavras de ternura e consideração pelos trabalhadores portugueses ocupando lugares subalternos e alguns de chefia: disciplinados, correctos, trabalhando sacrificadamente e produzindo o melhor.

Bastaria esta circunstância para que seja grande a nossa gratidão em nome de todos nós e particularmente de cerca de dois milhões de portugueses que ali vivem e muitos deles para sempre.

Ao deixar as duas regiões visitadas em que a figura do Presidente da República foi festejada com entusiasmo, ao regressar, insisto, um certo remorso picou-me o peito pois o êxodo de tantos milhares de portugueses não despõe a nosso favor, sobretudo nesta hora difícil da nossa vida nacional.

O que se passa com a emigração não é nada que nos vanglorie pois os deixámos partir sem remédio, mas no que temos orgulho é no reconhecimento de que a pequena pátria que labuta é um exemplo que não podemos desprezar.

Teve interesse a exibição dos ranchos e das canções, em espectáculos de boa qualidade e folguei saber que os jovens Portugueses se dedicavam à prática do desporto com êxitos assinaláveis.

Mas em Pontault com grande comoção inaugurei um Centro Cultural, ao lado do ilustre embaixador de Portugal em Paris, e do «maire» da localidade, a quem condecorei pelos serviços prestados à comunidade portuguesa em todos os sectores das suas actividades.

Infelizmente parece que é este por enquanto o único Centro Cultural em França, fundado e dirigido por trabalhadores que construíram o edifício e o adaptaram à sua alta missão.

COMEÇAREI por aqui.

Não há dúvida que muito se tem feito em ordem a estruturar a escola portuguesa, mercê da competência dos professores e da solidariedade das autoridades nacionais.

A obra magnífica das 800 associações portuguesas sediadas em França merece uma maior compreensão do Estado Português e o facto de subirem para a vida novas gerações de raiz Lusitana obriga-nos a considerar e a repensar as perspectivas do futuro, elevando o nível cultural dos jovens para além do conhecimento elementar da Língua e da História.

Será esta uma das formas de os vincular à raiz das suas origens e a despeito daqui a dez ou quinze anos as divisas não atravessarem as fronteiras ficará a essência duma cultura cuja valia pode vir a ter incidências positivas.

Repito: pouco há que contar, como aconteceu nos Estados Unidos e no Brasil, com o regresso dos portugueses nascidos em França e que hoje andam à volta dos dez ou quinze anos serão já cidadãos franceses cuja presença entre nós, pela sua experiência e preparação, em muito nos seria útil. Mas não tenhamos ilusões.

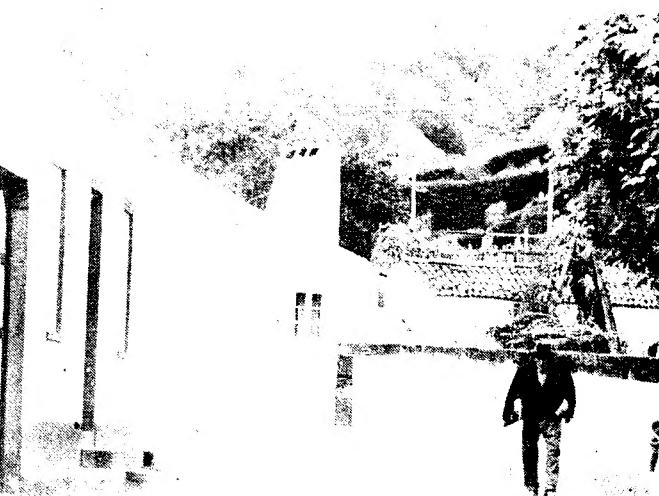
Grande momento foi este de confraternidade, de portuguesismo sadio e de persistência no trabalho e na criação.

Sejamos humildes e deixemos aqui esta mensagem emotiva onde colocamos o tal remorso e a certeza de que Portugal continuará a ter nesses trabalhadores a continuidade dum sentimento com o qual as nações se perpétuam.

ponto a ponto



O Presidente Eanes deslocou-se à «Brotéria», residência dos padres jesuítas em Lisboa, a fim de condecorar o padre Manuel Antunes com o Grande Oficialato da Ordem de Santiago da Espada. Ao fim da manhã, no Palácio de Belém, o Presidente Eanes condecorou também o ex-ministro da Indústria, Baião Horta, com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.



O primeiro-ministro das Bermudas, John Swan, inicia dia 30 uma visita oficial de cinco dias aos Açores a convite do presidente do Governo Regional, Mota Amaral. Durante a sua estada nos Açores John Swan deslocar-se-á às ilhas Terceira, Faial, Pico e S. Miguel, avistando-se com os principais responsáveis da região autónoma.



O presidente da Assembleia da República recebeu o embaixador da República da Coreia, que manifestou, em nome da Assembleia Nacional do seu país, felicitações pela sua eleição. Tito de Morais recebeu, também, uma mensagem de felicitações oriunda da Assembleia Suprema da República Popular da Coreia. Hoje, o presidente da Assembleia da República recebe o deputado do Soviète Supremo da URSS, Eduard A. Chevadrnadze, que se encontra de visita a Portugal.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, vai oferecer um almoço aos embaixadores em Lisboa dos países africanos de expressão portuguesa, o qual terá lugar no Palácio das Necessidades, na próxima sexta-feira.



Diogo Freitas do Amaral prestará provas para se habilitar ao título de agregado do terceiro grupo (Ciências Políticas) no dia 5 de Julho, a seu pedido — informou a Universidade de Lisboa. A lição de síntese, apresentada pelo antigo vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa, tem por título «Governos de gestão». O júri das provas é presidido pelo vice-reitor da Universidade, Toscano Rico, e constituído pelos professores Afonso Rodrigues Queiró, Inocêncio Galvão Teles, Manuel Duarte Gomes da Silva, Pedro Mário Soares Martinez, José Dias Marques, Isabel Maria Moreira de Almeida Magalhães Colaço, André Roberto Delaunay Gonçalves Pereira, Armando Manuel Guedes, José de Oliveira Ascensão, Rui Manuel Corte-Real de Albuquerque, Paulo Manuel Pitta e Cunha, António Luciano de Sousa Franco e Martin Eduardo Corte-Real.

O comandante militar do Centro, general Pires Tavares, preside hoje, em Agueda, às cerimónias comemorativas do aniversário do Instituto Superior Militar — informou o Estado-Maior do Exército. Do programa das cerimónias constam homenagens aos militares falecidos e ao fundador do Instituto, honras militares ao comandante da Região Militar do Centro, que lerá uma mensagem, uma alocução do comandante do Instituto Superior Militar e a entrega de prémios.



O antigo ministro português dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira, profere hoje, em Genebra, uma conferência sobre o 25 de Abril. Medeiros Ferreira está na Suíça a convite da Faculdade de Letras da Universidade de Genebra, onde se formou em História. A conferência insere-se num curso de História contemporânea dedicada à história das revoluções. O 25 de Abril foi tema de um livro recentemente publicado por Medeiros Ferreira.



O chefe do Estado-Maior da Força Aérea britânica (RAF) sir Keith Williamson, chegou ontem a Portugal a convite da Força Aérea Portuguesa, informou o Estado-Maior daquele ramo. Hoje à tarde, o chefe do Estado-Maior da RAF apresenta cumprimentos ao ministro da Defesa Nacional, Mota Pinto, e ao seu homólogo português, general Lemos Ferreira. Aquele oficial britânico desloca-se quarta-feira à Base Aérea do Montijo, às Oficinas Gerais de Material Aeronáutico e ao Depósito de Material da Força Aérea, terminando no mesmo dia a sua visita a Portugal.

Agora, Alqueva!

Antunes da Silva

NA senda da nossa difícil vida económica, um facto incontroverso estará cada vez mais em foco e é assunto exaltante de conversas que definem quase sempre laboriosos estudos, colóquios e polémicas pouco eficazes...A pressão, embora sem grandes resultados, a consciência dos responsáveis no que se relaciona ao foro das infra-estruturas que têm de erguer-se com a premência que as necessidades impõem: a construção da Grande-Barragem de Alqueva! Sem ela, meus senhores, estamos fatalmente condenados à estagnação que tantas energias nos rouba, e nos corroi as faculdades inventivas...Ficamos à mercê das ruinosas importações que atabafam (quase diríamos liricamente), o nosso orçamento, na presumível contingência, de em períodos de seca que de vez em quando nos avassalam e nos assustam, nos vemos aflitíssimos com a falta de água, em grande parte nas regiões alentejanas e algarvias. Falta de água para as culturas e para o consumo das populações. E sem água gera-se a solidão, a fome, a desesperança, um sentido genérico de tristeza...

Alqueva e Cova da Beira, eis os dois pólos irradiantes...

SE os mais argutos técnicos e os economistas prevenidos já chegaram à conclusão que o empreendimento de Alqueva é tão necessário ao país, como o pão para a boca dum homem, e que dessa magnífica benfeitoria resultará dar-se um

grande passo em frente no caminho do progresso e do bem-estar do nosso povo, não vislumbramos, então, lucidez e coerência patriótica nos elementos oficiais da nossa sociedade, que sempre se empenharam no uso e abuso das hesitações, provocando malféficas pausas, consideráveis atrasos de pesquisa e de trabalho prático, ou daqueles que desdenham Alqueva e a Cova da Beira, por simples espírito de contradição, relutância reacçãoária, despeito regional ou comodidade zaipana.

É: Alqueva e Cova da Beira, eis os dois pólos irradiantes da expectativa lusitana, as fontes cruciais da nossa sobrevivência económica e social. E dizemos **sobrevivência económica**, de propósito, pois creiam que haverá um profundo acréscimo na produção alimentar, prémio que a água nos trará; e falamos no aspecto social, devido ao acesso que mais de vinte mil cidadãos teriam a novos empregos.

Crê-se que Alqueva nos custa hoje cerca de 140 milhões de contos, mesmo descontando os 2 milhões que já lá foram gastos nos tempos dos Governos PS e de Lurdes Pintasilgo. Muito boa gente se espantará, exactamente porque carregamos às costas com os espólios da ineficácia ultramontana, as dívidas e as desgraças que outros nos deixaram, para além da precária actividade que se assinala nos nossos campos, parte deles ao abandono — esquecendo-se a ideia de quanto mais tempo se protelar o recomeço da obra, mais elevada será a soma da

factura. E Alqueva tem de se fazer, haja o que houver, se quisermos continuar independentes!

No Orçamento Geral do Estado pode muito bem consignar-se uma verba...

ORA, Alqueva não se irá realizar num ano. Nem em cinco. E as obras públicas do país, principalmente as mais necessárias e urgentes, como é o caso típico desta, certamente não vão paralisar, só porque os nossos cofres se encontram quase exaustos... Porque a verdade é esta: teremos de nos abastecer mais tarde ou mais cedo, das nossas terras, e comer todos os dias dos produtos que plantamos, se não quisermos morrer como indivíduos e como nação...

No Orçamento Geral do Estado pode muito bem consignar-se uma verba compatível com os investimentos nacionais mais adequados, equivalente, vamos lá, por hipótese, a 10 milhões de contos, que respeite o recomeço da obra da Grande-Barragem de Alqueva, pois sem ela, ficaremos à mercê de catástrofes imprevisíveis e rigorosamente mais pobres; teremos de importar anualmente 30 milhões de contos em milho, fora a carne, o trigo, o sorgo, o açúcar, as rações, etc. O destino de Portugal não pode hipotecar-se. Temos de optar (pelo recomeço do empreendimento e não nos pormos aí a carpir culpas e a discutir, perdendo tempo, a dizer não ao

que se deveria dizer sim, agarrados a uma burocracia plácida e fragmentária que cada vez mais nos enleia e contribui para as nossas desgraças... Sabemos que é na água que pode estar a resolução de muitos problemas que nos afligem e das nossas crises de vontade e de senso comum. Desperdiçar as águas que temos é um crime, por distração de quem manda, ignorância ou pura sabotagem dos negregados inimigos do Alentejo...

...Ingloriamente secos e abandonados

TAMBÉM o facto do pessoal se vir a fixar nas terras da sua naturalidade é um índice positivo, considerável, evitando-se a sua deslocação para as cidades maiores ou centros industriais, dando como resultado descongestionar-se o mercado do trabalho em áreas bem específicas, abrindo novos rumos à nossa vida económica.

Verdade se diga que não falamos de Alqueva por mero espectral espírito bairrista deturpador das realidades colectivas, não, ou por birrenta antinomia aos que inadvertidamente a não desejam, mas sim por um instinto de preservação moral e cívica, na defesa dos interesses alentejanos e do país, da necessidade imperiosa de nos pormos de uma vez para sempre a solucionar com afoiteza as nossas desventuras e carências, ao observarmos que do lado da Espanha, as águas do Guadiana contribuem para o crescendo de produção agrícola, fruto inevitável de uma economia mais ou

Continua na pág. 19

Programa de Governo cheio de intenções

Recuperar «sem complexos» a autoridade do Estado é uma das orientações gerais do IX Governo Constitucional, de acordo com o programa apresentado ontem na Assembleia

«Combater o crime e zelar pela segurança dos cidadãos» é outra medida que o Governo se propõe apontando, para tal «combater o desemprego, a prostituição e a droga, reforçando os meios de intervenção policial, criando condições eficazes à acção dos tribunais e revendo o sistema prisional, hoje autêntica universidade do crime».

Ainda neste capítulo, o Executivo dispõe-se a «melhorar a cobertura do País pela Polícia Judiciária e a corrigir o papel nocivo dos órgãos de Informação (em especial a Televisão e a Radiodifusão na divulgação estimulante da violência e do crime».

Combater a corrupção, o nepotismo e a fraude é outra proposta do Governo, tarefa que sabe «não é fácil», como também não ignora que «medidas repressivas são de aplicação excepcional e que as preventivas nem sempre evitam o que se disuade».

«Praticar o diálogo, promover a concertação social, decidir com presteza» são medidas constantes do programa, pelo que o Executivo face à gravidade da crise «não pode, nem deve dispensar a cooperação activa e empenhada da colectividade».

Ainda dentro das orientações gerais, o novo Governo propõe-se a «dizer sempre a verdade aos portugueses, praticar a transparência, mudar de discurso, desagradar sempre que for necessário». O Governo será fiel à «política de verdade, em que pode denunciar e corrigir a injustiça e a injustiça social».

Mudar de discurso político «é falar pouco e agir muito», é «eliminar o chamado folclore político e substituí-lo por trabalho efectivo e contínuo».

O Governo anuncia que «desagradará sempre que for necessário», pois «há toda uma austeridade a praticar», como «não há milagres em política e o único é o esforço colectivo conduzido por um Governo sensato, determinado, patriótico, apoiado na vontade popular».

A máxima realização possível da justiça social é outro objectivo do Governo, bem como «defender em especial o direito dos que trabalham», mas sem levar «à criação artificial de factos políticos, ou a manipulação intencional de instrumentos de pressão».

No imediato, há «prioridade no combate à crise», para o que serão dados «passos importantes de recuperação económica», paralelamente a um apelo de «trégua política e social».

O Governo perfilha a consolidação da autonomia regional numa «concepção e política insulares de horizontes rasgados, assente numa visão globalizada do interesse nacional», pelo que estudará «empenhadamente as sugestões e propostas dos Governos Regionais», particularmente a problemática dos transportes aéreos e marítimos e das comunicações, as questões financeiras e de defesa, «com respeito, nestes domínios, das práticas estabelecidas em matéria de consulta e participação».

O Governo procurará «aprofundar e reforçar o Poder Local», identificando com «poder descentralizado a melhor e a mais perfeita democracia», empenhando-se no cumprimento da Lei das Finanças Locais e no processo de «instituição genérica (primeiro) e de criação concreta (depois) das regiões administrativas que a Constituição prevê».

Também a concretização da adesão à CEE merece o empenho do Governo que garante, ainda, à Assembleia de Macau a iniciativa de alterar o seu estatuto.

Estabilização financeira

Depois das orientações gerais, o programa de Governo subdivide-se em vários aspectos da política nacional. No terceiro capítulo, relativo à «estabilização financeira e desenvolvimento económico», lê-se que a resolução dos problemas eco-

da República. Por isso mesmo, o Governo «não pode recuar, nem recuará, perante a pressão e situações de facto criadas à margem da lei, consistam elas em corte de estru-

nómicos do País vai provocar inevitáveis sacrifícios para os portugueses. «Não será possível encontrar num curto período o conjunto das soluções necessárias, sem incorrer em custos sociais insuportáveis e sem risco de agudizar os próprios desequilíbrios já existentes».

A actuação do Governo requer tempo para produzir os efeitos necessários para além de defender uma abordagem integrada dos problemas financeiros e económicos do País.

Nesta perspectiva o Governo elaborará e implementará um programa de gestão conjuntural de emergência, com uma duração prevista de 18 meses, um programa de recuperação financeira e económica, com uma duração prevista de dois a três anos, incluindo os programas de investimento do sector empresarial do Estado (SEE) e, finalmente, um programa de modernização da economia portuguesa, com uma duração prevista de quatro anos.

Como primeira prioridade na área económico-financeira, o Governo considera o controlo do desequilíbrio externo da economia, considerando ser necessário um carácter de rigor na condução dos assuntos financeiros e económicos do Estado. O Governo considera fundamental a contenção do défice orçamental, exigindo um maior rigor nos gastos dos organismos e serviços públicos. Por isso, a reorganização da administração pública é um objectivo que inclui a eliminação de serviços desnecessários, a par com uma maior racionalização da gestão de efectivos da função pública.

Imposto único

O Governo propõe-se a reprecisar os incentivos fiscais e financeiros em articulação com a política de orientação do investimento e, na área fiscal, propõe-se «concluir os estudos sobre a introdução do imposto

sobre o valor acrescentado, no quadro da adesão de Portugal à CEE». Concretamente, serão lançados os trabalhos preparatórios da introdução do imposto único sobre o rendimento das pessoas físicas, assegurando as correcções necessárias a uma maior justiça social.

«O Governo dedicará a maior atenção ao combate à evasão e à fraude fiscais, para o que irá dinamizar o processo em curso de modernização da administração fiscal e de revisão da legislação processual fiscal».

No sector empresarial do Estado, o Governo propõe-se a generalizar os incentivos, a criatividade dos trabalhadores e a melhoria da produtividade e a aplicação de medidas excepcionais de redução imediata dos custos e de suspensão de investimentos nos casos de dificuldades graves, reconhecidas pela declaração da empresas em situação económica difícil.

Crédito

O Governo propõe-se a rever os métodos de programação distribuição interbancos e controlo dos limites de crédito, com agravamento do correspondente sistema de penalidades.

As grandes linhas das políticas monetária, financeira e cambial contidas no Programa do Governo, incidem particularmente na área do crédito, de forma a torná-lo mais selectivo e a preparar os sectores bancário e segurador para a abertura à iniciativa privada.

Uma das linhas programáticas consiste em estimular a actividade seguradora tendo em vista, no novo quadro suscitado pela alteração da Lei de Delimitação dos Sectores, o alargamento dos segmentos de poupança contratual e a melhoria das condições de funcionamento das empresas seguradoras.

O Governo propõe-se a aprovar uma nova lei quadro do sistema bancário e a rever a Lei Orgânica do Banco de Portugal, em articulação com o processo de alteração da Lei de Delimitação dos Sectores.

O Programa do Governo defende, também, a reactivação dos trabalhos da comissão para a reactivação dos mercados de capitais e o aperfeiçoamento das condições para um regular funcionamento e desenvolvimento das instituições parabancárias.

Administração Pública

O programa do Governo determina no sector da Administração Pública que se estimule a denúncia dos actos de corrupção e a instituição de uma autoridade para onde a denúncia de tais casos seja canalizada.

O documento propõe a «punição exemplar» dos implicados em casos de corrupção e outras fraudes e a adopção de medidas que desincentivem a pequena corrupção «que a prática quase institui, como não passível de reprobção».

O novo Governo pretende que os efectivos de funcionários sejam contidos através de medidas que poderão ir até a proibição temporária de novas admissões e promover a fixação desses funcionários em áreas regionais com vista a uma descentralização.

A desburocratização progressiva das tomadas de decisão a todos os níveis, a promoção do controlo da administração pelo Tribunal de Contas e a fiscalização da acção administrativa são outros dos pontos incluídos no documento.

das, destruição de infra-estruturas, sequestros de pessoas, obstáculos, manifestações selvagens ou outros — pactuando com actos ilícitos ou ofensas às autoridades legítimas».

Comunicação Social

O Nono Governo considera como «um bem a preservar» a salvaguarda da independência dos órgãos de Comunicação Social perante o Governo e administração e restantes poderes públicos. Por isso acrescenta que não poderão manter-se «ad-eterum» «situações de dependência financeira traduzidas em subsídios a fundo perdido ou em financiamentos de alto risco da Banca Pública».

O documento — que consagra cinco páginas a este sector — prevê a revisão da Lei da Imprensa e a resolução, a curto prazo, da «complexa situação criada com a frustrada extinção da ANOP».

O programa afirma também que a independência não pode reduzir-se «em produtos finais contrários, ou sequer indiferentes, ao interesse público, designadamente na difusão de programas culturalmente negativos, socialmente perigosos ou politicamente hostis ao regime vigente».

O Governo propõe-se ainda a criar e regulamentar o Conselho de Comunicação Social, empenhando-se em que venha a ser constituído por «pessoas da mais insuspeita honorabilidade». É ainda prevista a regulamentação legal do regime de licenciamento da exploração de estações de radiodifusão e a aprovação da legislação antimonopolista prevista na Lei de Imprensa, bem como a regulamentação eficaz do controlo das tiragens e sobras de Imprensa periódica, tarefa a cargo do Conselho de Imprensa.

Defesa: Lei Orgânica

Entre as principais medidas enunciadas para a política de Defesa, destaca-se a elaboração da Lei Orgânica do Ministério da Defesa, a elaboração da legislação complementar da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, incluindo a referente ao Código de Justiça Militar e Regulamento da Disciplina Militar, Lei do Serviço Militar, Estatuto do Objectivo de Consciência e Lei do Serviço Cívico, entre outras.

Destaca-se, igualmente, o propósito de promover o esclarecimento público sobre «a necessidade da defesa nacional e os deveres dela decorrentes face às potências, ameaças ou agressões externas».

E dado particular enfase ao «prosseguimento da reestruturação modernização, reequipamento e preparação operacional», das Forças Armadas, ao «prosseguimento das acções para uma melhor inserção nas actividades de defesa da NATO» e a «cooperação militar com os países africanos de expressão portuguesa».

Educação: via profissionalizante

Uma das principais medidas no domínio da educação previstas no Programa de Governo refere-se à institucionalização das vias profissionalizante e profissional no ensino secundário.

Será elaborado um plano de emergência para a reorganização do ensino técnico que «permita a satisfação das necessidades do País em mão-de-obra qualificada, bem como a prossecução de uma política de emprego para os jovens».

A reestruturação do sistema educativo através de uma «revisão gradual das sequências curri-

culares e dos programas, adequando-os a uma orientação pedagógica que permita a conjugação de uma formação geral com uma formação profissional» é outro dos principais objectivos do Governo.

Especial destaque e dados ao alargamento do Ensino Superior Politécnico com redefinição das condições de acesso à Universidade e a promoção de uma política de investigação científica ligada a uma estratégia de desenvolvimento, em articulação com o ensino universitário e com os sectores mais dinâmicos da vida económica

Rendas actualização periódica

O Governo defende a necessidade de um esquema que permita a actualização periódica das rendas de casa, considerando que esta deve custear minimamente o serviço prestado pela habitação.

No entanto, promete rever os critérios de actualização das rendas dos edifícios para fins não habitacionais.

Nesta perspectiva, o programa do Governo inclui a defesa da adopção de um novo regime de arrendamento urbano, com base no princípio da renda justa.

Defende-se a canalização dos recursos financeiros existentes para programas de habitação de custos moderados e o estímulo à formação de poupanças prévias em conjugação com a contenção dos custos habitacionais e a redução da pressão sobre o crédito, canalizando a aplicação de poupanças para o mercado de arrendamento.

Plano nacional de transportes

O programa governamental propõe, a curto prazo, para o sector dos transportes, o lançamento do Plano Nacional de Transportes e do Plano Rodoviário Nacional.

A criação e regulamentação da taxa municipal de transportes nos municípios com mais de 30 mil habitantes, a programação e implementação de transportes das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e de acções de adaptação interna decorrentes do processo de integração europeia são as outras das medidas a curto prazo apontadas pelo programa do Governo.

A médio e longo prazo, aquele documento refere a elaboração da Lei-Quadro dos Transportes Regionais e Locais, o alargamento do sistema de passes sociais intermodais às áreas urbanas e suburbanas de Porto, Coimbra, Setúbal e Faro-Olhão e a adequação dos níveis tarifários aos custos reais nas áreas de serviço de transporte não social.

O incremento dos sistemas de transportes combinado, a revisão da exploração das componentes de mercado dos transportes economicamente não rentáveis e a modernização das frotas de material de transporte, de acordo com as necessidades da procura, incluem-se, também, entre as medidas a adoptar pelo novo executivo no âmbito dos transportes.

Reforço da segurança

O combate ao crime e o reforço da segurança dos cidadãos constituem o objectivo prioritário do Ministério da Justiça. Sublinha-se que «a diminuição da criminalidade requer a erradicação das suas causas princi-

Eleição dos delegados provoca polémica

Ex-Secretariado critica direcção socialista

O ex-Secretariado protestou ontem veementemente contra a direcção do Partido Socialista, pela forma como está a dirigir a preparação do V Congresso do PS.

O motivo mais próximo do protesto foi a decisão da comissão de síntese divulgada no sábado, que impede muitas das moções de fazerem eleger delegados ao Congresso. De acordo com os critérios propostos pela comissão — onde Aquilino Ribeiro Machado votou, vencido — apenas sete moções foram consideradas de âmbito nacional e poderão fazer eleger delegados — as propostas por Mário Soares, João Gomes, Marcelo Curto, José Leitão, António Guterres e pelas federações do Porto e de Viseu. As restantes moções poderão ser discutidas no Congresso caso 50 delegados o requeiram, mas não podem ter os seus próprios apoiantes.

Esta proposta da comissão de síntese, à Comissão Organizadora do Congresso foi violentamente criticada por elementos do ex-Secretariado em telegrama enviado à Comissão Organizadora do Congresso, no qual se considera ilegal, antiestatutária e antidemocrática, a recomendação.

«Supunhamos que as Comissões de Censura ou o Exame Prévio tinham terminado», afirmam nesse documento, para acrescentar. «É doloroso verificar que vêm afinal ressuscitar dentro do nosso próprio partido».

O PS deve ser o partido da liberdade e não o do unanimismo pré-determinado», diz-se ainda no mesmo telegrama, que é subscrito pelos proponentes de uma moção apresentada na FAUL de Lisboa e onde se destacam dirigentes conhecidos do Partido Socialista, como Galvão Teles, Aquilino Ri-

beiro Machado, Consiglieri Pedrosa, Maria Belo, Ribeiro Azul, Arons de Carvalho, João Cravinho, Teresa Ambrósio, Soares Louro, Jorge Sampaio e Nuno Frederode.

Um informador do grupo afirmou esta manhã ao «DL» que a decisão de afastar muitas moções das eleições de delegados, que se realizam dentro de dez dias, é perfeitamente ilegal. Ela viola claramente os regulamentos até agora aprovados, que apenas admitem que as moções sejam agrupadas e associadas por iniciativa e com o consentimento dos seus subscritores.

Segundo o «DL» apurou, o ex-Secretariado pretendia que se evanesce-se o clima de tensão que rodeou as eleições dos delegados, verificado há dois anos, antes do IV Congresso. E por isso, os seus elementos apresentaram diversas moções em todo o País, muitas delas abordando temas específicos de interesse nacional.

No entanto, a direcção do partido, disse o mesmo informador, nomeadamente através de Eduardo Pereira, que foi o principal artífice da recomendação da comissão de síntese, pretende beneficiar do impacto emocional criado pela concentração da oposição a Mário Soares em apenas três moções, aproveitando-se assim do carisma do Primeiro-Ministro ar as posições.

Marcelo Curto e José Leitão, respectivamente da Esquerda Laboral, e dos autogestionários, abstiveram-se na votação na comissão de síntese.

Segundo o «DL» soube, os elementos do ex-Secretariado estarão dispostos a não aceitar pacificamente esta decisão, se ela for confirmada na Comissão Organizadora do Congresso.

país que são atribuídas a fenómenos de natureza económica e social.

Afirma-se no programa a necessidade de uma política criminal norteada pela preocupação de «ressocializar o delinquente», embora as reformas devam ser introduzidas com «realismo e prudência».

Refere-se com particular destaque o problema da droga, apontando-se a necessidade de erradicação da sua produção e tráfico, bem como de acções de recuperação dos toxicómanos.

Entre os princípios enunciados neste capítulo conta-se também o de prover os tribunais das condições necessárias para que possam fazer justiça em tempo que não lhes prejudique a eficácia.

Este é também um dos objectivos a ter em consideração com a publicação do futuro código do processo penal.

Saúde: revisão das taxas

A reformulação da Lei de Bases do Serviço Nacional de Saúde e a revisão das taxas moderadoras em vigor são algumas das medidas previstas no sector da saúde.

O novo executivo tenciona elaborar um plano de saúde integrado no plano de desenvolvimento socioeconómico do País, que, «através de novos serviços e do aproveitamento racional de todos os meios existentes, leve à implementação progressiva do Serviço Nacional de Saúde».

Quanto à reformulação das taxas moderadoras em vigor é a primeira das medidas que o governo se propõe tomar de imediato. A reformulação passará pela eliminação das taxas de hospitalização, radioterapia, anatomia patológica e de certos medicamentos considerados de aplicação indispensável.

Tecto salarial

O programa de Governo prevê a revogação do «tecto salarial» de 17 por cento instituído pelo Decreto-Lei 48/83, no capítulo referente a trabalho e segurança social.

Aponta para uma política de rendimentos que tenha em atenção o poder de compra dos grupos mais desfavorecidos, uma evolução das remunerações mínimas que acompanhe na medida do possível o aumento do custo de vida e uma definição de regras para a actualização dos salários no Sector Público que atenda ao nível do poder de compra dos trabalhadores e às disponibilidades das empresas.

No campo do combate ao absentismo, o programa prevê que deixem de ser pagas as faltas autorizadas pela entidade patronal, salvo em casos e condições a delimitar, o estabelecimento de limites para remuneração das faltas para assistência inadiável ao agregado familiar e a confinação do carácter imperativo das medidas adoptadas ao período de estabilização económico-financeira do país.

Preconiza que a figura de contrato a prazo seja reconduzida à sua justificação económica — trabalhos de duração limitada ou de tipo sazonal, acréscimos excepcionais de laboração — e corrigir os abusos de aplicação da lei em vigor.

No curto prazo, o governo faz depender os aumentos salariais dos ganhos de produtividade e das necessidades de política económica no sentido do combate ao défice externo.

Solidariedade social

O programa do Governo estabelece políticas de «solidariedade social», divididas em cinco grandes áreas: Juventude, Mulher, Terceira Idade, Reabilitação e Fomento Cooperativo.

Assim, propõe-se «abrir o futuro à juventude», para o que

aponta medidas «adequadas de informação e educação sexual e acesso generalizado ao conhecimento dos métodos de planeamento familiar» e uma «acção pedagógica interna dissuasora do uso de drogas, e da queda na prostituição e crime».

Propostas de «redução legal do tempo de prestação de serviço militar obrigatório e regulamentação legal do Instituto do Objectivo de Consciência «constam do programa do executivo».

O programa sublinha entre as suas principais medidas, «o lançamento de esquemas de emprego, destinados a jovens à procura da primeira ocupação» e o seu ingresso em «tarefas avulsas de interesse colectivo», como defesa das florestas contra incêndios, de saúde pública e dos valores ecológicos.

Quanto à mulher, o programa propõe «exigência de percentagens mínimas e crescentes de mulheres no preenchimento de cargos políticos e públicos, nas taxas de emprego».

O Governo promete «uma especial atenção aos reflexos de eventuais alterações ao regime de arrendamento urbano sobre locatários idosos e carenciados», assim como apoio a «Universidades da Terceira Idade», a serviços sanitários domiciliários, e à aprovação de um passe social e cultural.

O Secretariado Nacional de Reabilitação ficará na dependência directa da presidência do Conselho de Ministros, com descentralização e regionalização de serviços e sua articulação com o poder local.

Política externa

Sete prioridades são apontadas para a política externa, com realce para a aceleração da fase final do processo de negociação para a entrada nas comunidades europeias, encerramento dos dossiers em aberto e lançamento de ofensiva diplomática que conduza a uma tomada de decisão por parte dos governos e das instâncias comunitárias.

Outros três pontos consistem no incremento das relações com os países africanos de expressão oficial portuguesa e com o Brasil, rápida conclusão do acordo das Lajes com o governo dos Estados Unidos e a revisão do Acordo das Flores com o governo francês.

A melhoria das relações com Espanha, a defesa dos princípios da Carta das Nações Unidas e a assunção plena das responsabilidades portuguesas no caso de Timor-Leste constam, também, das prioridades do governo.

Colocando em especial relevo a cooperação com os países africanos de expressão oficial portuguesa, o programa frisa a possibilidade de cooperar com outros países do mesmo continente, destacando as relações com o mundo árabe nos domínios cultural, diplomático e comercial.

O programa afirma que o governo tornará «mais activa a voz de Portugal» nas instâncias da NATO, frisando, no campo das relações bilaterais, especial importância nas relações com o Brasil, mantendo o «relacionamento tradicional» com o Reino Unido, República Federal da Alemanha, Estados Unidos e a Itália.

Os laços com os países da América Latina serão reforçados e procurar-se-á desenvolver o intercâmbio com a República Popular da China, o Japão e com a União Indiana.

A ligação dos emigrantes e das comunidades portuguesas ao país, através de novas formas de participação na vida política social e económica, o reconhecimento da preponderância do movimento associativo das comunidades como seu principal factor de dinamização e o alargamento da rede de ensino de português no estrangeiro são algumas das medidas para a emigração.

Soares no Parlamento com Programa sem medidas

Líder “histórico” do PS e “natural” do PSD?

Lucas Pires assumiu AD, PCP não às tréguas

Mário Soares só esteve igual a si próprio na última meia hora do debate de apresentação do Programa do Governo, que ontem principiou na Assembleia da República. Com o pé em cima da cadeira, Mário Soares apenas brilhou quando se libertou do fardo da **governança** e passou aos **princípios** políticos. Vira-se para o PCP e ataca de **alto a baixo**, com a Polónia, o Solidariedade, a ausência de liberdades. *Com que cara, naturalmente, com a que têm, é que depois de terem dito o que disseram dos socialistas, queriam ir para o governo?* Vai por aí fora, não sem prestar homenagem à luta dos comunistas. E conclui que, enquanto os socialistas mandarem, os comunistas podem estar descansados que não há problemas com eles. Volta-se para o CDS, e lá vem o **passadismo** e o **conservadorismo** e alusão ao antes do 25 de Abril.

Perante isto, e só por esta meia hora, estavam deleitados os deputados do **bloco central**: os socialistas tinham ali o seu líder histórico, os populares democráticos, o novo líder natural. Se Lucas Pires — o discurso mais brilhante de toda a sessão de ontem na Assembleia da República — assumiu a Aliança Democrática, foi também visível que Mário Soares receberia com agrado a herança de Sá Carneiro. Quanto ao Programa do Governo, *sem medidas*, ficamos com a abertura da Banca à iniciativa privada. Quando quase todos os partidos, fora do Governo, lhe lembraram isso, e respondendo a Lucas Pires, o Primeiro-Ministro Mário Soares rebateu: *o meu pensamento evoluiu. Sou hoje um homem diferente, mas nunca me afastei dos meus princípios...*

Um discurso baço

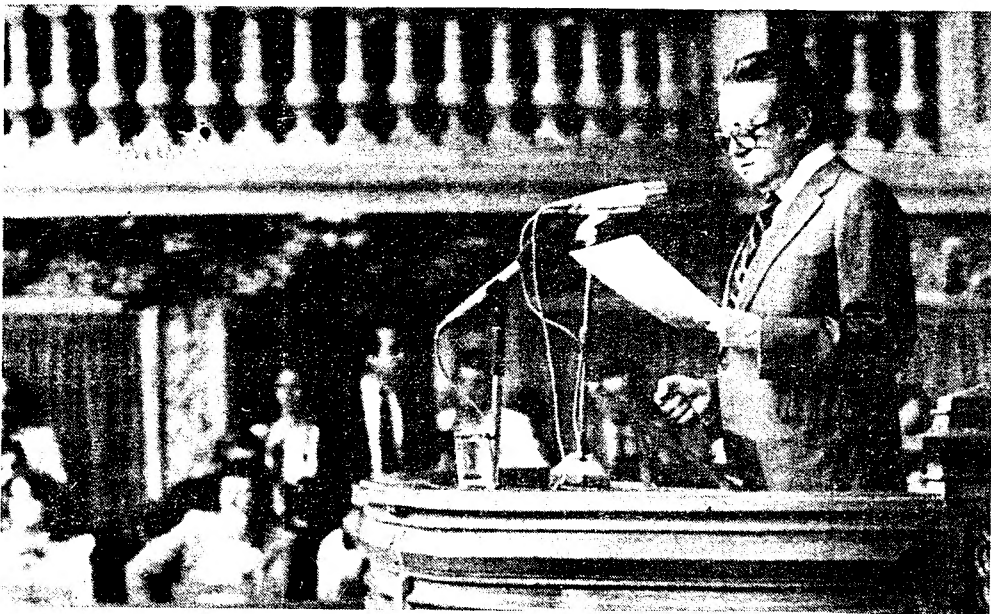
Foi com um discurso escrito, baço e espartilhado, que o Primeiro-Ministro Mário Soares apresentou o Programa do Nono Governo Constitucional. Na bancada do Executivo, lá estavam Veiga Simão e Gonet, Rui Machete e António Capucho. O ministro do Trabalho, finalmente, era Amândio de Azevedo. Na galeria governamental, acotovelam-se secretários de Estado, os novos e os «repetentes»: de António Campos a Manuela de Aguiar.

Soares defendeu sobretudo, o consenso, o pacto social. *A primeira condição de êxito do combate à crise é o diálogo entre os parceiros sociais e o Governo, apelando, depois, para uma trégua social e política, por um prazo razoável, para que se consiga estabilidade e os problemas possam ser susceptíveis de resolução.* Deixou para os outros ministros a enunciação de medidas concretas. Mota Pinto, a seu lado, escutava atentamente um discurso tão pouco criativo que mais parecia ter a sua própria marca...

Oposição PS/PSD

Estiveram, sem excepção, bastante bem as intervenções dos deputados dos partidos sem representação no Governo: desde Vilhena de Carvalho da ASDI, aos três deputados da UEDS, com as 17 perguntas de José Manuel Tengarrinha. Mesmo o «Verde» colocou questões pertinentes sobre energia e qualidade de vida.

Mas o debate atingiu o seu melhor nível com os representantes dos dois grandes partidos da Oposição: Lucas Pires em nome do CDS e Carlos



Mário Soares discursa; ministros escutam

Carvalhas pelo Partido Comunista. Se Lucas Pires se pode classificar de brilhante, Carlos Carvalhas foi combativo, mas sobretudo decisivo na interrupção ao Primeiro-Ministro quando este falava na entrega da Banca à iniciativa privada. Carlos Carvalhas estava, então, no Governo, com Mário Soares e queria recordar... Foi interrompido porque não podia interromper. Ficámos sem saber.

Se Carlos Carvalhas falou de *fora* para *dentro* do Parlamento, em nome dos trabalhadores, reformados, desempregados, etc. Lucas Pires restringiu-se mais ao Governo que tinha, ali, na sua frente, talvez porque não dispusesse desse apoio social. *As únicas medidas concretas são as respescadas do Governo AD* — sublinha o líder do CDS. Quando se refere ao voto negativo, quando Oposição, dos socialistas à abertura da banca e seguros à iniciativa privada Lucas Pires refere o *toque de arrependimento e contricção de Mário Soares*.

Mas a maioria (a que Mário Soares chamou amplíssima) e que Lucas Pires chama «esmagadora maioria» parece não fazer descansar Mário Soares — segundo Lucas Pires — já que o Primeiro-Ministro vai pedir uma Moção de confiança, autorizações legislativas, queria uma reunião do Conselho de Estado, pretende sujeitar «a liberdade de informação ao interesse público» o que para o dirigente do CDS é o «máximo de importância à frente do seu Governo». E quando o PSD fala em mudança, Lucas Pires é quase cruel: *«esperemos que seja uma mudança de rejuvenescimento e não de envelhecimento».*

Carlos Carvalhas acusa também Mário Soares de «ir

fazer o que a AD não conseguiu» e que «omite os responsáveis pela crise porque sabe que estes estão sentados, agora, na bancada do seu Governo». E conclui: «Perante a política agressiva contra as nacionalizações e a Reforma Agrária, contra os direitos dos trabalhadores, contra o nível de vida do povo que o Governo pretende levar a cabo, só por hipocrisia e farisaísmo se pode falar em tréguas e solidariedade social». Era a resposta do Partido Comunista a Mário Soares.

Quanto aos partidos que sustentam o Governo, fica a intervenção fraca de José Luís Nunes (PS) e «indescritível» de Cardoso Ferreira (PSD). Os dirigentes máximos dos populares-democráticos, Vítor Crespo ou Ângelo Correira, em dificuldades com a eleição para a presidência do Grupo Parlamentar, entregaram o discurso a uma terceira figura do partido e ainda vice-presidente do Grupo Parlamentar. Foi de fraca qualidade, imperceptível. «O que é que ele está a dizer que já se me varreu...» — dizia alto e bom som, num aparte, um deputado comunista. Ninguém ouviu, ninguém se lembra.

As Secretarias — a Informação

Sem (não é CEM, conforme tinha prometido nas eleições), medidas concretas, a Comunicação Social foi um dos temas preferidos pelo Governo e Oposição. Quanto a uma das famosas descentralizações — a do próprio Executivo — o Primeiro-Ministro Mário Soares anunciou que três Secretarias de Estado ficariam «sediadas no Porto». Só que duas delas, a do Emprego e do Fomento Cooperativo são chefiadas por Rui

Amaral, que vive no Porto e Mesquita Machado que foi, até agora, presidente da Câmara de Braga. Se um membro do Governo viver em Estremoz vai para lá uma Secretaria de Estado? E porque não uma Secretaria de Estado em Coimbra e outra no Algarve? E se algum ministro morar na Portela de Sacavém, também pode ser...

Mas terminemos com a Comunicação Social. Condições económicas dos jornalistas, com o contrato em discussão, o caso ANOP (Mário Soares disse que ia chamar todos os interessados para resolver o problema), a televisão, a liberdade de informação foram os principais aspectos. Uns estão preocupados com a discriminação, outros com o afastamento do Poder e descansados os populares-democráticos. Aqueles que lá foram metidos em «nome deles» continuam no Poder e até já assumem foros de independência em relação a eles. Entraram por via partidária e tornam-se, geralmente, «independentes». O partido foi uma ajuda, depois torna-se um empecilho... Quando Lucas Pires fala na partilha dos cargos, Mário Soares responde-lhe que nos últimos dias do Governo foram «...assim as portarias». E abre os braços. Foi a única vez que o PSD fez um sorriso amarelo. De resto, foi quase passional a declaração de José Luís Nunes (PS) aos deputados do PSD: «estamos dispostos a forçar o destino» ou os «nossos corações estão abertos e os ouvidos fechados». E na política portuguesa, o PS já viveu com o CDS e, agora, com o PSD, isto é, já todos viveram com todos. Veremos como termina esta lua-de-mel. No final de férias...

Fernanda Mestrinho

Cardia mantém renúncia e PS adia eleição da direcção parlamentar

A decisão de Sottomayor Cardia, reafirmada ontem, de não aceitar a candidatura para a presidência do grupo parlamentar socialista forçou ao adiamento, «para data a determinar», da eleição dos responsáveis pela bancada do PS na AR.

Uma fonte do mesmo partido, citada pela ANOP, considera que os nomes de Carlos Laje e Manuel Alegre continuam a ser alternativa para a presidência do referido grupo parlamentar.

Cardia — recorde-se — renunciou à presidência porque não viu satisfeita a sua pretensão de eliminar os quatro vogais da estrutura actual da direcção do grupo.

Acácio Barreiros regressa à AR

Entretanto, ocorreram mais nove substituições na bancada PS, em virtude da posse dos secretários de Estado. Entre os substitutos assinala-se o antigo deputado da UDP, Acácio Barreiros, que preenche a vaga deixada por Helena Torres Marques (secretária de Estado da Administração Autárquica).

As outras alterações são Joel Silva Ferro (Braga) para o lugar de Mesquita Machado (Fomento Cooperativo); Maria Ângela Correia (Coimbra) em vez de António Campos (adjunto do Primeiro-Ministro); Edmundo Pedro (Lisboa) para o lugar de Alfredo Barroso (Presidência do grupo).

C. de Ministros); José Reis Borges para a vaga de Azevedo Gomes (Florestas); Carlos Cordeiro em vez de Helena Valente Rosa (Ensino Básico e Secundário); João Gomes Guerra (Portalegre) para o lugar de Miranda Calha (Desportos); Jorge Miranda (Porto) no lugar de Fernando Gomes (Habitação e Urbanismo) e Nelson Ramos (Viseu) em vez de Armando Lopes (Assuntos Parlamentares).

Além destas nove substituições, o grupo parlamentar do PS já tinha ocupado oito lugares deixados pelo Primeiro-Ministro Mário Soares e pelos ministros Jaime Gama, Veiga Simão, Almeida Santos, Rosa Correia, Eduardo Pereira, Maldonado Gonelha e Coimbra Martins.

JSD da Zona Centro prepara cooperação

As comissões políticas distritais da Zona Centro deliberaram promover contactos entre si, com vista a uma cooperação efectiva, interna e externa da Juventude Social-Democrata (JSD).

A decisão partiu de um encontro, no passado fim-de-semana em Leiria e que reuniu as citadas comissões da JSD de Coimbra, Leiria e Santarém, tendo sido formado um grupo de trabalho para elaborar um projecto de protocolo destinado a institucionalizar essas formas de cooperação.

O projecto será apreciado num segundo encontro a realizar em Viseu, em Setembro.

PSD-Madeira rejeita críticas

Os vogais do PSD-Madeira na Assembleia Municipal do Funchal desmentiram à ANOP que tenham inviabilizado as sessões da Assembleia Municipal do Funchal.

Em comunicado os socialistas-democratas rejeitam as críticas apresentadas pelas forças da

oposição e «repudiam veementemente as insinuações encarando-as como uma tentativa de instrumentalização da opinião pública para daí retirar dividendos».

Os representantes do PSD-Madeira naquela Assembleia Municipal referem a «ignorância ou má-fé dos vogais socialistas» alegando que a análise de um pedido de empréstimo no valor de 50 mil contos pela Câmara Municipal do Funchal «era um assunto que não poderia ter sido discutido porque não constava na ordem do dia».

UDP ao ataque

Nada de bom há a esperar dos órgãos do Poder

A UDP apelou «à mais ampla unidade e luta de todos os trabalhadores, democratas e patriotas para enfrentar os projectos reaccionários do Governo».

Em comunicado divulgado ontem a comissão política da UDP, que reuniu domingo, preconiza «formas de luta que unam

e não desmoralizem os trabalhadores, que unifiquem as lutas e não as dividam».

A UDP considera que «nada de bom há a esperar do Governo nem dos órgãos do poder», frisando que «Eanes já disse que este Governo tem melhores políticas para governar o que significa que nada irá fazer para im-

pedir qualquer medida reaccionária».

O documento termina propondo aos trabalhadores que lutem «pela derrota do pacto social, contra a carestia e o agravamento das condições de vida, pela defesa das liberdades, pela paz e a independência nacional».

Ministro espanhol afirma

Queremos melhorar relações com Portugal

A Espanha está empenhada em melhorar «quanto antes» as suas relações com Portugal — afirmou ontem em Bona o ministro dos Negócios Estrangeiros, Fernando Morán.

Em declarações à agência EFE, Morán sublinhou que a

reduzida taxa de cobertura das exportações espanholas para Portugal, pelas exportações portuguesas, que apenas atinge 26 por cento, além do problema pesqueiro, constitui um grave obstáculo à regularização das relações entre os países ibéricos.

Morán disse ainda que aproveitará os contactos com o seu homólogo português, Jaime Gama, que com ele assiste em Bona à Conferência de Cooperação Europeia, para tratar de melhorar o clima das relações entre Madrid e Lisboa.

Luís Cabral em Lisboa

Memórias e Eanes na mira do ex-Presidente

O ex-presidente da Guiné-Bissau, Luís Cabral, chegou ontem à noite a Lisboa, proveniente da ilha do Sal, Cabo Verde.

Luís Cabral era aguardado no aeroporto da Portela pelo chefe da Casa Civil do Presidente da República, Caldeirão Guimarães, pelo major Faria de Oliveira, da Presidência da República e pelo encarregado de Negócios da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa.

A espera de Luís Cabral,

que viajou acompanhado da mulher e um filho de colo, encontravam-se também familiares e amigos do ex-presidente da Guiné, entre os quais a irmã.

Luís Cabral não prestou declarações sobre a sua vinda a Portugal.

O chefe da Casa Civil do Presidente Eanes disse à ANOP que a visita de Luís Cabral é de carácter particular e não exclui a hipótese de o Presidente da República o receber.

O encarregado de Negócios de Cabo Verde em Lisboa, César Fernandes, no aeroporto em representação do embaixador que se encontra actualmente na ilha do Sal para participar no Congresso do PAICV, escusou-se a prestar declarações sobre a natureza da vinda a Portugal de Luís Cabral.

A edição em Portugal de um livro de memórias tem sido um motivo apontado para a visita de Luís Cabral.

Com os franceses

Flores estão a ser negociadas

A Comissão Luso-Francesa encarregada da renovação do acordo da base das ilhas das Flores reuniu ontem em Ponta Delgada (S. Miguel). Uma fonte governamental, afirmou tratar-se de uma reunião de carácter essencialmente técnico e que se destina a fazer o ponto da situação da execução do acordo.

O executivo açoriano pretende com a renovação do acordo «um aumento das con-

trapartidas maiores do que as actuais».

Ao abrigo deste acordo, os franceses estão a executar nas Flores um conjunto de infra-estruturas básicas de apoio e às populações locais, designadamente instalações eléctricas, abastecimento de água e assistência médica.

As delegações portuguesas e francesas são chefiadas, respectivamente, pelo comandante Azevedo Coutinho e

pelo general Jean-Pierre Bacou e integra ainda um deputado açoriano, Renato Moura, e Freitas da Silva, do Gabinete de Mota Amaral.

O actual Acordo Luso-Francês, ao abrigo do qual a França instalou uma estação de rastreio na ilha das Flores, expira em Janeiro de 1984.

A reunião prolongar-se-á por toda a semana e termina na Vila de Santa Cruz das Flores.



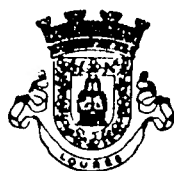
**COMÍCIO
DE AMIZADE
PCP — PCUS**

**NO BARREIRO,
OS PENICHEIROS,
4.ª FEIRA**

DIA 22 PELAS 21.30 HORAS.

Participação dos camaradas
Álvaro Cunhal secretário geral do
Partido Comunista Português.

Eduardo Chevardnadze
membros suplente do Bureau político do CC do P.C.U.S., primeiro
secretário do CC do P.C. de Geórgia/URSS.



**CÂMARA MUNICIPAL
DO CONCELHO
DE LOURES
AVISO**

Faz-se público que se acha aberto concurso, pelo prazo de 30 dias, contados a partir do dia seguinte ao da publicação deste anúncio, no «Diário da República», para adjudicação da empreitada de «CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE SALAS DE AULA — PAIÁ — ODIVELAS».

A base de licitação é de...9.996.750\$00.

O processo de empreitada pode ser examinado todos os dias úteis e durante as horas normais de expediente, na secção de Expediente dos Serviços Técnicos de Obras do Município.

Os concorrentes deverão possuir alvará de empreiteiro de obras públicas, correspondente à 1.ª categoria ou da 1.ª subcategoria da 1.ª categoria e da classe que cubra o valor da proposta apresentada.

A caução provisória é de...249.919\$00.

A abertura das propostas realizar-se-á perante a Câmara Municipal na primeira reunião ordinária, que se seguir ao termo do prazo fixado neste anúncio. A Câmara Municipal reúne às terças feiras de oito em oito dias pelas 15 horas no edifício dos Paços do Concelho.

Paços do Concelho, 19 de Maio de 1983.

O Vereador,
António Marques Ribeiro



**Caminhos de Ferro
Portugueses**

**DEPARTAMENTO COMERCIAL
Serviço Comercial de Mercadorias**

AVISO

LEILÃO

Em 20 de Junho e dias seguintes, às 10 horas, na estação de Alcântara/Terra, proceder-se-á à venda em hasta pública, de todas as remessas que não tenham sido retiradas nos prazos legais, bem como de outros volumes abandonados e que não tenham sido retirados pelos donos.

De entre as remessas a leiloar encontram-se nomeadamente as seguintes:

TRANSPORTADAS EM REGIME DE 50 KG (T 8/108)

N.ºs 15 302, 4616, 10 227, 12 660, 72 178, 22 018, 40 102, 19 786, 3854, 3343, 32 284, 50 112, 23 320, 4726, 53 209, 17 542, 70 624, 57 775, 47 153, 381, 5296, 33 382, 14 558, 49 730, 49 922, 26 575, 94 497, 18 502, 1020, 18 021, 544, 14 032, 37 033, 6036, 43 261, 1269, 19 306, 11 341, 36 418, 36 413, 36 414, 72 411, 21 501, 10 510, 16 532, 81 540, 33 557, 16 599, 18 634, 28 681, 18 741, 6682, 72 804, 89 825, 72 836, 2924, 16 989, 94 996, 30 739, 29 697, 5567, 5568, 5569.

TRANSPORTADAS EM REGIME DE DETALHE

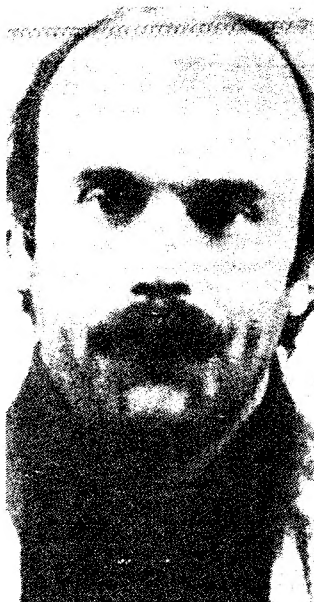
N.ºs 31 678, 17 434, 41 503, 35 338, 59 375, 10 467, 12 135, 18 230, 13 898, 55 388, 2476, 25 706, 8429, 18 860, 12 911, 544, 27 580, 27 836, 26 956, 6377, 26 860, 32 254, 68 574, 70 954, 6588, 3419, 58 013, 51 031, 42 647, 72 181, 3713, 21 123, 87 362, 29 550, 68 708, 7533, 19 229, 30 248, 21 313, 1379, 2345, 33 416, 2435, 17 509, 27 241, 58 860, 19 660, 3208, 67 437, 83 436.

Lisboa, 5 de Junho de 1983

de ontem para hoje

«Chico Sucata» e outro marginal abatidos a tiro em Paris

FRANCISCO Mendes Gonçalves (foto) conhecido nos meios marginais por «Chico Sucata», e Didier Maxame, dois perigosos cadastrados que se tinham evadido respectivamente da Colónia Penal de Pinheiro da Cruz e do Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira, foram abatidos em Paris pela Polícia francesa quando preparavam o assalto a uma ourivesaria. «Chico Sucata» participou na célebre evasão de Dezembro último, durante a qual escaparam, para além dele, Onório Alcaide Gonçalves (conotado com as «FP-25» e acusado de ter morto um soldado da GNR no Algarve), António Correia Madeira e o espanhol Daniel Sapolos, que chegou a ser apresentado como membro da ETA.



Exumações da Liga dos Combatentes

A Liga dos Combatentes distribuiu a lista das exumações a efectuar no seu talhão privativo no cemitério do Alto de S. João para a Cripta dos Combatentes, desde o próximo dia 27 até 30 do corrente. A saber: António Tavares Pereira Júnior, José da Costa Martins e António da Costa Cò-Cò, Guilhermino José Rodrigues, 2.º sargento; António Franco Rocha, marinheiro; Carlos Augusto Alves, fogueiro; e António Alexandre, 1.º tenente.

Sindicalistas da PSP reúnem em Matosinhos

Profissionais da PSP do Norte afirmaram no Porto, que «da parte da hierarquia norte-nha não houve até agora qualquer tipo de obstrução às actividades para a formação do seu organismo sindical». Entretanto, o Grupo Dinamizador da Zona Norte que vem a desenvolver diligências para a constituição do Sindicato da Polícia promove um almoço-conívio em 25 de Junho próximo em Matosinhos. «Esta reunião vai congrega

maioria dos elementos policiais que nessa altura terão oportunidade de conhecer as actividades dos órgãos pró-sindicais — lê-se numa informação ontem divulgada. No mesmo documento acrescenta-se que a confraternização «serve também para demonstrar a unidade e a solidariedade existentes no seio da corporação, entre todos os que lutam pela criação da Associação Sindical dos Profissionais da PSP».

Irmãos vitimados em carro roubado

Quando conduziam uma viatura roubada, dois irmãos perderam a vida num acidente registado perto de Viseu. Os jovens Carlos Augusto Morgado Pereira, de 16 anos, e Joaquim Morgado Pereira, de 18, eram naturais daquela cidade, sendo a viatura conduzida pelo mais velho que não possuía carta.

Cabo Verde combate tuberculose

Uma missão médica portuguesa partiu ontem para a Cidade da Praia com o objectivo de estudar a implementação de um projecto de luta antituberculosa em Cabo Verde. Missão constituída ao abrigo da cooperação estabeleci-

da entre aquele país e a Fundação Gulbenkian, é chefiada pelo médico Fernando Neves Almeida. Numa primeira fase do projecto a missão estará em Cabo Verde durante dez dias.

Estudante de Biologia morto por ouriço

António de Aguiar, de 20 anos, aluno do curso de Ciências Biológicas da Faculdade de Ciências do Porto, morreu após ter contraído uma infecção numa aula prática de Patologia. O jovem feriu-se numa das mãos quando abria um ouriço-cacheiro, devendo ter sido atingido por qualquer veneno contido nas vísceras do animal. O caso irá ser agora alvo de inquérito, de forma a descobrirem-se as circunstâncias que tornaram possível a existência no laboratório de um animal com tal grau de perigosidade, a atestar em princípio uma considerável falta de cuidados.

Detido «carabineiro» do Bairro do Relógio

Elementos da Secção de Justiça da PSP detiveram o autor dos disparos que, conforme noticiámos, feriram cinco pessoas num baile que estava a decorrer no Bairro do Relógio. Trata-se do servente de pedreiro António Nunes, de 18 anos, que agiu sob os efeitos do álcool. Em seu poder

tinha uma carabina, marca «Sarrasqueta», de calibre 16 mm, utilizada no atentado, uma pistola «Beretta», um carregador com seis munições, três cartuchos de calibre 12 e cinco de calibre 16, que disse ter furtado há cerca de um mês numa espingardaria em Lisboa.

Afogado tripulante de barco de borracha

Por motivos ainda desconhecidos um pequeno barco de borracha afundou-se num pequeno lago existente em Martanas, Vale de Figueira, tendo causado a morte do seu ocupante, Joaquim Costa Luis, de 28 anos, casado, natural da freguesia de Vifatedra, onde residia. O corpo foi retirado pelos Bombeiros Voluntários de Santarém.

Congresso Internacional sobre Descobrimentos

Coimbra Martins falou da Ásia e de Camões

Inaugurado no domingo à tarde pelo Presidente da República, o Congresso Internacional sobre «Os Descobrimentos Europeus e a Europa do Renascimento» teve ontem a sua primeira sessão de trabalhos, presidida pelo comissário-geral da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, Pedro Canavaro.

O ministro da Cultura, Coimbra Martins, esteve também presente, tendo apresentado uma comunicação sobre a história da Ásia vista através de «Os Lusíadas» e outros cinco escritores portugueses da Ásia portuguesa.

«Deparamos com duas versões da história da Ásia: a tradição Castanheda/Couto e a versão Correia/Andrade» — disse Coimbra Martins, sublinhando que «as versões opostas não deixam de coincidir».

Depois de uma análise das obras dos cinco cronistas, concluiu que «apenas Camões escreveu a única obra totalmente original em que se contam os descobrimentos e a gesta da Índia».

Numa referência a «Os Lusíadas», o ministro da Cultura disse que foi Camões quem «resolveu as contradições entre relação do feito e suma histórica entre crónica do passado e crónica do presente, entre ponto de vista da Índia e ponto de vista do reino».

«Não diremos nada das fontes de «Os Lusíadas», que essas foram metodicamente estudadas. Só juntaremos que, tanto «Os Lusíadas» como o primeiro soldado prático de Diogo de Couto traduzem (entre outros) um

projecto comum» acrescentou o ministro, para se inquirir sobre se «deverá Camões alguma coisa a Diogo de Couto».

«Severim escreveu que lhe pedia muitas vezes conselhos literários, que lhe deu «Os Lusíadas» a comentar, e poemas seus a guardar, mas nada está provado» — disse.

O historiador inglês Charles Boxer apresentou igualmente, durante a sessão plenária de ontem, uma comunicação sobre a ocupação das ilhas Molucas e a disputa pelo seu controlo no século XVI. Finalmente, o professor Pina Martins, presidente do Congresso, encerraria a sessão com uma síntese dos trabalhos a abordar nos dias seguintes, pondo em destaque a importância cultural e política deste Congresso Internacional, que trouxe à Gulbenkian cerca de 650 congressistas de 42 países, entre os quais se encontram individualidades de 42 universidades.

Durante os trabalhos de ontem à tarde foram discutidos temas como «a contribuição do Renascimento português para as relações da Europa com o mundo não europeu» e «a urbanística, a arquitectura e a escultura na época dos Descobrimentos».

Os congressistas analisaram também «as correntes do pensamento filosófico» da referida época e «o intercâmbio e influências da língua portuguesa nos séculos XV e XVI», entre outros temas.

As sessões de trabalho decorrem nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, e encerram segunda-feira com um encontro a realizar na Universidade de Coimbra.

Eanes no Congresso da Língua portuguesa

O Presidente Eanes preside no dia 28 à sessão inaugural do Congresso Internacional sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo, que decorre na Universidade de Lisboa até 3 de Julho — informou ontem uma fonte da organização.

Mais de 600 estudiosos e professores de língua portuguesa participam no Congresso, organizado por uma Comissão Executiva composta por docentes da Faculdade de Letras de Lisboa e oficialmente apoiada pelos Ministérios da Educação, Cultura e Negócios Estrangeiros.

Apoiam ainda a iniciativa, que tem o patrocínio da UNESCO, o Instituto Nacional de Investigação Científica, Instituto de Língua e Cultura Portuguesa, Fundação Calouste Gulbenkian e Biblioteca Nacional.

Numa informação à imprensa, são apontados como objectivos do Congresso «o levantamento

das comunidades de Língua portuguesa no mundo e a análise dos seus problemas linguísticos e socioculturais, o estudo das formas de alargar e preservar a presença da Língua portuguesa e dos modos de cooperação e intercâmbio científico, cultural e pedagógico», entre outros.

Monumento a Camões instalado em Coimbra

O monumento a Camões, que a Academia de Coimbra erigiu no princípio do século e que há 30 anos fora apeado e parcialmente destruído, ficou desde domingo reinstalado nesta cidade.

A iniciativa da reconstrução do monumento do leão, assim chamado por ser um leão de bronze o seu principal motivo escultórico, partiu da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra.

A Câmara Municipal, a Direcção-Geral da Associação Académica e a reitoria da Universidade apoiaram a ideia tão eficazmente, que esta se concretizou em poucos meses. Além do leão assente no seu plinto, o monumento compreende um obelisco em pedra de Porto de Mós, encimado por uma coroa de louros, em bronze.

A localização inicial era no largo fronteiro à actual Faculdade de Letras, mas a reinstalação, em vez de ser feita nesse local ou nos arcos do jardim, como os conimbricenses teriam preferido, fez-se num recanto esconso da cidade.

Primeira eleição através de um colégio de Representantes

Toscano Rico empossado como Reitor da Universidade de Lisboa

A Universidade, ao criar ciência e inseri-la no quotidiano da vida comporta-se como consciência crítica da sociedade, sugerindo-lhe novos caminhos a percorrer — afirmou ontem o novo reitor da Universidade de Lisboa.

O professor José Manuel Gião Toscano Rico tomou ontem posse como reitor da Universidade de Lisboa, sendo o primeiro Reitor daquela Universidade eleito por um colégio de representantes, alunos e funcionários.

A posse foi conferida pelo professor Inocêncio Galvão Teles, da Faculdade de Direito de Lisboa, na sua qualidade de decano da Universidade de Lisboa.

Falando na tomada de posse, o novo reitor da Universidade de Lisboa defendeu que «a autonomia universitária deve ser gerada a partir da própria Universidade, utilizando o poder criador para corrigir os defeitos e ultrapassar as limitações».

Salientou que a sociedade considera geralmente a Universidade como uma unidade produtora de quadros em vez de agente propulsor de si própria, podendo contribuir para o progresso cultural, desenvolvimento tecnológico e bem-estar social.

Toscano Rico disse que a Universidade deve possuir as condições necessárias para orientar

a sua actividade própria de modo a melhor poder contribuir para a realização de uma política ordenada e coerente no âmbito do ensino e da investigação, não podendo «constituir um Estado dentro de outro Estado nem dissociar-se de todo um processo de coordenação de actividades que o Governo tem obrigação de promover».

Considerou que a Universidade sofre de problemas derivados da sua própria estrutura e da conjuntura geral.

As estruturas universitárias — aditou — foram programadas para uma capacidade e uma dinâmica diferentes das impostas pelo mundo de hoje, assistindo-se a uma aparente inércia da máquina administrativa e a um desajustamento no ritmo das diversas gerações que compõem o corpo universitário.

Toscano Rico sublinhou que «o primeiro passo para ultrapassar os problemas internos consiste numa mudança das mentalidades, permitindo compreender o processo evolutivo da Universidade», quer do ponto de vista do aumento da população escolar, quer do ponto de vista qualitativo das modificações orgânicas e incremento na complexidade das funções a desempenhar.

O reitor da Universidade de

Lisboa considerou que se impõe uma maior participação dos docentes nas tarefas administrativas, que serão mais pesadas com a introdução da autonomia.

Verifica-se que uma grande parte dos estudantes está desinteressada dos problemas universitários e demanda mais a Universidade para alcançar um diploma do que para forjar uma personalidade e adquirir uma cultura, não aproveitando tudo o que pode obter da instituição.

Toscano Rico salientou a «inadequação funcional e o deplorável estado de conservação de muitos dos edifícios em que se apoia a vida da Universidade, desajustados no tempo e há longos anos carentes de manutenção», a insuficiência das dotações orçamentais que não acompanham a inflação, assim como «o número de novos alunos que não têm atendido a real capacidade docente das escolas».

O novo reitor analisou resumidamente os problemas específicos das Faculdades de Letras, Direito, Medicina, Ciências, Farmácia e Psicologia, que constituem a Universidade de Lisboa.

Toscano Rico salientou a importância da continuação e desenvolvimento da investigação científica e os cursos de pós-

-graduação, que classificou como «dois desafios que se perfilam já no horizonte».

Dando posse ao novo Reitor o professor Galvão Teles afirmou que sempre foi adepto da autonomia universitária, pelo que lhe «apraz sobremaneira ter directa participação pessoal num acto que é, sem dúvida, uma afirmação de autonomia».

Acenou que o reitor deve sair sempre do seio da Universidade, ser alguém que dentro dela sente e vive os seus problemas e anseios.

O decano da Universidade de Lisboa disse que «a Universidade tem de se integrar no todo nacional, colocando-se fervorosamente ao serviço da nação» e «os órgãos de soberania devem por seu turno criar-lhes condições para que possa realizar bem tais interesses».

Afirmou que as universidades portuguesas e, nomeadamente, a de Lisboa atravessam uma inegável e grave crise, de que se vão refazendo mas que ainda não ultrapassaram.

A terminar, Galvão Teles considerou que a Universidade de Lisboa escolheu o novo reitor, conhecedora das duas qualidades e das provas já anteriormente dadas como vice-Reitor de devoção à causa universitária.

A guerra económica: metáfora ou alibi?

Continuação da pág. II

Ora, assim como certas utilizações pouco hábeis da arma económica pelos Estados Unidos contra a URSS não devem esconder a estratégia económica indirecta dos soviéticos para com certos países da Eu-

ropa Ocidental, também o projecto apontado a uma guerra económica mítica pode, hoje, distrair-nos dos verdadeiros problemas postos por uma imbrincada aumentada e muito complicada, porque, geralmente, assimétrica e multidimensional, entre as relações de

força militares que modelam os sistemas económicos reais e os circuitos económicos que condicionam os meios militares efectivos.

A metáfora transforma-se, então, em ecra isto quando não se torna um alibi.

(1) F. Y. Edgeworth, *Mathematical Psychics*, Kiley, Londres.

(2) Olson e J. R. Zeckhauser, *An Economic Theory of Alliance*, The Review of Economics and Statistics, 1966.

(*) Presidente da Associação dos economistas de defesa, director de investigação na Universidade de Paris — IX — Dauphine.

Prevenindo incêndios

Alerta na serra de Sintra
durará três meses

As quatro corporações de bombeiros responsáveis pela segurança da serra de Sintra iniciaram uma campanha de três meses de prevenção contra incêndios naquele perímetro florestal.

Nesta acção de prevenção, com vigilância da serra 24 horas por dia, participam os voluntários de Sintra, S. Pedro de Sintra, Colares e Almocageme cada unidade com uma viatura para todo o terreno, um autotanque e cinco bombeiros.

Três postos de vigília, também já operacionais, encontram-se ligados por rádio com um centro coordenador da administração Florestal de Sintra, este na vila.

Completam o dispositivo de segurança reservas de água, naturais ou artificiais, em pontos estratégicos da serra, além de acessos abertos ou melhorados na floresta para intervenção de viaturas de bombeiros.

Elementos da Guarda Florestal e GNR de Sintra vão

patrulhar as matas para detecção de indivíduos suspeitos, dada a presunção de fogos postos nos sinistros dos verões passados.

Ao mesmo tempo, técnicos da Câmara Municipal local, agentes da autoridade e elementos da Associação de Escoteiros de Portugal desenvolverão acções de sensibilização junto da população da vila e dos vistantes da serra.

Responsáveis pela operação mostraram-se optimistas quanto ao êxito desta e consideraram suficientes os meios materiais e humanos existentes.

As quatro corporações de bombeiros dispõem de viaturas e soldados bastantes para a prevenção contra incêndios na presente vaga de calor, segundo Salvado Alves, segundo — comandante dos Voluntários de Sintra (BVS).

«Não queremos detecção nem combate aos incêndios, mas prevenção dos fogos», sublinhou Herminio Santos, vereador que preside à Co-

missão Especializada de Fogos Florestais de Sintra (CEFF).

A presente, campanha, indicou também Herminio Santos, «não é uma acção inédita mas melhorada», pois retoma a que tornou possível que entre 1981 e 1982 «a área que ardeu tenha sido muito reduzida».

Ao fazer o balanço dos sinistros passados, Salvado Alves indicou que «o pinheiro bravo ou manso, a principal espécie existente na Serra de Sintra, quando destruído, exige 50 anos para formar nova floresta».

Além de pinheiros, também acácias e eucaliptos povoavam, vertentes da serra ainda hoje escalvadas por efeito de incêndios desde há vários anos.

O «lixo» natural das matas, como folhas secas e ramagens putrefactas, «é o combustível número um para os incêndios», que anteriores sinistros na serra confirmou, lembra o segundo-

-comandante dos BVS.

A limpeza das matas compete aos Serviços Florestais no caso dos terrenos do Estado.

Hoje este problema «não está tão mal como estava», admite Salvado Alves, embora o Estado fique entre os proprietários que não limpam as matas.

A CEFF, em directivas agora publicadas, apela à queima dessa lenha (folhas ou ramos secos) nas matas a defender, particulares ou públicas, mas faz depender essa operação de prévia comunicação aos técnicos de incêndios, para controlo das operações sem risco de sinistros.

Afixação de cartazes, divulgação de itinerários mais defendidos de incêndio, publicação de textos na imprensa regional e operações «stop», estas não para verificação de documentos mas para esclarecimento dos condutores por escoteiros, integram a acção de sensibilização prevista.

Vinte internados na Madeira

Surto de gastro-enterite
com tendência
para diminuir

FUNCHAL, 21 — O director regional da Saúde Pública da Madeira afirmou nesta cidade que o inquérito aos acontecimentos resultantes do aparecimento de um surto de gastroenterite que afectou algumas centenas de funchalenses ficará concluído depois de amanhã, em princípio.

Carlos Sousa Freitas admitiu haver «uma tendência para a diminuição do número de pessoas atendidas no serviço de urgência do Centro Hospitalar do Funchal» e acrescentou que, até «à divulgação dos resultados do inquérito, a situação está sob controlo do departamento governamental competente».

Cerca de 300 indivíduos residentes nas freguesias de São Martinho e Santo António foram atendidos no último fim-de-semana no Centro Hospitalar do Funchal apresentando sintomas de intoxicações resultantes do aparecimento de cólicas intestinais associadas a febres e vómitos. Fontes hospitalares contactadas pela ANOP admitiram, de acordo com os depoimentos de alguns dos internados, que esta intoxicação possa

estar relacionada com a utilização de água imprópria para consumo.

A este propósito, a Direcção Regional de Saúde Pública divulgou no Funchal um comunicado aconselhando a população à adopção de medidas de prevenção até à conclusão do inquérito em curso, salientando a necessidade de as pessoas portadoras dos sintomas contactar imediatamente os serviços de assistência médica.

Aquela Direcção Regional anuncia a realização de um inquérito epidemiológico destinado a apurar as causas do surto, tendo sido constituídas para o efeito várias equipas de técnicos que irão proceder a recolha de amostras de água do abastecimento público, leite e outros alimentos susceptíveis de propagação da doença.

Admitindo uma intervenção de laboratórios fora da região, caso ela se justifique, a Direcção Regional da Saúde Pública confirma o internamento de 20 pessoas cujo estado de saúde não são graves, estando a reagir perfeitamente aos tratamentos aplicados.

Inquérito a Abecasis não passou na Câmara

Saldanha em plena marcha à ré: suspensos todos os despachos

Os despachos já exarados sobre estudos, anteprojectos e projectos referentes à urbanização da área do Saldanha foram ontem suspensos por decisão do executivo municipal, na sua habitual reunião das segundas-feiras.

A proposta aprovada pelo PS e APU foi o resultado da fusão de dois documentos semelhantes apresentados por aquelas duas forças. Nela se prevê que uma comissão com representantes de todas as forças políticas com assento na Câmara elaborem um projecto de regulamento de intervenção urbanística para aquela área com limites a estabelecer oportunamente.

Esse projecto de regulamento deverá ter o apoio dos serviços da Câmara, visando a reanálise dos anteprojectos existentes para a área. A data para a sua apresentação é de 15 de Outubro do ano corrente.

Os problemas levantados pelo «caso saldanha» não terminaram aqui. O executivo municipal

aprovaria também, ontem, a realização de um inquérito interno à forma como foi despachado o caso Saldanha, tal resulta de no processo referente ao Monumental aparecerem datas emendas à mão.

A aparente falsificação dos despachos sobre o Monumental tornam-se tanto mais evidentes quando foi utilizada tinta de cor diferente e uma nova data aposta num documento corresponder mesmo a um domingo. Acresce que nesse documento se faz referência a um outro do dia seguinte...

A verdade é que, e apesar de todas as circunstâncias que têm rodeado vários projectos para Lisboa tornados públicos nos últimos três anos e meio, um pedido

de inquérito à actividade de Abecasis não vingou, por ter suscitado os votos contrários dos vereadores do Partido Socialista.

O sentido de voto dos socialistas seria diferente quanto às duas alíneas da proposta oportunamente apresentada pela APU. Numa alínea propunha-se um voto de censura ao presidente da Câmara, o que motivou a abstenção do PS; noutra era proposto o inquérito, que suscitou os votos contrários.

Modo vago?

A justificação encontrada pelos vereadores PS para a sua tomada de posição: a proposta da APU fundamenta-se, do seu ponto de vista, em factos que a Câmara ainda não apreciou, ou em factos apresentados de modo vago.

No primeiro caso, diz o PS a aprovação ou rejeição constituiria «um inadequado julgamento prévio de actos sobre os quais quer a Câmara quer os tribunais se debruçarão oportunamente». No segundo caso, seria limitado

de forma irremediável eo valor da proposta.

As alegações dos socialistas surpreenderam os vereadores da APU, por se tratar de um conjunto de factos bem concretos que marcam claramente a gestão de Krus Abecasis desde que tomou posse, no seu primeiro mandato, em Janeiro de 1980.

A lista de casos é longa, desde os idos da Feira de Belém e das torres do Tejo, até à Central de Camionagem do Areeiro, os viadutos de Calvanas e do Campo Grande, o Hilton, o Luna Parque, e tudo o mais que se sabe.

Mas, os vereadores socialistas pretendem que os inquéritos sejam rigorosos e baseados, «para serem eficazes». Caso contrário, afirmam, levariam a «actuações inúteis, determinariam efeitos paralisantes na Câmara».

«Os vereadores socialistas convidaram, portanto, os vereadores da APU a, se o entenderem oportuno, levarem a cabo um esforço cuidadoso de concretização» — diz-se num comuni-

cado do PS a propósito da sessão de ontem.

Incómodo ao MAI?

A realização de um inquérito nas circunstâncias propostas pelo APU levantaria, depois de tudo alguns problemas no seio do próprio PS, o que poderá ter influenciado a sua posição. É o caso de esse inquérito, a realizar-se, cair no âmbito do Ministério da Administração Interna, cujo titular é nem mais nem menos que Eduardo Pereira, vereador eleito para a CML e que agora optou pelo cargo de ministro.

Por outro lado, a nível político estranha-se que uma das medidas do programa eleitoral do PS fosse exactamente o combate à corrupção e moralização da coisa pública, enquanto agora se recusa o esclarecimento das dúvidas suscitadas na CML.

O PS, por sua vez, recorda que tem um pedido de inquérito feito. Trata-se de «factos muito concretos», que o baseiam, relativos à distribuição de habitação social, com proposta de um voto

de censura ao presidente da Câmara.

Por fim, a posição de Abecasis na reunião de ontem: salientou que não receia qualquer inquérito, «uma vez que tem a consciência perfeitamente tranquila quanto aos actos praticados».

Um outro caso ontem levantado na reunião da Câmara causou entretanto alguma estranheza. É que a APU solicitara, em Setembro de 1982, que o governador civil de Lisboa declarasse nulos os actos da Câmara, com base em ilicitudes então denunciadas.

O governador civil, Neiva Correia, do CDS, enviou essa documentação a Abecasis para que, nos termos legais, tomasse a sua posição. Só que, foi ontem denunciado, o processo foi metido na gaveta pelo presidente da Câmara de Lisboa.

Uma prova de má-fé, eis como a APU entende este tipo de actuação. Um reforço mais, afinal para que fosse viabilizado o seu pedido de inquérito a Abecasis, desde Janeiro de 1980.

em duas palavras

● Vinho enche bolsos da Junta Nacional

A Comissão Nacional dos Produtores Vitivinícolas revelou que os preços do vinho ao consumidor, sobretudo nos grandes centros urbanos, são quatro vezes superiores aos pagos ao produtor pela respectiva Junta Nacional. Após um encontro realizado em Leiria, aquela comissão exigiu a intervenção da Junta Nacional do Vinho (JNV) «para que seja retirado imediatamente todo o vinho da anterior colheita que ainda se encontra por escoar nas Adegas Cooperativas e nos produtores isolados». A comissão reclama ainda a abolição da taxa de 20 centavos por litro cobrada ao lavrador pela JNV. Na opinião dos vitivinicultores reunidos em Leiria, os preços pagos pela JNV não são compensadores face aos elevados custos de produção.

● Pousadas: exploração só em grupo

A exploração das pousadas através do sector privado é uma «ideia aberrante», afirmou à ANOP o administrador da «ENATUR», Sulleiman Vally Mammede.

Este gestor insurgiu-se, assim, contra uma das conclusões aprovada no domingo, no Congresso Nacional de Hoteleria, promovido pela Associação dos Hotéis de Portugal que pretende a abertura à iniciativa privada das pousadas. A exploração das pousadas «só é rendível em grupo visto que enquanto umas têm capacidade para 26 quartos, outras limitam-se a ter apenas quatro quartos». Assim «o prejuízo de uma é coberto pelos lucros de outras» explicou Vally Mammede.

● Fafe vai ter nova estação dos CTT

As obras de construção das novas instalações dos CTT na urbanização da zona Sul de Fafe foram ontem iniciadas.

O empreendimento, que deverá ficar concluído no início do próximo ano, envolve um investimento próximo dos 50 milhões de escudos

● GNR tem mais 596 soldados

O segundo comandante-geral da GNR, brigadeiro Almeida Brito, presidiu ontem em Lisboa, à cerimónia do compromisso de honra de 596 novos soldados desta força. O acto realizou-se no quartel do Quarto Esquadrão do Regimento de Cavalaria da GNR, à Ajuda, tendo assistido os comandantes dos batalhões de Lisboa, Évora e do Regimento de Cavalaria. Os novos soldados da GNR pertenciam à primeira Escola de Alistados de 1983 e receberam instrução nos batalhões de Lisboa, Évora e Regimento de Cavalaria. Vão ser distribuídos por todo o País.

● Arquitectura-tipo em Castelo Branco

A arquitectura tipo-tradicional popular é o tema de uma exposição fotográfica que decorre até ao dia 25, na Casa de Cultura da Juven-

tude de Castelo Branco. O certame visa sensibilizar e divulgar a arquitectura popular. Organiza a exposição a Casa de Cultura e Associação para Defesa e Recuperação do Património de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Penamacor.

● Bragança: arranca escola agrícola

Os vogais da Comissão Instaladora da Escola Agrária de Bragança (Terroso Cepeda e José Baltazar) foram ontem oficialmente empossados no cargo, durante uma cerimónia presidida pelo director-geral do Ensino Superior.

Após o acto de posse, o director-geral acompanhado do governador civil e do bispo de Bragança, visitou a Quinta da Apolónia e uma exposição dos menores arquitectónicos do projecto da escola Superior de Educação de Bragança. Aquele director declarou à ANOP que o futuro Instituto Politécnico de Bragança se destina à formação de técnicos de nível intermédio e de professores qualificados.

● Seminário internacional para deficientes

Iniciou-se ontem nas instalações do Instituto Nacional dos Desportos, em Lamego um seminário internacional de recreação para deficientes, que vai até sábado. A iniciativa, da responsabilidade da Associação Internacional de Desportos e Recreação para Deficientes com Paralisia Cerebral, reúne cerca de centena e meia de participantes.

A CEE depois de Estugarda

Seis meses para evitar a falência política e financeira da Europa

A crise que ameaçava fazer fracassar a cimeira europeia de Estugarda foi afastada mas não foi vencida e os Dez dispõem, agora, de seis meses para encontrarem as respostas aos problemas de fundo colocados em Estugarda, sem o que a próxima cimeira de Atenas, a 4 de Dezembro, marcará a falência política e financeira da Europa.

O governo grego, que pela primeira vez irá assumir a presidência da CEE, herda uma situação de «crise aberta».

Apesar de os Dez terem reafirmado solenemente o seu apego pela Comunidade Europeia e o seu empenho no progresso para uma Europa mais unida, a cimeira revelou a existência de um fosso que os separa quanto aos meios de conseguirem esses resultados.

Num momento em que todos os governos europeus aplicam políticas de austeridade orçamental e só de mau grado aceitam pagar mais para as finanças europeias, o problema-chave a

resolver será o do financiamento futuro da CEE, cujo orçamento actual de 25 mil milhões de dólares, é insuficiente e não permite a adesão da Espanha e de Portugal.

A cimeira de Estugarda colocou o problema de modo claro:

- 1) É necessário sanear o Orçamento europeu e poupar especialmente nas despesas agrícolas que absorvem dois terços dessas despesas;

- 2) É preciso reforçar o modo de financiamento para resolver de modo permanente o problema do Reino Unido que, se bem que sendo um dos países mais pobres da CEE em termos de Produto Interno Bruto (PIB) por habitante, paga muito mais do que os seus parceiros, com excepção da RFA.

- 3) É preciso arranjar os recursos necessários para novas políticas comuns que permitam resolver os verdadeiros problemas da Europa que são o desemprego, a falta de competitividade e o atraso tecnológico em relação

aos Estados Unidos e ao Japão.

Em função das soluções encontradas ficará por decidir em Atenas se se deve ou não aumentar o Orçamento europeu cujos recursos se encontram actualmente limitados à taxa de um por cento das receitas do TVA que os Dez pagam à CEE. Todos concordam com a necessidade de o fazer, nem que seja apenas para permitir a entrada da Espanha e de Portugal na CEE, entrada que custará caro por causa da produção espanhola de vinho, frutas, legumes e azeite.

Só a Grã-Bretanha se opõe a essa medida. Não aceitará discutir a enquanto as despesas agrícolas da Europa não forem efectivamente controladas e enquanto a sua contribuição para o Orçamento não tiver sido reduzida.

A negociação que foi decidida em Estugarda vai, portanto, pôr em causa os interesses directos dos países que beneficiam da política agrícola, principalmente a França, o Benelux, a Dinamarca e a Itália.

Apesar das dificuldades serem grandes, vários factores deverão levar os Dez a procurarem um acordo. O esgotamento do Orçamento, que permitirá, à justa, cobrir as despesas de 1984, precisa duma solução urgente. Além disso, a negociação «muito dura» que acabou por resultar no pagamento de uma compensação de 675 milhões de dólares à sra. Thatcher, convenceu todos os governos de que é necessário acabar com o problema britânico que desde há quatro anos tem mobilizado muitas energias. Finalmente, os Dez não podem voltar a adiar a adesão da Espanha e de Portugal, medida que consideram ser um imperativo político.

Será que a próxima cimeira de Atenas conseguirá encontrar os alicerces para uma nova Europa, com doze membros? Ou será ela a cimeira da desilusão? Os Dez dispõem de seis meses para decidir.

Xavier Catheu, da AFP

Reacções desencontradas em Bona, Lisboa e Madrid

O objectivo da CEE é terminar as negociações sobre o alargamento ao mesmo tempo que as negociações internas sobre o financiamento da Comunidade — considerou ontem o «Bureau da CEE em Lisboa».

Numa nota distribuída à imprensa o Bureau afirma que, no fim dos trabalhos do Conselho Europeu, que terminou no domingo em Stuttgart, tanto o Presidente do Conselho, Helmut Kohl, como o Presidente da Comissão Europeia, Gaston Thorn, afirmaram aquele objectivo, salientando que a conclusão seria antes do fim deste ano.

Kohl e Thorn acrescentaram que o facto de o comunicado final do Conselho Europeu não indicar uma data para a concretização do alargamento a Portugal e a Espanha não significa de modo nenhum um enfraquecimento da determinação da Comunidade em concluir as negociações o mais rapidamente possível — refere o comunicado do Bureau da CEE em Lisboa.

O «Bureau» recorda o texto da declaração final do Conselho Europeu, segundo o qual se assegura que as negociações com os países ibéricos «vão prosseguir, tendo em vista a sua conclusão, de modo a que os tratados de adesão possam ser apresentados à ratificação pelos parlamentares nacionais quando estiver concluída a negociação relativa ao financiamento futuro da Comunidade».

Genscher fala de su cesso

O presidente em exercício do Conselho Europeu, Hans-Dietrich Genscher, qualificou ontem a evolução política das negociações de adesão da Espanha e Portugal ao Mercado Comum havida em Stuttgart de «sucesso para a Europa» e «encorajamento para os futuros membros».

Genscher declarou no final de uma reunião em Bona com os ministros dos Estrangeiros espanhol e português, Fernando Moran e Jaime Gama, que a decisão de associar a reforma do financiamento da CEE à conclusão das negociações para o alargamento da Comunidade prova a «séria vontade dos europeus» de solucionar rapidamente a passagem de Dez a Doze. «O facto de associar estas duas questões deverá relançar seriamente a Europa», disse.

Lamentos espanhóis

Entretanto, em Madrid a Espanha lamenta que a cimeira não tenha fixado uma data para a sua adesão à CEE, segundo comentários de um porta-voz do Ministério espanhol dos Negócios Estrangeiros.

O porta-voz declarou, porém, que a reunião dos «Dez» teve resultados positivos, o principal tendo sido o de evitar uma crise no interior da CEE, que «teria paralisado o processo de adesão da Espanha».

Toda a Imprensa madrileña

acentuava ontem a recusa da França em fixar uma data para a conclusão das negociações sobre a adesão da Espanha à CEE.

«A França impediu qualquer alusão à entrada da Espanha no Mercado Comum», diz em título de «Diário 16» é que «as teses de Thatcher e Mitterrand triunfaram em Stuttgart».

«A intransigência da França impediu que se pudessem fixar uma data limite para a conclusão das negociações sobre o alargamento da CEE a Espanha e Portugal», escreveu também o «Hoja de Lunes».

Para o «ABC» «Mitterrand triunfou: a Espanha não entrará no Mercado Comum enquanto a CEE não tiver concluído a sua reforma financeira».

O presidente do Governo socialista espanhol, Felipe Gonzalez, enviou recentemente uma carta aos chefes de governo dos países membros da CEE, em que insistia na oportunidade de uma aceleração da entrada da Espanha no Mercado Comum.

Calçado quer exportar 20 milhões de contos/ano

O grande objectivo do sector do calçado é exportar 20 milhões de contos/ano, segundo revelou no Porto o presidente da respectiva associação, António Clara.

«A meta dos dez milhões já foi atingida e caminhamos a passos largos para dobrar a parada» — acrescentou.

António Clara falava no Porto, por altura da visita do Presidente da República à Mocap, certame exclusivamente reservado ao mercado externo.

A Mocap, iniciativa da Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e Sucedâneos (APIC-CAPS) apresentou as colecções de calçado de couro para a Primavera/Verão de 1984. Estiveram presentes 80 fabricantes portugueses, total que representou um acréscimo relativamente à Décima Mostra de Calçado (Mocap/82).

De acordo com informações da APIC-CAPS divulgadas durante o certame, o sector do calçado português emprega cerca de 35 mil trabalhadores, contribuiu com doze milhões de contos para o Produto Interno Bruto e exporta cerca de 60 por cento da produção.

Referindo-se à exposição propriamente dita, António Clara realçou que «atendendo à difícil conjuntura económica internacional a Mocap foi um sucesso e o número de visitantes e compradores estrangeiros e de volume de negócios realizados foi superior a 1982».

António Clara pôs fundamentalmente o acento tónico no aparecimento de clientes de novos países e entre estes destacou a África do Sul e a América do Norte (Canadá e EUA).

«O sector de calçado pode desempenhar um contributo ainda maior na recuperação da economia nacional desde que os incentivos e apoios adequados não faltem», disse a finalizar o presidente da associação.

Moçambique ratificou acordo com Portugal

O Conselho de Ministros da República Popular de Moçambique ratificou o protocolo adicional ao Acordo de Cooperação Económica com Portugal — foi ontem oficialmente anunciado em Maputo.

O protocolo adicional foi assinado durante a visita oficial do então Primeiro-Ministro português, dr. Pinto Balsemão, em Junho de 1982.

Abre hoje a Filtécnica com 512 expositores

Promoção da indústria nacional de metalurgia e metalomecânica e contribuição para a abertura de novas vias para a exportação são os objectivos básicos da Filtécnica/83-3.º Salão Internacional da Metalurgia e Metalomecânica que hoje abre as suas portas, no recinto da Feira Internacional de Lisboa.

Segundo informação da Associação Industrial Portuguesa, principal organizador do certame, visa-se, também, o intercâmbio de tecnologia a nível nacional e internacional. A Filtécnica abre às 16 horas de hoje e ficará patente ao público até ao dia 26, funcionando no horário das 15 às 20 horas, só para profissionais, e das 20 às 23 horas para todos os interessados. No entanto, dadas as características especiais de alguns dos equipamentos expostos as visitas são interditas a menores de 14 anos.

A edição deste ano conta com a presença de 512 expositores, dos quais 368 são estrangeiros, provenientes de 21 países.

Estão representados a Áustria, Bélgica, Brasil, Bulgária, Checoslováquia, Dinamarca, Estados Unidos da América, Escócia, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão, Jugoslávia, Noruega, República Democrática Alemã, República Federal da Alemanha, Suécia, Suíça e Taiwan.

Entre os expositores, incluem-se fabricantes nacionais e estrangeiros de produtos e equipamentos para as indústrias da metalurgia e metalomecânica ligeiras e pesadas, com destaque para os sectores de transportes, fundição e soldadura, empresas de subcontratação, unidades industriais e empresas fornecedoras de equipamentos para os sectores de exploração de minas e transformação de minérios, electrónica industrial e aparelhagem de medida, ensaio e óptica, além de outras actividades subsidiárias dos dois subsectores em causa.

O programa de manifestações paralelas da Filtécnica/83 inclui, no dia 22, um encontro sobre problemática de subcontratação, um debate sobre o sector do metal no dia 23.

Petróleo: produção mundial inferior ao consumo

A produção mundial de petróleo foi muito inferior ao consumo registado em 1982, no segundo ano consecutivo, provocando assim uma nova redução dos stocks, indica a British Petroleum na sua revista estatística anual, publicada esta semana.

Com efeito, o fosso entre a produção e o consumo agravou-se fortemente, tendo passado dos 12,7 milhões de toneladas verificado em 1981 para os 6,2 milhões de toneladas em 1982. Todavia, em 1980, a produção havia sido excedentária em 77,9 milhões de toneladas, o que tinha estado na origem dum enfraquecimento do mercado mundial, contrariando a tendência do aumento de preços desse produto.

Em 1982, a produção diminuiu 4,9 por cento em relação ao ano anterior (seja 142,4 milhões de toneladas) o que a fez retroceder ao nível de 2750,6 milhões de

toneladas contra os 2893 milhões de 1981 e os 3079,4 milhões de toneladas do ano de 1980.

Por seu lado, o consumo baixou em 3 por cento (6,9 milhões de toneladas), seja de 2818,8 milhões de toneladas contra os 2901,7 registados em 1981 e os 3001,5 milhões de toneladas em 1980.

A British Petroleum sublinha que desde 1979, o consumo do petróleo diminuiu nitidamente (cerca de 10 por cento) e que esta redução se efectuou em proveito do carvão, da hulha branca e da energia atómica, enquanto, no mesmo período, o consumo total de energia primária permaneceu mais ou menos estacionária.

Reservas para 32 anos

Faz ainda alusão ao facto derivado das recentes descobertas

segundo as quais o montante das reservas provadas de petróleo no mundo se mantêm sem alteração em cerca de 92 mil milhões de toneladas (o que equivale a cerca de 32 anos e meio de consumo ao ritmo actual). Desse total, 50,2 mil milhões de toneladas (54,4 por cento) encontra-se no Médio Oriente, 11 mil milhões (11,6 por cento) na América Latina, 8,6 mil milhões (9,3 por cento) na União Soviética, 4,7 mil milhões (5,5 por cento) nos Estados Unidos e, enfim, 3,2 mil milhões (somentes 3,5 por cento) na Europa Ocidental e essencialmente no Mar do Norte.

No que diz respeito à produção de 1982, a revista estatística indica que a produção capitalista diminuiu de 6,9 por cento (2016,6 milhões de toneladas), com uma baixa de 17,6 por cento da produção da OPEP.

Entre os países socialistas a

produção da URSS aumentou apenas 0,5 por cento sobre 612,2 milhões de toneladas (seja 22,3 por cento do total da produção mundial). A produção dos restantes países da Europa do Leste aumentou entre 16,5 e 20,1 por cento e, quanto à produção de petróleo na China também tem aumentado em 0,7 por cento sobre os 101,7 milhões de toneladas anuais.

Substituindo a Arábia Saudita no segundo lugar da lista dos maiores produtores de petróleo mundiais, os Estados Unidos, depois da URSS, viram, também, a sua produção aumentar ligeiramente em 0,6 por cento sobre os 485,8 milhões de toneladas anteriores.

No seio da OPEP, a Arábia Saudita registou a diminuição mais forte durante 1982 (33 por cento, sobre 162 milhões de to-

neladas). Nove outros membros daquela organização dos países produtores de petróleo reduziram

também as suas produções: Kuwait 28,2 por cento sobre 34,6 milhões de toneladas, Qatar 18,4 sobre 16,2 milhões de toneladas, Argélia 17,1 por cento sobre 38,4 milhões de toneladas, Indonésia

16,8 por cento sobre 65 milhões de toneladas, Venezuela 12,8 por cento sobre 97,7 milhões de toneladas, Nigéria 10,1 por cento sobre 63,9 milhões de toneladas.

Gabão 7,5 por cento sobre 7 milhões de toneladas, Equador 4,1

por cento sobre 10,3 milhões de toneladas. Apenas três países au-

mentaram as respectivas produções: Irão 49,4 por cento sobre 98,2 milhões de toneladas, Iraque 9,1 por cento sobre 48 mi-

lhões de toneladas e a Líbia 3,7 por cento sobre 55,4 milhões de toneladas.

Quanto ao consumo mundial, a baixa registou fundamentalmente na Europa Ocidental (menos 5 por cento sobre os 601,1 milhões de toneladas), com reduções de 6,7 por cento em França e 4,5 por cento na Alemanha Federal contra um aumento de 1,3 por cento do Reino Unido. Estados Unidos (menos 5,8 por cento sobre 703 milhões de toneladas)

e Japão (menos 7,6 por cento sobre 207 milhões de toneladas) também viram seus consumos atenuados. Quanto ao mundo oriental, contra o aumento verificado na URSS (1 por cento sobre 448,5 milhões de toneladas) contrapuseram-se os 2,8 por cento negativos sobre 82,4 milhões de toneladas da China.

CIFA

Melos devem ser afastados — exigem os trabalhadores

PORTO, 21 — Reunidos em plenário os trabalhadores da CIFA mandaram as estruturas sindicais que os representam na empresa para que apresentem um pré-aviso de greve para amanhã, dia 22, a partir das 12 horas. O plenário decidiu «culpar e responsabilizar os Mellos pela grave situação criada na CIFA, solicitar ao Governo e todos os órgãos de soberania que intervenham de forma a que seja efectuado um inquérito à actuação dos Mellos e a punição destes pelos roubos e/ou desvios de dinheiro públicos, bem como todos aqueles que deram a sua convivência para a prática deste autêntico crime, exigir medidas imediatas que evitem a paralisação total da empresa, renovar a exigência da imediata intervenção do Estado na empresa e o afastamento total dos Mellos, única forma de garantir o futuro da CIFA, exigir ainda que o governo tome medidas imediatas com vista ao pagamento dos salários dos trabalhadores, e, lançar um abaixo-assinado a circular pelos cidadãos, do concelho de Valongo e Paredes, para a continuação da denúncia e apoio às medidas preconizadas pelos trabalhadores.

Plenário/ concentração

Amanhã, pelas 14.30 os trabalhadores da EDP vão realizar um plenário/ concentração, nas oficinas do Freixo no Porto. A concentração, segundo o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte, reside no facto de se virem a registar toda uma série de atentados contra os direitos dos trabalhadores da empresa, com destaque para o não cumprimento do acordo efectuado sobre a revisão da tabelas salarial/83».

Greve na BIS

Os trabalhadores da BIS-Borrachas Industriais decidiram fazer quinta-feira uma greve de 24 horas para exigir à entidade patronal a entrega da quotização sindical retida — revelou o Sindicato dos Químicos do Centro.

Em comunicado, o sindicato acrescenta que os trabalhadores pretendem também que sejam tomadas medidas quanto aos «graves problemas de higiene e segurança existentes» na empresa.

O Sindicato dos Químicos do Centro e Ilhas afirma que a empresa tem retidos cerca de 700 contos de quotizações sindical descontada nos vencimentos dos trabalhadores.

«As péssimas condições de higiene e segurança que põem em risco a vida e a saúde de quanto trabalham na BIS é outro dos problemas pela resolução do qual os trabalhadores há muito vêm lutando e a que a empresa não dá solução» — acrescenta o sindicato.

Acusa Inspeção de Trabalho de «inoperância» e afirma que «os trabalhadores se vêem sujeitos a desmaios constantes devido a elevadíssimas temperaturas, intoxicações por falta de exaustores, provocados pela acumulação de poeiras e gases tóxicos», além de iluminação insuficiente.

Lisnave

Luta no estaleiro não vai abrandar

Os trabalhadores da Lisnave efectuaram ontem quatro períodos de paralisação de duas horas, com a adesão da totalidade do pessoal da produção — disse um elemento da Comissão de Trabalhadores (CT) da empresa.

O porta-voz da CT da Lisnave adiantou que duante as paralisações os trabalhadores concentraram-se à entrada dos estaleiros, impedindo o movimento de veículos e o trabalho de empreiteiros.

Acrescentou que as paralisações, realizadas entre as 9 e 30 e 11 e 30, as 14 e 30 e as 16 e 30, as 17 e 30 e as 19 e 30 e das 21 e 30 às 23 e 30 horas, registaram maior adesão do que as anteriores por parte dos trabalhadores administrativos.

A mesma fonte sublinhou que com estas paralisações os trabalhadores da Lisnave entraram na sua terceira semana de formas de luta.

A continuação deste processo, com «novas e talvez diferentes formas de luta», disse aquele porta-voz, vai ser discutida hoje num plenário convocado para os estaleiros.

Os trabalhadores da Lisnave reivindicam o pagamento de parte dos salários de Abril e Maio (a empresa apenas pagou 15 mil escudos), o pagamento de Junho — «em situação normal os salários recebem-se entre os dias 18 e 20» — a imediata negociação do seu caderno reivindicativo e a apresentação de um plano de viabilização dos estaleiros que

não passe pela redução de efectivos.

Prejuízos de cinco milhões de contos

A Lisnave deverá ter este ano, pelo segundo exercício consecutivo, um prejuízo de cinco milhões de escudos, a manter-se a situação nos mercados, refere a ANOP que cita uma fonte da empresa.

Em 1981, o estaleiro facturou cerca de dez mil milhões de escudos, mais de 90 por cento em moeda estrangeira, e obteve um resultado do exercício positivo de 50 milhões de escudos. No ano passado, em virtude da degradação do mercado, a empresa teve de reduzir drasticamente a sua actividade, facturando pouco mais de cinco milhões de escudos e apresentando um prejuízo idêntico de total.

De acordo com a mesma fonte, em Dezembro do ano passado a empresa chegou a estar a funcionar a 10 por cento da sua capacidade.

Para este ano, a previsão da facturação que apontava para nove mil milhões de escudos contra um prejuízo de dois mil milhões deverá ser largamente ultrapassada devido à degradação do mercado, particularmente a partir de Abril deste ano.

A administração da empresa considera impossível a sua sobrevivência nestas condições, pelo que há cerca de três semanas enviou um documento ao Governo cessante, aos responsáveis pelo actual Governo e ao

Presidente da República, solicitando apoios, designadamente de natureza financeira, para apoiar o redimensionamento da empresa e a sua adaptação às condições do mercado.

O documento solicita a possibilidade de congelamento de algumas dívidas à Banca e a concessão de certas facilidades na obtenção dos créditos necessários para fazer face às despesas mais imediatas, como seja o pagamento dos salários e as reformas.

Desde Abril que os 6500 trabalhadores da Lisnave só recebem 15 mil escudos por mês cada um e os reformados (cerca de 3500) não recebem desde essa altura.

A administração considera ainda que a Lisnave se encontra sobredimensionada para a actual situação do mercado, defendendo que o número de trabalhadores que deve manter-se é de quatro mil a 4500, o que significa que, na sua perspectiva, existem ainda cerca de dois mil trabalhadores a mais.

No ano passado a empresa implementou um esquema de reformas antecipadas, mediante o qual os trabalhadores que o desejassem poderiam demitir-se da empresa, continuando a receber entre 50 e 90 por cento do respectivo salário, conforme a antiguidade.

Em 1982 cerca de 900 trabalhadores deixaram o estaleiro ao abrigo deste esquema mas, desde o início deste ano, apenas mais 260 o fizeram.

Se não forem pagos os salários

Situação nas Minas da Panasqueira poerá agravar-se

Um dirigente da Federação dos Metalúrgicos e Mineiros afirmou que se os trabalhadores da Panasqueira não receberem salários até ao fim do mês poderão ocorrer «reações incontrolláveis» com alteração da ordem pública.

A mesma fonte acrescentou que em Maio os mineiros da Panasqueira receberam apenas parte dos salários e que se em Junho a empresa não pagar nada, considerando que os trabalhadores estão em greve geral «tudo pode acontecer». A propósito recordou que «há famílias muito numerosas que têm das minas a única forma de subsistência».

Por isso o dirigente sindical sublinhou que o não pagamento de salários aos mineiros criará situações em que os trabalhadores poderão agir «impulsivamente».

Entretanto, um comunicado agora divulgado pela comissão intersindical solicita a intervenção dos órgãos de poder central na resolução do conflito laboral nas minas.

O documento refere o envio de telegramas para a Presidência de República e Primeiro-Ministro nos quais a empresa concessionária das minas — a Beralt and

Wolfram de Portugal — é acusada de «impedir os trabalhadores de laborar normalmente seis horas por dia quando apenas estão em greve duas horas diárias por turnos». Manifesta ainda a sua estranheza pela «passividade até agora demonstrada pelos órgãos de poder» face à greve que nas minas ocorre há cerca de um mês e meio.

Consideram a propósito que órgãos do poder central «não analisam a gravidade da situação que permite que uma multinacional faça as suas próprias leis infringindo como quer as leis do país».

A comissão intersindical afirma ainda que a actual situação «afecta a economia nacional» e regional e cerca de mil famílias que dependem directamente das minas e que não vão receber salários.

As negociações encontram-se interrompidas pretendendo os trabalhadores aumentos de 25 por cento enquanto que a empresa oferece apenas 12,5 por cento.

A greve prossegue por tempo indeterminado estando as minas encerradas desde 13 de Maio por determinação da empresa que alega insegurança nas galerias.

Constituído o Sindicato dos EFFA

Uma larga maioria de trabalhadores pronunciou-se favoravelmente pela constituição do Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas. Assim, depois de apurados os resultados da Assembleia Constituinte verificou-se uma votação global de 3188 trabalhadores, dos quais 3057 apoiaram a constituição do

sindicato, 2900 os estatutos e 2880 a Comissão Directiva.

Na votação dos estatutos foram escrutinados 199 votos brancos, 76 negativos e 13 nulos, enquanto que para a Comissão Directiva se registaram 93 votos negativos e 209 brancos. Quanto à constituição do sindicato apenas 60 trabalhadores se pronunciaram negativamente.

Soltas

● Os trabalhadores do Matadouro do Cartaxo decidiram «não aceitar passivamente» a posição da Junta Nacional de Produtos Pecuários que determinou o encerramento do seu local de trabalho até 1 de Julho. E isto porque uma tal decisão da JNPP implica não só a mudança de local de trabalho para a totalidade dos trabalhadores, como também que as «soluções apontadas para a colocação do pessoal ao seu serviço não são as mais coincidentes com os interesses dos trabalhadores». O pessoal manifesta ainda o seu «mais vivo repúdio pelo encerramento do matadouro, organismo público rendível, sem que a sua substituição se enquadre dentro do sector público».

● O departamento de formação da União dos Sindicatos de Aveiro vai promover conjuntamente com o departamento congénere da CGTP um curso de formação profissional, a realizar nos próximos dias 22, 23 e 24 do corrente na delegação do Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria do Centro, situada naquela cidade. Este e outros cursos semelhantes visam proporcionar aos dirigentes sindicais do distrito «uma cada vez melhor preparação face às complexas e difíceis tarefas que dia-a-dia se lhes colocam no exercício da sua actividade».

● Os trabalhadores da RDP deram o seu apoio à respectiva

CT para, em estreita ligação com os sindicatos, desenvolver as formas de luta necessárias à aceitação por parte da comissão administrativa em negociar a tabela salarial. Desta forma, o pessoal da RDP rejeitou a tabela salarial de 17 por cento que a CA lhe pretende impôr, a partir de Julho próximo dando, portanto, o seu aval à tabela apresentada pelas suas estruturas sindicais.

● Realizam-se no próximo dia 22 as eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares de Hidratos de Carbono do Sul e Ilhas. Ao escrutínio apresenta-se uma única lista que concorre sob o lema «Unir e Organizar, Reforçar o sindicato por melhores condições de vida pela democracia e pela paz». Na sua declaração de princípios, a lista «A» defende a «unidade de todos os trabalhadores como condição necessária da luta por uma sociedade mais justa e combate todas as tentativas de divisão».

● A CGTP realiza, amanhã, durante todo o dia no Teatro Aberto, um plenário geral aberto aos sindicatos não filiados. O plenário que foi convocado na sequência das deliberações da última reunião do Conselho Nacional da central sindical, tem como pontos fundamentais da ordem de trabalhos a análise da actual situação político-sindical e as acções a desenvolver.

ORT's da Setenave insistem na viabilização da empresa

As organizações dos trabalhadores da Setenave consideram expirado o prazo dado ao governo e administração para apresentarem medidas de viabilização da empresa, pelo que vão hoje definir formas de luta — afirmaram em comunicado ontem distribuído.

O texto acrescenta que os trabalhadores da Setenave «não estão dispostos a esperar pelo acabamento do superpetroleiro S-102, em 31 de Agosto, para que o governo decida sobre o futuro do maior estaleiro de construção e reparação naval do País».

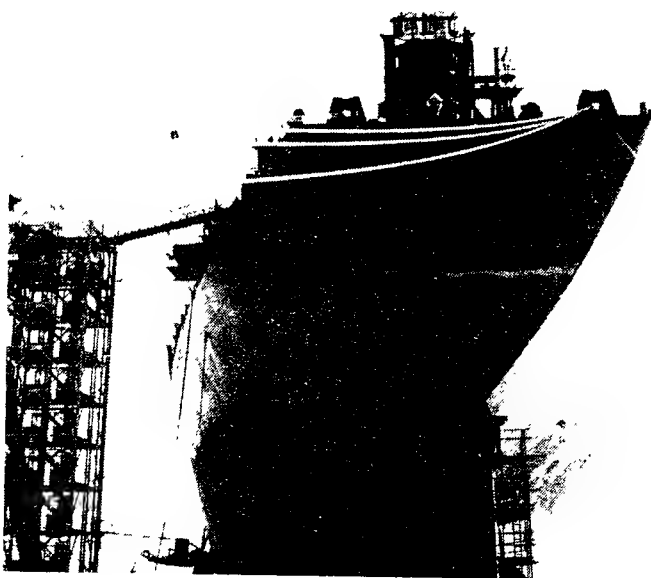
O comunicado das organizações representativas dos trabalhadores (ORT'S) da Setenave sublinha que foi dado prazo até 17 de Junho ao governo e administração para definirem «os esquemas de saneamento económico-financeiro» da empresa.

As ORT'S referem que a necessidade de definição daqueles esquemas foi reconhecida em 1977, pelo então governo constitucional, mas até ao momento não houve qualquer concretização, «pese embora algumas promessas demagógicas feitas ao longo destes seis anos».

O comunicado cita como exemplo de «promessas demagógicas» a atitude do ex-ministro da Indústria, Bialdo Horta, na sua visita à Setenave, «a assumir o compromisso (não cumprido) do desbloqueamento dos financiamentos necessários ao acabamento de três granoleiros» para a frota nacional.

Sindicatos UGT da Carris

Os sindicatos UGT da Carris admitiram o ressurgimento de formas de luta nos transportes, caso se mantenha o impasse



S-104 — O superpetroleiro que deverá ser entregue em Agosto se a estabilidade na empresa o permitir.

na negociação da contratação colectiva de trabalho das empresas do sector.

Em comunicado aqueles sindicatos afirmam que se assiste a um agravamento nas relações laborais nas empresas de transportes, nomeadamente na Carris onde as negociações de revisão salarial do acordo de empresas se arrastam há mais de seis meses.

Salientam que continuam a aguardar resposta ao pedido de reunião com os novos responsáveis pelo Ministério dos Transportes.

Iniciada luta nos CTT

Os trabalhadores dos CTT iniciaram ontem, às zero horas, a

recusa às horas extraordinárias e a condução simultaneamente com prestação de outros serviços (condução por acumulação) — disse um dirigente sindical.

O porta-voz da Federação dos Sindicatos das Telecomunicações afirmou que os trabalhadores dos CTT exigem a negociação de acordo colectivo de trabalho e a apresentação de uma contraproposta de tabela salarial pela administração da empresa.

O Conselho Geral da Federação sindical mandatou já a comissão negociadora para adoptar formas de luta mais duras, apontando uma greve de dois ou três dias, nbo caso de o impasse continuar — revelou o dirigente sindical.

Segundo a ONU

Média de dois filhos travaria aumento demográfico

Nos países em vias de desenvolvimento, uma mulher tem em média cinco filhos, enquanto nos países desenvolvidos tem apenas dois, média esta considerada como necessária para travar o aumento da população mundial.

O seu relatório de 1983 sobre «O estado da população mundial» apresentado na sede do Fundo das Nações Unidas para actividades em matéria de população, o seu director, Rafael Salas, indicou que existem indícios animadores de que se produza este fenómeno.

«O tamanho da família tem vindo a diminuir. E se se mantiver a taxa actual, a população mundial estabilizará no ano 2095, ano em que haverá no mundo 10.200 milhões de habitantes», indicou Salas.

Segundo o relatório, «o problema crucial em 1984 consistirá em saber como manter esta tendência descendente do crescimento demográfico».

O tema vai ser abordado na Conferência Internacional sobre população, a realizar no México, em Agosto do próximo ano.

Outro ponto que vai ocupar um lugar importante na ordem do dia da conferência será o da mortalidade infantil «questão intimamente ligada às taxas de natalidade, porque é frequente os pais desejarem ter muitos filhos face ao receio de que alguns deles, possam morrer», acrescentou.

O relatório destaca que nas três décadas anteriores a 1980, a mortalidade diminuiu nos países em vias de desenvolvimento de 164 para 100 por mil. Actualmente a média é de 99 por mil.

«O tamanho desejado»

Salas adverte, no entanto, que esta medida «esconde algumas áreas onde se regista um certo fracasso, pois ainda há países nos quais as taxas de mortalidade infantil atingem os 150 por mil».

O plano de acção mundial sobre população, adoptado na Conferência Internacional de população realizada em 1974, em Bucareste, recomendava que a taxa de mortalidade fosse reduzida para 120 por mil no ano 2000 nas Nações em vias de desenvolvimento.

Mas, segundo o relatório de 1983, «não há muitas possibilidades de esses objectivos serem atingidos, se se mantiverem as tendências actuais».

Indica também que no mundo em desenvolvimento, em geral, o ritmo de redução da taxa de mortalidade infantil foi mais lento na década de 1970.

Além de estudar o «tamanho real» da família, o relatório analisa o «tamanho desejado».

Segundo uma sondagem realizada em 20 países em desenvolvimento, o tamanho médio desejado é de 3 a 5 filhos, indica o relatório.

«Rece, pois, que as famílias dos países têm uma média de 1 ou 2 filhos mais do que as famílias que realmente desejam, o que constitui um obstáculo à necessidade de redução da população familiar».

Por isso, faz três recomendações: reduzir ainda mais a taxa de mortalidade infantil, promover a educação de todos os casais e a utilização dos meios de planeamento familiar e fomentar a ideia de uma família pequena, ainda que respeitando sempre as práticas culturais e

religiosas de cada comunidade.

Quanto às perspectivas da alimentação da futura população mundial, adverte que, embora possa haver suficientes alimentos no Mundo, e até uma melhoria da situação para o ano 2000, há motivos de «grave preocupação» no caso de determinados países.

Num estudo realizado conjuntamente pelo «Fnuap» e pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) analisa-se o potencial da produção alimentar em 117 países em desenvolvimento.

A conclusão é que, «com baixos níveis agrícolas, no ano 2000 haverá 65 países que não poderão alimentar a sua população se não importarem alimentos».

Considerados em conjunto, estes países terão um excedente de 441 milhões de habitantes em relação à sua capacidade de produção de alimentos.

Ainda que se utilizassem grandes quantidades de fertilizantes e pesticidas, no ano 2000 haveria 19 países cuja produção local não chegaria para satisfazer a procura de alimentos.

«Estas previsões referem-se somente aos 6.500 milhões de habitantes que a população mundial atingirá no ano 2000. Dado que a população só estabilizará quando tiver cerca de 10.200 milhões de pessoas, pode imaginar-se — diz o relatório —, as consequências que isso terá para a oferta de alimentos.»

Além de analisar o crescimento demográfico, o relatório examina os movimentos de população, tanto nacionais como internacionais. A escala nacional, sublinha que um dos fenómenos mais preocupantes é a emigração do campo para as cidades.

Em 1950, Xangai era a única cidade dos países em vias de desenvolvimento com mais de cinco milhões de habitantes. Mas, no ano 2000 haverá 45 cidades com tal número de população, a maioria das quais na Ásia.

«As zonas rurais estão a perder uma parte do seu grupo de população mais valioso: a gente jovem e instruída», adverte o documento.

A nível internacional, o documento centra-se nos trabalhadores emigrantes, «que constituem uma parte substancial da mão-de-obra mundial, mas cujas migrações se realizam com uma quase total falta de ordem e regulamentação».

O documento acrescenta que muitos destes emigrantes atravessam as fronteiras ilegalmente, em consequência do aumento de desemprego nos seus países de origem e da menor procura oficial de mão-de-obra nos países de acolhimento.

«Calcula-se que há entre 3 a 5 milhões de imigrantes indocumentados na América do Norte, de 2 a 3 milhões na América Latina, 1,5 na Europa e meio milhão no Médio Oriente.»

(IPS)

Os massacres de Sabra e Chatila

Relatório libanês acusa tropas israelitas

As forças israelitas têm inteira responsabilidade dos massacres dos campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila em Setembro de 1982, segundo um relatório do procurador geral militar libanês, Assaad Germanos.

Segundo a agência libanesa «Al Markaziya», o relatório, que não foi tornado público até ao momento, considera que «à luz dos Acordos de Genebra de 1949 (...) as forças israelitas são juridicamente tidas por responsáveis porque elas controlavam totalmente os campos e os seus acessos».

O documento estabelece, por outro lado, segundo a agência, «que não existem provas atestando que a direcção do Partido das Falanges ou das «Forças Libanesas» (milícias cristãs unificadas) tivessem sido avisadas com antecedência do que se passou, do mesmo modo que não existe prova de que tenham sido dadas ordens por estes dois comandos aos seus combatentes de apoiar ou participar nestes actos».

O relatório da Comissão de Inquérito Israelita, publicado em 8 de Fevereiro passado, estabele-

cia, por seu lado, a responsabilidade directa do Partido das Falanges e a responsabilidade indirecta dos israelitas nos massacres.

Combates em Chouff

Os montes Chouff foram ontem cenário de violentos combates com artilharia pesada entre falangistas cristãos e socialistas drusos, que já fizeram dois feridos na zona muçulmana de Beirute.

Crê-se que os feridos em Beirute foram atingidos por bombas lançadas pelos falangistas da zona do Chouff, perto da capital.

A guerra no Chouff passa despercebida mesmo para os habitantes de Beirute, apesar de serem ocasionalmente vítimas dos bombardeamentos. Contudo, os habitantes drusos e cristãos do Chouff tiveram que, em parte, evacuar os montes onde viviam, nos casos dos locais que ocupavam estarem sob controlo da facção rival.

Ontem todos os povoados do Chouff pareciam desertos, sob um bombardeamento indiscriminado. Em Aley, no ponto de encontro dos montes onde se sepa-

ram as comunidades cristã e drusa, o ambiente é desolador até Suk El Garb, onde muitas casas e igrejas foram destruídas.

O Partido Socialista Progressista de Walid Jumblatt (druso) controla grande parte da zona, onde alguns redutos cristãos são protegidos pelo exército israelita.

Os israelitas no Chouff estão em alerta permanente por causa dos bombardeamentos entre drusos e cristãos e pelo receio de um atentado no género dos que se têm registado ultimamente contra o seu exército ocupando o Líbano.

Os soldados falangistas andam uniformizados e armados mas os drusos trajam à civil e aparentemente estão desarmados.

A bandeira drusa e fotografias de Kamal Jumblatt, pai do actual líder socialista druso, vêem-se entre Yiser El Kadi e Beittedine, a antiga capital libanesa e actual reduto dos falangistas.

Os cristãos que habitavam as zonas drusas retiraram-se para áreas sob controlo dos cristãos maronitas — tal como os drusos que habitavam em locais dominados pelos cristãos.

Inaugurada hoje em Praga

Assembleia Mundial «Pela Paz e Vida contra a Guerra Nuclear»

Inicia-se hoje em Praga a Assembleia Mundial «pela Paz e a Vida, contra a Guerra Nuclear». O «forum» internacional que reúne mais de três mil pessoas provenientes de 90 países e pertencentes a 80 organizações mundiais prolonga os seus trabalhos até ao dia 26.

As delegações que integram líderes de partidos políticos, parlamentares, sindicalistas, cientistas, religiosos e artistas entre outros, são amplamente representativas das forças e ideias antiguerra de ambos os lados do Atlântico, segundo considera o Comité Preparatório da Assembleia.

Entre as delegações mais numerosas encontram-se a dos EUA que integra mais de cem elementos, incluindo 20 membros do Congresso e a da RFA composta por deputados do Landtag, do Partido Social-Democrata, do Partido dos Verdes, incluindo a sua dirigente, Petra Kelli, além de representa-

tes de várias organizações políticas e sociais. São ainda particularmente numerosas as delegações italiana, soviética, dos países escandinavos, da Holanda, França e Portugal.

O programa do «forum», que procurou corresponder aos interesses de todos os participantes inclui a apresentação de teses e a sua discussão, particularmente sobre os problemas da segurança e do desarmamento na Europa, além de encontros sobre temas específicos, onze no seu total, reuniões por sectores de actividade completam os trabalhos.

Os vários encontros foram programados de forma a contribuir para um intercâmbio pleno de opiniões, a permitir que a procura de saídas para a actual situação passe por uma base de confiança mútua, uma melhor compreensão e ajuda, pelo esforço unificado e cooperação mundial.

Em mensagem ao presidente chinês

Moscovo reafirma apelo à normalização das relações

A URSS enviou ontem uma breve mas calorosa mensagem ao novo presidente da República Popular da China, Li Xiannian, mensagem que apela uma vez mais à normalização das relações entre os dois países.

O texto, assinado pelo Presidium do Soviète Supremo, reafirma nitidamente a vontade de diálogo da URSS com a China: «formulámos a certeza de que a normalização e a melhoria das relações soviético-chinesas correspondem aos grandes interesses dos povos da URSS e da China», lê-se nesse telegrama citado pela TASS. Pelo seu lado, o Conselho de Ministro soviético

felicitou Zhao Ziyang pela sua reeleição como primeiro-ministro.

Desde há dois anos que a URSS demonstra o seu desejo de reatar com Pequim. A 16 de Junho último, perante o Presidium do Soviète Supremo, o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Andrei Gromyko, insistiu ainda na necessidade de «prosseguir as consultas soviético-chinesas que estão em curso».

Gromyko afirmou que o novo secretário-geral do PC e chefe do Estado soviético, Yuri Andropov, prosseguiria a política brejneviana de abertura

Foi copiloto

no «Enola Gay»

Robert Lewis: a morte 33 anos depois de Hiroxima

Robert Lewis, co-piloto do avião «Enola Gay», que lançou a bomba atómica sobre Hiroxima, morreu no domingo na sua residência em Virgínia, com 65 anos.

Lewis, que nunca se arrependeu de ter participado na missão, era, desde há muitos anos, gerente de uma fábrica de rebuçados.

O bombardeamento atómico de Hiroxima foi efectuado em 6 de Agosto de 1945 e, dez minutos depois da explosão, cem mil japoneses morriam vítimas da onda expansiva.

Lewis, na cabina de comando com o piloto Paul Tibbets, olhou para trás antes de empreender o regresso à ilha de Guam, donde o avião descolara, e pôde ver o gigantesco cogumelo atómico a elevar-se nos ares.

Vinte anos depois, vítimas da radioactividade continuavam a morrer habitantes de Hiroxima, mas Lewis todos os dias se sentava no seu gabinete de trabalho, parecendo ter esquecido a tragédia.

Há apenas alguns anos, sua mulher, Susan Marcotte, hoje com 59 anos, declarou que Lewis «levava tudo muito a sério no seu trabalho e nunca pensou que o lançamento da bomba tivesse sido um erro».

O mesmo, aliás, declarou o piloto Tibbets: «Estados Unidos estavam em guerra e voltaríamos a fazer o que fizemos se estivessem nas mesmas circunstâncias».

O «Enola Gay» saiu de Guam sem saber para onde se dirigia, mas tanto Tibbets como Lewis sabiam que «passageiro» levavam no aparelho, razão pela qual executaram cuidadosamente as manobras de descolagem.

A ordem chegou-lhes através da rádio quando já se encontravam no ar: «dirigir-se para Hiroxima e descarregar».

“O dir

Numa homilia profeta governo de Varsóvia por sindicatos não é dado concentrados em Poznań Rural».

A preocupação e expectativa enunciação, domingo a tarde em Varsóvia, pelo porta-voz governamental Jerzy Urban, sobre as «tonalidades» políticas das homilias de João Paulo II, parecem não ter surtido efeito no comportamento do Papa.

Ontem à noite, na capital da industrial Alta Silésia, onde o ilegalizado «Solidariedade» chegou a ter um milhão de associados, João Paulo II fez juízo aos comentários da Imprensa ocidental que o apresentavam como o «Papa Solidariedade».

Lembrando as afirmações do Cardeal Wyszyński, antigo primaz da Igreja Católica Polaca, João Paulo II declarou abertamente que os homens têm direito de se associarem. «É um direito inato», sublinhou, para depois acentuar: «não nos é dado pelo Estado, o qual somente tem o dever de proteger esse direito e de fazer com que ele não seja violado».

Sindicados e diálogo na Polónia

«Todas as profissões têm o direito a sindicalizarem-se», afirmou o Papa relembando a sua encíclica «Laborem Exercens». «Os sindicatos modernos cresceram a partir da luta dos trabalhadores (...) para salvaguarda dos seus direitos em relação aos empresários e aos proprietários dos meios de produção».

Depois de defender que «os representantes de todas as profissões podem servir-se delas (as organizações sindicais) para defenderem os seus direitos respectivos», João Paulo II passou a um outro ponto forte do seu discurso na Polónia: o reatamento do diálogo.

Como traço de união entre a defesa das associações sindicais e um «diálogo nacional», o Papa referiu a indispensabilidade das organizações sindicais na vida social.

Pondo a questão, como já o tinha feito na passada sexta-feira, da «necessidade moral do diálogo», João Paulo II concretizou melhor o seu pensamento: «por que é que os trabalhadores da Polónia — e, de resto, em todo o Mundo — têm direito a um tal diálogo? Porque o Homem que trabalha

O Comité Nacional dos Trabalhadores (CNT) e o Conselho Superior dos Transportadores e Camionistas lançaram um novo desafio ao Governo do general Pinochet, ao decidirem, ontem à noite, iniciar uma greve nacional ilimitada a partir das zero horas locais de quinta-feira.

A palavra de ordem de greve foi lançada em sinal de solidariedade com os trabalhadores das minas de cobre — quatro das quais estão sob o controlo das forças armadas — e com os dirigentes sindicais encarcerados. Esta terceira prova de força

Papa em Katowice continua "discurso político":

O direito de associação em sindicatos não é dado pelo Estado

proferida ontem à noite em Katowice, o Papa atacou directamente o direito de associação em sindicatos, afirmando que este não é dado pelo Estado. À tarde, perante agricultores e trabalhadores, o Sumo Pontífice tinha defendido os ideais do «Solidariedade».

não é apenas um instrumento da produção».

Continuando a sua homilia, o Sumo Pontífice retomou um dos principais pontos reivindicativos sustentados pelo «Solidariedade», a autogestão.

«O Homem não está em condições de trabalhar se não vê qual é o sentido do seu trabalho, se esse sentido não é transparente», frisou para, de seguida, se debruçar sobre os direitos dos trabalhadores.

Justo salário e Agosto de 1980

Entre esses direitos, o Papa destacou o justo salário, pedra basilar da Justiça Social: «Através dele (do trabalho) formam-se a Justiça e o Amor Social, se todo o sector do trabalho é governado por uma ordem moral justa. Mas se esta ordem falha, em vez da Justiça fica a Injustiça, em vez de amor o ódio».

Partindo destes pressupostos, João Paulo II referiu-se ao significado dos acontecimentos que se registaram na Polónia desde Agosto de 1980 — a luta dos trabalhadores pela legalização do sindicato em Katowice — e à ilegalização do sindicato em Dezembro de 1981 na sequência da proclamação do estado de sítio.

«Nestes acontecimentos tratava-se, antes de mais, da própria ordem moral relativa ao trabalho humano, e não apenas do aumento dos salários». Depois de salientar que «estes acontecimentos estiveram isentos de violência», o Sumo Pontífice evocou os acontecimentos a partir do 13 de Dezembro de 1981. «Lembremos ainda os trabalhadores mortos, aqueles que foram vítimas de acidentes mortais nas minas ou noutros locais, aqueles que perderam a vida recentemente em trágicos acontecimentos». O Papa referiu-se assim, explicitamente, aos incidentes ocorridos em algumas minas e fábricas da Polónia quando da contestação às medidas proclamadas pelo governo do general Jaruzelski.

Por fim, João Paulo II deixou a sua mensagem aos vivos: «quanto a nós, aos vivos, o que nos espera (...) é o esforço que visa introduzir na vida polaca a justiça e o amor social».

Defesa dos ideais do «Solidariedade» rural

Ontem de manhã e durante o princípio da tarde, em Poznan, perante uma assembleia constituída por agricultores, o Papa pronunciou o nome do «Solidariedade rural» exaltando os seus ideais.

Recordando o apoio que a hierarquia católica concedeu ao sindicato fundado no campo, segundo o modelo da organização de Lech Walesa, João Paulo II declarou, recordando palavras do cardeal Wyszyński: quando temos mais perto de nós a enorme força espiritual, moral e social do meio rural, vemos claramente quão justa é a luta pelos direitos fundamentais da pessoa humana».

O Papa pronunciou estas palavras na homilia que acompanhou a beatificação da «Venerável Serva de Deus, Madre Ursula Ledochowska».

Evocando a encíclica de João XXIII, preconizando que o nível de vida dos trabalhadores do campo fosse ajustado aos dos trabalhadores de outros sectores de produção, o Sumo Pontífice felicitou «aqueles que se ocupam no mundo inteiro das organizações corporativas, profissionais e sindicais tendo em vista a promoção económica e social dos que trabalham a terra».

Os mesmos temas em Wroclaw

João Paulo II voltou a defender o «Solidariedade», com-

prometendo-se hoje pessoalmente em Wroclaw a defender, tanto como pastor da Igreja como polaco, «a justa fome e a justa sede de justiça» dos seus compatriotas.

O Papa que se dirigia a centenas de milhares de trabalhadores e suas famílias, reunidos no hipódromo de Wroclaw, «sta fome e esta sede da justiça manifestaram-se de modo especial durante estes últimos anos. Eu queria, como pastor da Igreja e ao mesmo tempo como filho da minha Nação, confirmar esta fome e esta sede que jorram dos seus recursos do espírito polaco: do sentido da dignidade do trabalho humano, do amor da Pátria, da solidariedade, isto é do sentido do bem comum».

O Sumo Pontífice também evocou, como fez por várias vezes desde a sua chegada à Polónia, as mortes ocorridas durante o estado de sítio: «a Nação polaca, especialmente Wroclaw lembram-se (...) de todos os que perderam a vida nos acontecimentos destes últimos anos», declarou.

Por último, numa alusão transparente à clandestinidade, João Paulo II saudou muito especialmente várias empresas de Wroclaw e nomeadamente a fábrica de vagões de Pafawag, onde as estruturas do sindicato clandestino estão implantadas.

Depois de enumerar todas as profissões, o santo padre declarou: «penso (...) nos mineiros, nos metalúrgicos, nos

trabalhadores da Pafawag (...) e em vós todos que realizaís o grande mandamento do criador: «sujeitai a terra», a todos garanto a minha solidariedade e a da Igreja».

Governo de Varsóvia responde ao Papa

O vice-presidente do governo polaco responde às acusações formuladas pelo Papa João Paulo II contra o regime de Varsóvia numa entrevista hoje publicada pela agência polaca PAP.

Mieczysław Rakowski, considerado o mais directo colaborador do primeiro-ministro general Jaruzelski, afirma que as afirmações de João Paulo II sobre a juventude polaca em Czeszochowa, são «generalizações absurdas».

Para Rakowski, os jovens polacos têm problemas porque «estão desorientados e deixaram-se seduzir pelos demagogos que abundam no país».

O vice-presidente do Governo polaco acrescenta que «há forças exteriores muito interessadas em explorar o entusiasmo e o vigor dos jovens para induzi-los a lutar contra o Estado Socialista, o que não significa outra coisa que lutar contra os próprios pais, criadores deste Estado».

João Paulo II disse em Czeszochowa aos jovens polacos que tinha plena consciência dos problemas, dificuldades e falta de perspectivas da juventude.

Rakowski, que é reponsável pela política juvenil do governo Polaco, considera que se tratou de uma «generalização absurda».

Destacou que existem na Polónia, milhões de jovens que, embora sentindo, como todos, as carências provocadas pela crise actual, trabalham e estudam e permanecem «estretamente ligados ao Socialismo e seus ideais».

O vice-presidente do governo anunciou uma mudança da política juvenil do Estado, destinada a fazer compreender aos jovens que têm «deveres e obrigações muito sérios para cumprir» e que «não devem preocupar-se unicamente em apresentar reivindicações, exigências e pretensões».

2.º Congresso do PAICV iniciado hoje

Um total de 300 congressistas iniciam hoje o Segundo Congresso do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV).

Os representantes dos cerca de 5700 militantes e candidatos vão eleger por voto secreto os órgãos directivos da organização, o que acontece pela primeira vez na história do partido, fundado em 20 de Janeiro de 1981, a partir do ramo caboverdiano do PAIGC, até então partido dirigente dos Estados da Guiné Bissau e de Cabo Verde.

O Congresso vai discutir um anteprojecto de estatutos e o programa do partido, além de teses sobre «o partido», o «Estado», «Trabalho ideológico e o Partido», «Participação Popular», «Novo Ensino em Cabo Verde» e «Estratégia de Desenvolvimento».

Uma tese sobre «Relações Internacionais», cuja apresentação foi anunciada, não chegou a ser distribuída entre os militantes para discussão.

Do Congresso, que termina no dia 26 de Junho e durante o qual o secretário-geral do Partido, Aristides Pereira, apresentará o seu relatório, sairá um novo Conselho Nacional (Comité Central) e uma nova Comissão Política (Bureau Político).

Compete ao Congresso — de acordo com os estatutos — definir o número de membros do Conselho Nacional e da Comissão Política e em círculos partidários da Praia acredita-se que aqueles órgãos possam vir a ser alargados, o que, segundo fontes oficiais, corresponderia «ao aumento do número de militantes do Partido».

O número de militantes do PAICV, em Janeiro de 1981 era calculado entre 4000 e 4500 e hoje os números oficiais da organização dizem que o seu total, incluindo candidatos, é de 5700.

Dos cerca de 35 elementos cooptados em Janeiro de 1981 para o Conselho Nacional do PAICV estão no pleno gozo dos seus direitos actualmente 28, uma vez que alguns estão fora

do país e, pelo menos dois foram suspensos: os comandantes Eduardo dos Santos e Lopes da Silva.

A actual Comissão Política é composta de nove membros, todos eles exercendo cumulativamente altas funções no aparelho do Estado: Aristides Pereira — presidente da República, Pedro Pires — primeiro-ministro, Abílio Duarte — presidente da Assembleia Nacional Popular, José Araújo — ministro da Educação, Honório Chantre — ministro da Defesa, Silvino da Luz — ministro dos Negócios Estrangeiros, Olívio Pires — secretário-geral para a organização do Partido, e Júlio de Carvalho — ministro do Interior.

Para os observadores políticos da Cidade da Praia este Congresso vai ser o «da institucionalização», já que a Constituição do partido foi «promovida em circunstâncias que não permitiram definições claras».

«É mais que certo que não vai haver alterações significativas na composição dos órgãos directivos do Partido» — afirmam responsáveis partidários.

Contudo, em certos círculos pensa-se que, para além do eventual alargamento da Comissão Política, com a inclusão de mais um ou dois dirigentes — de preferência com patente militar — SÃO prováveis algumas «trocas» na actual hierarquia.

Por outro lado, tem-se também como certo o alargamento do Conselho Nacional, que, pela primeira vez, passará a contar com elementos suplentes.

O alargamento deste órgão da organização poderá «promover» partidariamente alguns «militantes destacados» que, fazendo parte do aparelho do Estado, ocupam no Partido posições de «militantes de base» — dizem os mesmos círculos.

Neste caso poderão vir a estar o actual director-geral da Cooperação e próximo secretário de Estado do Comércio e Turismo, Adão Rocha e o detentor da pasta da Habitação e Obras Públicas, Tito Ramos.

Remodelação em Praga

O presidente Gustav Husak da Checoslováquia remodelou ontem o governo, substituindo quatro ministros numa iniciativa de que se destaca o afastamento do até agora ministro do Interior.

Jaromir Obzina, de 54 anos, foi o ministro do Interior durante os últimos dez anos.

O novo ministro do Interior é Vratislav Vajna, jurista de 53 anos e considerado homem de confiança de Husak. Desempenhou funções ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e esteve até há pouco ocupado com altas funções a nível de partido.

Encontro com o papa será em Cracóvia

Walesa retido em Gdansk

Walesa, que tem um encontro previsto com o Papa, não foi autorizado a sair de Gdansk, onde reside, quando ontem à noite «tentou experimentar se tinha liberdade de movimentos», segundo afirmou a sua mulher, Danuta.

Desde a chegada do Papa João Paulo II à Polónia que Walesa tem sido permanentemente rodeado pela Polícia, que o acompanha inclusivamente aos estaleiros Lenine, onde trabalha. Danuta Walesa disse à agência EFE que o veículo onde seguia o marido foi interceptado a 50 quilómetros de Gdansk pela Polícia que o fez regressar ao ponto de partida.

Entretanto, continua pendente o encontro entre Walesa e o Papa, que a Igreja pretende manter secreto até depois do regresso de João Paulo II a Roma. Existem indícios de que a reunião poderá realizar-se quinta-feira em Cracóvia.

Greve geral ilimitada no Chile

(as duas primeiras tiveram lugar nos passados dias 11 de Maio e 14 de Junho) ocorre numa altura em que o Governo acentuou a sua política de repressão, com a encarceração, ontem, de outros seis dirigentes da Confederação dos Trabalhadores do Cobre (CTC). Esta escalada produz-se depois de uma jornada assinalada pela indecisão dos principais responsáveis da Multissindical que numa primeira altura desejavam estabelecer um diálogo com as autoridades.

Para os observadores, o elemento determinante deste apelo

à extensão da greve (que a poderosa Confederação dos Trabalhadores do Cobre levava a cabo, sozinha, desde a jornada nacional de protesto do passado dia 14, apesar de estar decapitada depois da detenção, ocorrida ontem de manhã, do seu vice-presidente, Hugo Ertivaes) foi a decisão do Sindicato dos Transportadores de se associar ao movimento.

Na passada quarta-feira, o dirigente dos mineiros, Rodolfo Seguel, foi detido e levado para a prisão dos Capuchinhos, em Santiago, de onde continua a

comandar as suas hostes.

Desde o estabelecimento do regime militar chileno, no dia 11 de Setembro de 1973, é a primeira vez que os sindicatos organizam uma greve à escala nacional. «O Governo será responsável pelas consequências que tal decisão terá para o país e à qual nos vimos obrigados devido à sua incapacidade e à sua obstinação», diz o comunicado da Multissindical.

A partir do anúncio da greve, a tensão aumentou em Santiago, onde se espera já uma reacção do Governo, que está firme-

mente decidido a «combater energeticamente qualquer tentativa de se criar artificialmente um clima de agitação interna», como afirmou na passada sexta-feira Pinochet, num discurso pronunciado depois da segunda jornada nacional de protesto.

Num comunicado publicado ao princípio da noite, o ministro do Interior «exigiu» que os meios de Comunicação Social abafem as informações relativas à greve e respeitem rigorosamente o congelamento de todas as actividades políticas aprovadas

Circuito dos TRES ALPES

8 DIAS - AVIAO E AUTOPULLMAN - VISITANDO

MADRID - ZARAGOZA - BARCELONA
MONTPELLIER - MARSELHA - "COTE D'AZUR"
NICE - MILÃO - PÁDUA - VENEZA - CORTINA
D'AMPEZZO - INNSBRUCK - ZURIQUE

PARTIDAS: 1 DE JULHO E 15 DE SETEMBRO

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES DESDE 1840

abreu

PEÇA-NOS PROGRAMA DETALHADO

LISBOA - Avenida da Liberdade, 160 Tel. 371341
LISBOA - Avenida de Roma, 66 - B Tel. 803609
ALMADA - Rua de Oliveira, 9 - C Tel. 2756272
PORTO - BRAGA - COIMBRA - FARO - PORTIMÃO - FUNCHAL

Alvará 35 - OFRADOR TURÍSTICO

férias na praia

PARTIDAS TODAS AS 2ª FEIRAS DE 11 JUL A 19 SET.

Palma de Maiorca
Ibiza * Las Palmas
Tenerife * Lanzarote

8 OU 15 DIAS

PREÇOS EXCEPCIONAIS

VOOS DIRECTOS DIURNOS

AIR PORTUGAL

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES DESDE 1840

abreu

LISBOA - Avenida da Liberdade, 160 Tel. 371341
LISBOA - Avenida de Roma, 66 - B Tel. 803609
ALMADA - Rua de Oliveira, 9 - C Tel. 2756272
PORTO - BRAGA - COIMBRA - FARO - PORTIMÃO - FUNCHAL

SOL Y SOMBRERO

Paul Tsongas, chefe de fila dos "novos liberais" americanos

Pierre Dommergues

Muito pragmatismo, um pouco de idealismo: os «novos liberais» americanos querem encontrar um novo caminho entre o «irrealismo» dos democratas e o «egoísmo» dos republicanos.

A PESAR do discreto desenvolvimento da economia americana, aqueles a quem o reaganismo desiluiu são cada vez mais numerosos. A extrema-direita sente-se traída por um presidente que a excluiu dos seus colaboradores. As pequenas e médias empresas suportam dificilmente um juro ainda elevado. As multinacionais recebem que o regresso à guerra fria possa diminuir a sua progressão. O desemprego aumenta. As massas são cada vez mais hostis ao nuclear civil e militar. As elites — intelectuais, polí-

ticas e religiosas — opõem-se abertamente às opções bélicas do presidente na América Latina. Prepara-se a substituição entre os neo-reformistas (neoliberais). Estes «novos» liberais (nada a ver com neoliberalismo giscardiano) recordam os liberais da época de Roosevelt. Um pouco de idealismo (volta aos valores da revolução americana, em particular à igualdade de possibilidades). Muito pragmatismo (todos os meios ou quase todos servem para relançar a economia e reafirmar a hegemonia americana). E não há a

menor inquietação em face do papel, inevitavelmente reforçado, do Estado.

Tal como nos anos 30, o objectivo é criar uma coligação «nova» — o famoso «consenso social», entre parceiros habitualmente hostis (patrões-empregados-Estado).

Entre os elementos inéditos: a noção de «sacrifício», porque se trata de um rooseveltismo adaptado ao contexto de crescimento limitado. A aposta sobre as tecnologias novas. Uma certa abertura para o Terceiro Mundo.

Os «novos liberais» já tinham o seu economista: Lester Thurow. Também tinham o seu representante: Felix Rohatyn. Têm agora os seus representantes no Senado: Paul Tsongas (Massachusetts), autor do primeiro manifesto desta corrente (1), Bill Bradley (New Jersey), Max Baucus (Montana). E os seus deputados no Congresso: Timothy Wirth (Colorado), Richard Gephardt (Missouri), Philip Sharp (Indiana), entre muitos outros. Amanhã terão um candidato à presidência dos Estados Unidos na pessoa do senador Gary Hart (Colorado) (2).

O S «novos liberais», que representam no Senado, querem-se diferentes dos democratas tradicionais e dos republicanos. Onde se situam as linhas de demarcação?

— As diferenças entre nós e os liberais tradicionais está em considerarmos prioritários os problemas de desenvolvimento económico. Dantes, o essencial era aumentar os recursos do Estado a fim de os redistribuir. Hoje o objectivo principal é a reindustrialização. O social virá depois.

Historicamente, os republicanos desinteressam-se dos problemas sociais. Quanto a nós, somos sempre profundamente sensíveis ao conjunto desses problemas: aborto, direitos civis, direitos do homem, redistribuição dos rendimentos...

Um exemplo concreto das nossas divergências com os democratas tradicionais? Estes últimos ainda são favoráveis às leis anti-«trusts». Acha-mos que as circunstâncias mudaram: num contexto estritamente nacional, é desejável evitar as concentrações cosmopolitas: mas, no actual contexto de concorrência internacional em que as firmas americanas se limitam a ser um parceiro entre outros, impedir o seu agrupamento é condená-las a não serem competitivas, é também prestar um mau serviço aos consumidores que têm que pagar mais caro. É preciso saber rever as posições em função dos novos dados.

— Trata-se de abandonar a utopia — ou, pelo menos, a ideologia — em proveito do pragmatismo?

— Claro que sim. O realismo está no coraço do nosso pensamento. Um realismo lúcido e não ideológico. Temos que fazer face às realidades constrangedoras: a limitação dos recursos energéticos, a agressividade soviética, o declínio da produtividade, as nacionalizações do Terceiro Mundo, a concorrência internacional, os problemas de poluição e de inflação. Procuro uma dose de realismo e de compaixão que não desequilibre a sociedade. Uma tal combinação necessita de um juízo livre de todo e qualquer dogmatismo. Alguns pretendem que realismo e compaixão são, por definição, contraditórios. Isto talvez seja verdade em regime totalitário. Não o é, de certo, numa sociedade democrática baseada no consenso dos governados.

— O objectivo comum dos «novos liberais» é propor uma «estratégia industrial» à escala da nação: uma tal política será compatível com o ideal americano da livre-troca?

— É preciso encontrar um equilíbrio entre o deixar-andar integral à maneira de Reagan e a planificação centralizada à maneira soviética. Nós propomos uma «estratégia industrial» por oposição a uma «planificação» da indústria. A livre empresa desbridada conduz à exploração. O socialismo integral à estagnação. A astúcia consiste em soltar as rédeas para permitir aos que trabalham muito uma melhoria de condição, mas puxá-las de novo se o progresso se fizer em detrimento dos desfavorecidos. Em suma, as forças



do mercado temperadas pela comiserção.

Investir no ensino e na investigação

— Quais são, aos seus olhos, as condições para um renascimento industrial?

— No imediato convém desenvolver a economia, que está muito em baixo nos Estados Unidos (5% contra 12% na Alemanha e 20% no Japão). Encorajar a modernização dos equipamentos (14,4% nos Estados Unidos contra 18% na Alemanha e 23,1% no Japão). Estimular os investimentos produtivos. O esforço deve fazer-se nas cidades onde o desemprego é elevado (como Detroit) e em que há sistemas de transporte em comum adequados.

O essencial é, no entanto, melhorar a saúde da economia, a médio e a longo prazo, sem procurar o lucro imediato. Os japoneses sabem que a chave do desenvolvimento industrial é o saber. O futuro do lado das ideias, dos conceitos, da inovação. Uma sociedade que aceita os cortes impostos por Reagan ao ensino e à investigação está a devorar a semente de que precisa para a próxima colheita.

Veja a lei que submetemos ao Congresso. Tal como a lei Morrill do século passado, e cujo nome retoma, essa iniciativa permitirá desenvolver a investigação sem intervenção directa do Estado. No século XIX o Estado vende terras federais para criar colégios e universidades agrícolas independentes. Nós propomos que ele utilize hoje os direitos de perfurações no mar para criar uma fundação de 5 milhões de dólares consagrada ao ensino e à investigação. O Estado fornecerá metade dos fundos. Os Estados, as cidades e as universidades, 30%. A indústria 20%.

Assim, o sector privado é convidado a tomar a sua responsabilidade nas escolhas futuras. Em vez de ter um governo que dita ao país escolhas tecnológicas e fixa o desenvolvimento de investigação e de programas, preferimos investir no ensino, na formação profissional e na investigação fundamental e aplicada, e deixar ao mercado o cuidado de escolher as passagens particulares. Eis um exemplo do tipo de relação que queremos estabelecer entre o sector público e o sector privado.

— Você aposta nas indústrias de ponta. Mas será possível o equilíbrio nacional sem conter o declínio das indústrias tradicionais — como os têxteis, o aço, o automóvel?

— Tem que aceitar a ideia de que Detroit não venderá tantos carros como no passado. Isto não quer dizer que Detroit deixe de fabricar automóveis. As indústrias tradicionais devem fazer um enorme esforço de modernização em equipamento e investigação. Os que descobrirem a primeira utilização da carência dos motores de combustão vão marcar um ponto. Mas não devemos ter esperanças no crescimento neste sector. Haverá, quando muito, uma manutenção no que diz respeito aos produtos competitivos.

— Como vê o papel dos sindicatos?

— Os sindicatos devem dar-se conta de que o inimigo não é o patrão, mas um feixe de circunstâncias que ameaça a viabilidade da indústria e, logo, do emprego. Se uma empresa abre falência, os operários desaparecem com ela. Os sindicatos devem deixar de ser adversários para se tornarem parceiros. A cooperação demorou muito. Ainda é tímida. Dantes, quando a sobrevivência da empresa não

era a aposta principal, os patrões e os empregados podiam apontar as suas armas uns contra os outros. Hoje, uma tal atitude é suicidária.

Tal como os patrões, os sindicatos devem ter uma visão à distância. Para além dos salários, da segurança social e das garantias de emprego, eles devem pensar em melhorar a qualidade dos produtos e a produtividade. Os valores do sindicalismo devem ser preservados. Mas a única maneira de deter o declínio dos sindicatos é apresentar ao público um novo rosto: o da exigência, da maleabilidade, da inovação, da eficácia. O objectivo é a equidade económica, e não regras de trabalho irracionais.

Neste novo sindicalismo, os patrões devem, em contrapartida, ceder uma parte do seu poder. Os «leaders» sindicais já não devem ser considerados adversários. Eles devem ser admitidos nos círculos reservados da informação e da tomada de decisão. A eleição de um sindicalista para o conselho de administração pode ser a primeira etapa de uma cooperação autêntica.

— Qual é, neste esquema, o papel do Estado?

— Os democratas tradicionais têm tendência para recorrer sistematicamente ao Estado, por exemplo, para defender o emprego: eles apreçoam medidas

proteccionistas, o auxílio à exportação e o aumento das indemnizações de desemprego. Os republicanos, pelo contrário, acham que o Estado não deve intervir no sistema da livre empresa e que há sempre os que ganham e os que perdem. Estas duas atitudes extremas são irrealistas. No que diz respeito ao apoio financeiro do Estado, ele não deve servir para manter arti-

ficialmente vivas, indústrias condenadas, mas sim ajudar as empresas e os trabalhadores a tornarem-se competitivos no plano internacional.

De um modo mais geral, o papel do Estado é duplo: o incitamento económico através de uma política fiscal que, por exemplo, encoraje a investigação ou o desenvolvimento das indústrias de crescimento. O apoio psicológico na pessoa do presidente ou do vice-presidente ocasionalmente marcado por uma visita aos locais, as boas escolhas de uma empresa ou de um sindicato. Precisamos de menos retórica e de mais bom senso. Menos excessos e mais continuidade. Menos hostilidade entre o sector público e o sector privado. Sobre tudo uma maior cooperação.

— O aumento do orçamento militar exigido pelo presidente Reagan, não compromete a reindustrialização da América?

— Claro que sim. Dados os nossos limites em capital financeiro e humano, quanto mais investimos no domínio militar menos podemos entrar na batalha tecnológica mundial que se faz em volta dos bens de consumo. As nossas despesas militares devem ser bastantes para responder ao desafio soviético, mas não ter em vista a superioridade nuclear, tão cara ao presidente Reagan.

Na tradição «macho» de John Wayne

Os anos 80 dão-nos ocasião de renunciar às nossas ideias feitas e inaugurar uma política realista perante a União Soviética, cuja situação económica é mais desesperada do que a nossa. Claro que precisamos de estar prontos a responder a todo e qualquer reforço do potencial militar soviético. Precisamos de levar os nossos aliados — em especial os japoneses — a partilhar

connosco o fardo da defesa. Também é preciso saber trabalhar, com os soviéticos, um diálogo que permita trazer soluções aos nossos problemas comuns — em particular ao gasto dos recursos energéticos.

— Qual é a sua atitude perante o Terceiro Mundo?

— Neste ponto temos muito que aprender com os franceses. Eles são muito pragmáticos nas suas relações com o Terceiro Mundo, em particular com a África. Eles sabem tirar vantagens económicas da ajuda que dão a esses países. Os americanos não são encorajados como sendo sensíveis às necessidades do Terceiro Mundo. Antes de encarar uma cooperação económica, temos que elaborar uma política dos direitos do homem, desenhar uma política estrangeira de acordo com os nossos ideais. Não haverá lugar para uma política industrial americana no Terceiro Mundo enquanto atravessarmos esses países debruçando-nos sobre o regime cubano. A nossa política estrangeira repousa num anticomunismo primário, num maniqueísmo que opõe o Leste ao Oeste, e só pode engendrar uma nova guerra fria. A nossa política estrangeira está na tradição «macho» de um John Wayne.

Uma das vantagens do reaganismo é ter desacreditado as concepções de direita. No que diz respeito ao controlo dos armamentos, os americanos são hoje mais sofisticados do que antes da chegada de Reagan à Casa Branca. O movimento a favor do «gelo nuclear» desenvolveu-se em consequência de tomadas de posição.

É urgente aplicarmos, fora das nossas fronteiras, os princípios fundadores da nação americana, entre eles a igualdade racial, a justiça social, a autodeterminação — mesmo que isso fosse para prejudicar os soviéticos. Particularmente na África do Sul.

De um modo geral é preciso acabar com a mentalidade Leste-Oeste: a luta entre os Estados Unidos e a União Soviética não é indiferente aos líderes do Terceiro Mundo, mas a política de não alinhamento tem mais valor aos seus olhos. Eles podem sentir-se atraídos pela retórica anticolonialista dos soviéticos, mas a invasão do Afeganistão abriu-lhes os olhos. São muito mais pragmáticos do que se julga.

Também importa desenvolver os elos económicos com o Terceiro Mundo, que precisa dos nossos mercados, tal como nós precisamos das suas matérias-primas. O casamento é natural. Também convém manter e aumentar o auxílio económico aos países pobres. A diminuição do auxílio americano, decretado por Reagan não é só anti-humanitário, também vai contra os interesses nacionais. A França, a Alemanha, o Japão, sabem que o desenvolvimento do comércio é a sequência natural do auxílio económico.

«Le Monde»/«DL»

(1) Paul Tsongas, *The Road From Here. Liberalism and Realities in the 1980's*, Vintage, Nova Iorque, 1982.
(2) Gary Hart, *A New Democracy, Tomorrow*, Nova Iorque, 1983.

exclusivo

"A Hungria é diferente" 2

O vermelho tem vários cambiantes...

Na velha Faculdade de Letras, situada junto da nova ponte sobre o Danúbio, funciona, desde 1977, o Departamento de Filologia Portuguesa. Ernesto Rodrigues, jovem poeta e professor nortenho, é actualmente o leitor do Departamento. Sucedeu há um ano a Teresa Baltré, responsável pelos primeiros 11 licenciados em Português (entre eles István) do mais jovem curso da Faculdade. Ausente, em férias, há cerca de um mês, não pude conversar com o actual leitor. Mas falei longamente com Zoltan Rózsa, director do Departamento, e o grande responsável pela sua criação.



«Qual mãe e qual filha» — é o título desta bela escultura da célebre artista húngara Margit Kovács, falecida há seis anos

Zoltan, especialista em Cultura Italiana, é agora um apaixonado da História e da Literatura portuguesas. Editou, recentemente, uma antologia com alguns dos mais significativos poetas húngaros e tem, já adiantada, uma colectânea de 45 poetas portugueses contemporâneos que quer dar a conhecer no seu país. *Aqui também* — diz, num português de ritmo italiano — *cada intelectual é poeta.*

A mesma lenda

Considera que o «clima íntimo dos nossos dois povos é muito semelhante». Não existe no húngaro uma palavra como saudade, mas a expressão *siro vágó* (alegria triste) reflecte a mesma nostalgia típica do povo português. *Portugal e a Hungria* — conta Zoltan — *foram grandes impérios. Três quartos do nosso território situam-se hoje na Roménia (Transilvânia) e 1526 (vitória turca sobre o Exército dos Habsburgos) foi o nosso Alcácer-Quibir.*

Tal como István, refere-me aspectos históricos lendários coincidentes da formação das duas nacionalidades. Santo Estêvão, primeiro rei húngaro, prestou vassalagem ao papa, tal como o nosso primeiro rei. Era a fórmula, no tempo, de escapar, institucionalmente, ao domínio de outras coroas poderosas. A nossa Isabel, da lenda das rosas, esposa de D. Dinis, era bisneta da rainha Isabel da Hungria. E foi esta figura da história magiar quem primeiro celebrou o «milagre» do pão que se transformou em rosas...

O Departamento de Português conta actualmente com meia

(sobre Camões) e Lúcia Lepecki, (sobre cultura brasileira) orientaram já em Budapeste colóquios promovidos pelo Departamento. Manuel Ferreira será o próximo convidado, para falar da Literatura Africana de Expressão Portuguesa.

Diplomata distraído

Uma razoável biblioteca, com obras fundamentais da cultura portuguesa, é um dos motivos de orgulho de Zoltán. Destaca o apoio e as boas relações do Instituto de Cultura Portuguesa e da Fundação Gulbenkian com o Departamento. O anterior embaixador em Budapeste, Fernando Vieira, também manteve sempre uma boa ligação com o curso. No final de cada ano lectivo, organizava uma recepção na Embaixada para os estudantes e professores e apoiava, directamente, a concessão de bolsas para os cursos das nossas Faculdades de Letras. O seu substituto, parece, lamentavelmente, ignorar a existência dos numerosos estudantes de língua e da cultura portuguesas...

Ferenc Pal, um dos primeiros onze licenciados, fez já o seu doutoramento, baseado na obra e figura de Eça de Queiroz. É professor ainda no Departamento. István, meu guia e companheiro dos seis dias húngaros prepara, também para doutoramento, uma obra inédita sobre as relações luso-húngaras nos planos económico e cultural. E descobriu já, em Lisboa, na Torre do Tombo, interessantes documentos sobre a matéria!

István descobriu ainda, na Hungria, 17 documentos do século XVI em língua portuguesa, relativos à tomada de Buda pelos

turcos, e espera publicá-los com algum apoio oficial português. A viagem do nosso Infante D. Pedro, no começo do século XV à Hungria é também conhecida em pormenor pelo meu guia. Segundo ele, os dois anos de D. Pedro junto da corte do imperador Segismundo, em cujo exército combateu, valeram-lhe a doação do condado de Treviso, a Norte de Veneza.

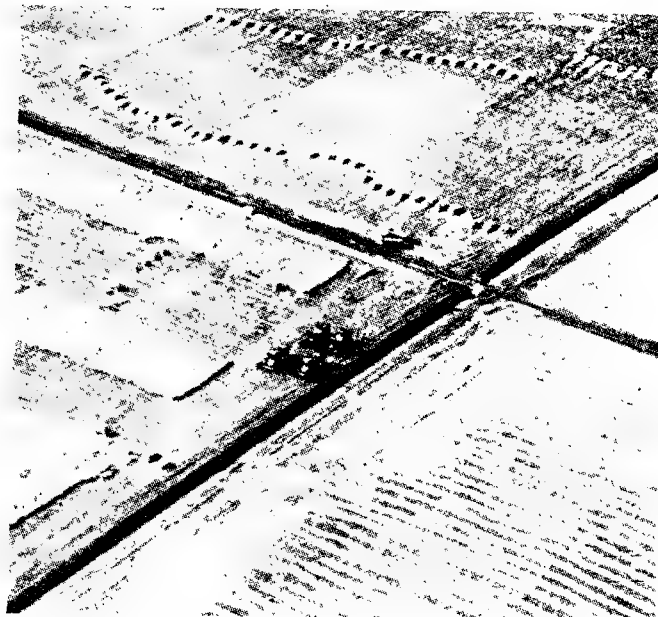
Na opinião de István, a viagem húngara do Infante poderá ter que ver com o desenvolvimento da expansão portuguesa. Naquela zona da Europa Central, sabia-se muito sobre o comércio terrestre das especiarias orientais. *Espionagem económica?* — interroga-se, como ironia o meu guia-historiador.

Que relações?

Esta passagem extensa pela área do Departamento de Português explica-se pela simples razão de ser a área cultural a única em que se mantém um certo vigor nas relações luso-húngaras.

Rezso Palotás, responsável no Ministério dos Negócios Estrangeiros pelas questões da Europa meridional (Itália, França, Grécia, Espanha) sublinhou-me particularmente esse facto. *No plano cultural tudo vai bem. Não há obstáculos. Mantemos intercâmbio de bolsheiros, exposições, etc. Mas a nível económico e comercial poder-se-ia fazer muito mais* — frisa.

Com uma balança comercial largamente favorável, Portugal poderia beneficiar de um maior desenvolvimento das suas trocas com a Hungria. Palotás confessa esperar algo mais do novo governo português. As boas re-



A calha na grande planície

lações que o seu país mantém com as antigas colónias portuguesas, a cooperação húngara marca pontos em hospitais, escolas, unidades industriais completas) são um óptimo ponto de partida para um intercâmbio mais profundo e mutuamente frutuoso no eixo Budapeste-Lisboa-Africa.

País carecido de matérias-primas ou de vastos recursos energéticos, a Hungria conseguiu o equilíbrio económico-social através de um notável desenvolvimento da sua agricultura, que lhe permite, por exemplo, exportar carnes, vinhos, cereais, mesmo para países da CEE como a Itália e a RFA.

Para se chegar ao estádio actual muita coisa boa e má aconteceu na Hungria. Os problemas surgidos em 1956 levaram à correcção de erros ou distorções na via socialista. A pequena parcela de terra acessível aos camponeses ou cooperativistas, a liberalização no domínio do pequeno comércio e da pequena indústria deram bons resultados. Os húngaros viajam com mais frequência ao estrangeiro e investem, em força, na pequena casa de

campo. A jardinagem ou a pequena horticultura aos fins-de-semana, transformou-se quase num «desporto» nacional.

As pessoas sentem o regime estável, pensam a longo prazo. Não têm problemas de abastecimento. Podem comprar o que quiserem... — sublinha Palotás.

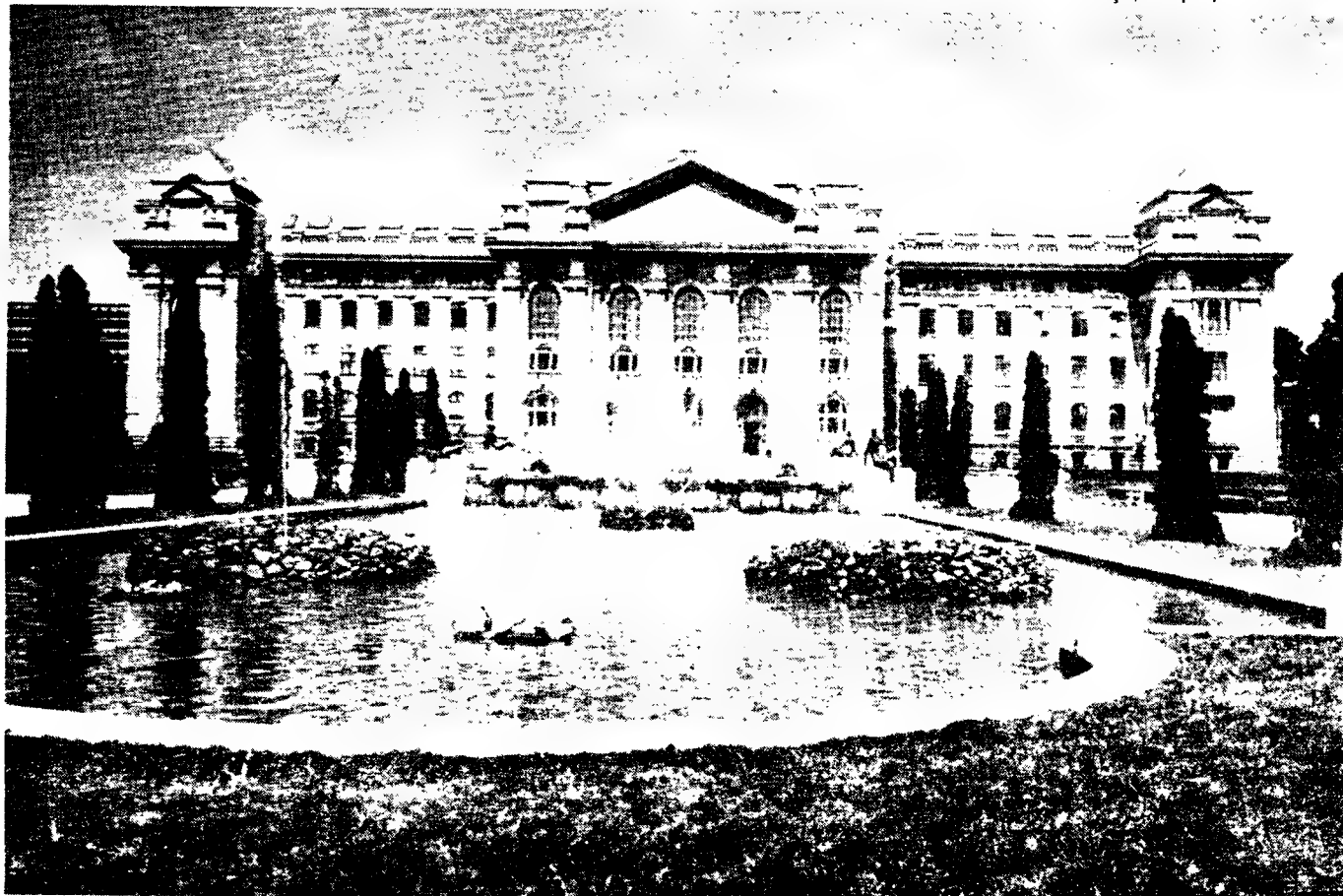
Um dos aspectos que mais impressiona é, entre outros, o reduzido índice dos preços dos livros, dos discos, dos transportes e dos espectáculos. Um livro de ficção raramente ultrapassa os 50 forints (um forint vale 2\$50), um «LP» ronda os 70-80 e um bom espectáculo de ballet não ultrapassa os 100. Quanto ao cinema é incrivelmente barato. Vi num cinema central, o último grande êxito do cinema húngaro, «Daniel apanha o comboio», de Pal Sandor, e paguei o equivalente a 60 escudos!

Diversidade

As relações com o Ocidente capitalista são boas. Mesmo com os Estados Unidos. Para tanto contribuiu em boa medida a recente devolução, feita por Cyrus Vance, em nome da Casa Branca, da coroa e espada em ouro do rei Matias, levadas de Budapeste pelos nazis e, posteriormente, da RFA, pelos americanos. Turistas dos EUA deslocam-se, aliás com frequência, à Hungria embora, a nível do Ocidente, o número maior de visitantes proceda naturalmente da RFA, da França, da Suíça, Itália e Áustria. Bom clima, bons hotéis, o imenso e límpido Balaton, vinhos de sonho, refeições baratas, e aí está a explicação da explosão turística magiar.

A minha interrogação sobre algumas particularidades da Hungria socialista, Rezso Palotás respondeu-me, tranquilo, no seu perfeito francês: *o vermelho é uma cor de vários cambiantes. Há o grenat, o encarnado, o cor-de-rosa...*

Também Zoltán, do Departamento de Português, insistiu nesse pormenor os *médias ocidentais, sobretudo os norte-americanos, tentam dar do mundo socialista uma imagem cinzenta, monolítica. Mas nós sabemos, perfeitamente, que as nações checa, alemã-democrática, cubana, etc, não são exactamente a mesma coisa. E a sua diversidade não é senão um bom sintoma do dinamismo e do futuro certo que cabe aos países que entraram na via socialista.*



A Universidade de Kossuth (herói da guerra de independência no século XIX) na cidade de Debrecen

Eugénio Alves

CODILIVRO — COOPERATIVA DE DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO DO LIVRO, SCARL

Sede Social: Praça Dr. Nuno Pinheiro Torres, n.º 2-A, (Benfica) Lisboa

Assembleia Geral Extraordinária

Fica convocada a Assembleia Geral para se reunir, extraordinariamente, no dia 24 de Junho do corrente ano, pelas 21 horas, na sede social, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO — Alteração dos Estatutos de modo a pô-los conforme as disposições do Código Cooperativo e consequente alteração da denominação social para CODILIVRO — COOPERATIVO DE DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO DO LIVRO, CRL

Lisboa, 24 de Maio de 1983

O PRESIDENTE DA MESA
DA ASSEMBLEIA GERAL
(José Fernando Orozco Paneiro)

10.º
ANIVERSÁRIO
1973 — 1983

GIBEL

CABELEIREIRO DE SENHORAS

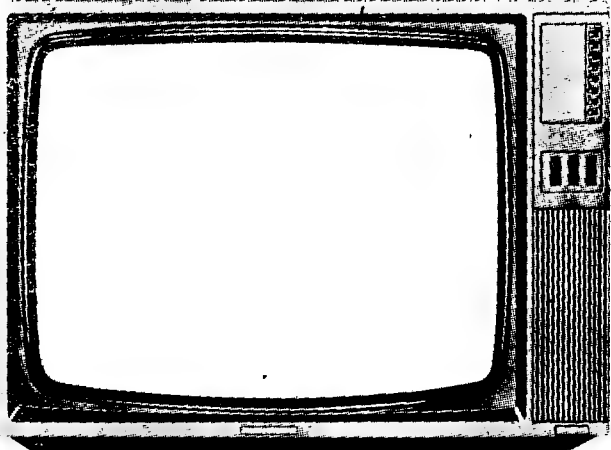


Para si criámos o sistema GIBEL que nos permite ser mais rápidos e mais económicos além disso abolimos a gratificação.
das 8 h às 20 h

Cç. do Sacramento, 38 — LISBOA

39.990\$00

ÉCRAN 51 CM



com troca do seu TV usado

M.L. FERREIRA
RUA D. ESTEFÂNIA, 48 - A
AV. DA REPÚBLICA, 54 - B
1000 LISBOA



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA E EXPORTAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo, 81-3.º, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal-EDP, Direcção de Distribuição Sul, a que se refere o processo n.º 1/4157, arquivo 688, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Grândola, de uma linha aérea a 30 kV [RA 30-9-43 Jorge Pereira] com 382 metros, do poste n.º 192, da linha [LI 30-9 Alcácer-Santiago] ao poste de transformação das instalações Agro-Pecuárias, de Jorge Pereira sito no Telheiro das Pontes.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção de Fiscalização Eléctrica, dentro do citado prazo.

Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, em 3 de Junho de 1983.

O ENGENHEIRO DIRECTOR,
João Carlos Oudinot Larcher Nunes

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA 4.º JUÍZO ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem da garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias depois de decorrida a dilatação de vinte dias, que se começará a contar da segunda e última publicação do anúncio.
Execução Ordinária n.º 94 3.ª Secção
Exequentes — João da Costa
Executado — Ilda Monteiro Frigueira e filha Maria Leonor Figueira Monteiro, residentes na Rua Nuno Álvares Botelho n.º 9 — 2.º esq.º Almada.
Lisboa, 15 de Junho de 1983

O Juiz de Direito,
Alípio Duarte Calheiros
O Escrivão de Direito,
Jesus Matoso Pereira

D.L. — 21/6/83 — 1.ª Publicação

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA 11.º Juízo Cível 1.ª Secção ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem da garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilatação de vinte dias, que se começará a contar da data da 2.ª e última publicação do presente anúncio.
Execução sumária n.º 2262, 1.ª secção.

Exequentes — Proqueme — Produtos Químicos de Manutenção, Lda.ª.

Executado — EIMA — Estabelecimentos Industriais Metalúrgica Alentejana, Lda.ª, com sede na Rua de Lisboa, n.º 61, 7800 Beja.

Lisboa, 31 de Maio de 1983.

O JUIZ DE DIREITO,
Ass. Fernando Pinto Monteiro

O ESCRIVÃO ADJUNTO,
Ass. António Silva Ribeiro

«DL» — 21-6-83 — 2.ª publicação

NOTARIADO PORTUGUÊS

VIGÉSIMO SEGUNDO CARTÓRIO
NOTARIAL DE LISBOA, AVENIDA
MANUEL DA MATA, NÚMERO
QUARENTA E DOIS, RES-DO-CHÃO,
ESQUERDO

LISBOA

CERTIFICADO NARRATIVAMENTE
PARA EFEITOS DE PUBLICAÇÃO: —
Que por escritura de 4 de Novembro de
1981, lavrada a folhas 8 verso e seguintes
do livro 13-F, das notas deste Cartório,
Alvaro Antunes Baptista e sua mulher
Isabel Maria da Cruz Baptista, deixaram
de fazer parte da sociedade comercial por
quotas de responsabilidade limitada de-
nominação «TRANSPORTES ALVARO
BAPTISTA, LIMITADA», com sede em
Castelo Branco, na Rua D. Jorge da
Costa, número cinco, primeiro andar,
esquerdo, tendo, no entanto autorizado a
referida sociedade a continuar com a de-
nominação de «TRANSPORTES AL-
VARO BAPTISTA, LIMITADA».

Está conforme. Lisboa, aos dezasseis
de Junho de mil novecentos e oitenta e
três.

O Terceiro Ajudante

Maria de Fátima M. G.

de Sousa N. Lourenço

TRIBUNAL DE FAMÍ- LIA DE LISBOA 2.º JUÍZO ANÚNCIO

P.º 2968

Pelo 2.º Juízo — 1.ª secção do Tribunal
de Família de Lisboa, correm éditos de
TRINTA DIAS, a contar da segunda e
última publicação do respectivo anúncio,
citando o requerido JOSÉ RIBEIRO
REIS FERREIRA, com a última resi-
dência conhecida na Avenida Guerra
Junqueiro, n.º 7-2.º Esq.º — Lisboa, e,
actualmente, ausente em parte incerta,
para no prazo de OITO DIAS, findo o dos
éditos, contestar, querendo, o pedido de
fls. 30 do Incidente de Atribuição do Di-
reito ao Arrendamento da casa de Mo-
rada de Família, formulados pela ora re-
querente Maria Luisa Baptista Telhado
Ferreira, na Acção de Divórcio Litigioso
n.º 2968/80, devendo oferecer, desde logo
o rol de testemunhas e todas as provas que
possuir, nos termos dos Art.ºs 1110.º do
Código Civil e 303.º do C. P. Civil.
O duplicado da petição fica na Secre-
taria à disposição do requerido.

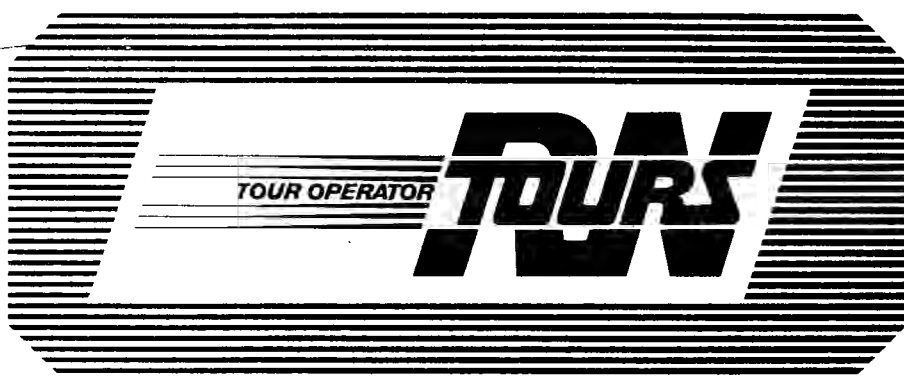
Lisboa, 5 de Abril de 1983

O Juiz de Direito,
(José Correia de Oliveira
Abranches Martins)
O Escrivão de Direito,
(Hélder Gonçalves Roberto)

«DL» — 21/6/83 1.ª Publicação



NADE
ao longo das praias



A partir de 1 de Junho, todos os Serviços Administra-
tivos da RN Tours-Viagens e Turismo que até aqui vinham
funcionando na Av. Casal Ribeiro, 18-B — 5.º Piso em
Lisboa, mudam as suas instalações para a Av. Fontes
Pereira de Melo, 14-12.º em Lisboa, passando a ser
servidas pelo número de telefone 538846 e pelo telex
número 18449.



FÉRIAS — 83

LONDRES

Partidas e regressos a Lisboa,
todas as 3.ªs, 5.ªs e domingos

Desde

19.450\$00

Programas especiais para tirar
o seu curso de inglês

PRAIAS

Palma de Maiorca

Ibiza

Canárias

Benidorm

Torremolinos

Açores

Madeira

Algarve

(Praia da Rocha e Albufeira)

Informações e inscrições
RN TOURS — VIAGENS E TURISMO

Av. Fontes Pereira de Melo, 33 — 1098 Lisboa Codex — Telef. 560015/6/7 — Telex: 12315

Av. de Roma, 4-B — 1000 LISBOA — Telef. 886157-886142/4

Rua do Arsenal, 124-1.º Esq.º — 1131 LISBOA CODEX — Telef. 320921-320861 — Telex: 16585

OU NAS VÁRIAS AGÊNCIAS ESPALHADAS PELO PAÍS:

PORTO — Tel.: 380712 • COIMBRA — Tel.: 22944 • LEIRIA — Tel.: 22413

SETÚBAL — Tel.: 23291 • ÉVORA — Tel.: 24254 • FARO — Tel.: 23025 • PORTIMÃO — Tel.: 25413

DESPORTO

Futebol de fim de época

O Vizela empatou, ontem, sem golos, em Coimbra, frente ao Académico, em jogo em atraso do torneio de competição entre as primeiras e segunda divisões do futebol português.

Este foi o segundo jogo disputado pelos vizelenses, segundo classificados da zona Norte da segunda divisão, que na próxima quinta-feira realizam o seu terceiro jogo, recebendo o Lusitano de Évora.

Após o encontro de Coimbra, a classificação do torneio é a seguinte:

Novo treinador para a A. D. Guarda

A Associação Desportiva da Guarda (ADG) vai contratar Orlando Dias para treinador da sua equipa principal de futebol — anunciou António Ferreira, responsável pelo departamento de futebol.

Orlando Dias, foi já treinador da equipa guardense na época de 1980/81 tendo depois deixado o clube por «discordância com alguns membros da direcção».

A aceitação daquele técnico para o cargo de treinador realça-se tendo em conta «as facilidades dadas ao clube e o prévio conhecimento dos elementos integrantes do departamento de futebol».

A ADG, disse António Ferreira, vai promover a aquisição de vários jogadores para a equipa que na próxima época disputará o campeonato nacional da segunda divisão.

Matos (Ceia), Gilberto (Oliveirense), Rui (Académico de Viseu), Paulo Sérgio (Académico de Viseu), Velho (Sporting da Covilhã), Manacá (Sporting da Covilhã) são alguns dos nomes com contratos a assinar num prazo curto.

A direcção conta ainda com os jogadores naturais da Guarda, apesar de com estes não ter ainda sido negociada a sua participação.

O «caso» África do Sul

A direcção do Boavista Futebol Clube decidiu instaurar inquéritos aos seus jogadores profissionais que «integrados numa pseudo-selecção, terão participado na África do Sul num jogo de futebol».

Em comunicado, a direcção do Boavista diz ter total desconhecimento sobre o assunto, e estranha o facto de os seus jogadores, em gozo de férias, «se terem permitido participar em tal jogo».

Entretanto, fala-se (um dirigente do Marítimo citando a Imprensa sul-africana) dum contrato que não terá sido cumprido por parte da organização e ainda que cada jogador da selecção-pirata recebeu 100 contos pela participação na partida contra o Marítimo.

Aguarda-se, como já foi noticiado, que a FIFA, interessada em esclarecer o caso, envie a Portugal (talvez ainda esta semana) um responsável com a missão de pôr (ou tentar...) tudo em pratos limpos.

MICROSEPIO

Ténis de mesa no Algarve

Incluído nas comemorações do «Dia da Cidade» de Portimão e com o apoio da DGD realiza-se no dia 24 às 15 horas na sala do Sporting Glória ou Morte Portimonense um Torneio Popular, destinado a atletas não federados.

Cascais: Aikido

A Associação Portuguesa de Aikido e Disciplina Associadas leva a efeito, entre os dias 1 e 6 de Agosto, um estágio internacional que terá lugar no clube «Budokan de Portugal», sito na Rua Gomes Freire, lote 1, Cascais. A natureza espectacular e o carácter educativo desta modalidade, ainda bem pouco conhecida da generalidade do público português, leva a supor que haverá muitos interessados. Contactar com João Duclos (3as, 4as, 5as e Sábados; 18 horas; Tel. 646047); Segundas e sextas-feiras; 21 horas; (Tel. 2462918).

O estágio será dirigido pelo mestre Jorge Sobbaerts (director técnico nacional e fundador do Aikido em Portugal). Do programa constam, para além do curso, uma recepção oferecida pela Câmara de Cascais, uma viagem turística, um jantar e uma festa na Várzea de Sintra.

Taça dos Libertadores

A equipa argentina dos Estudantes de La Plata, qualificou-se (em Buenos Aires) para as meias-finais da Taça dos Libertadores de futebol, ao vencer o Ferrocarril Oeste (Arg.) por 2/1. Classificação do Grupo Um: 1.º Estudantes (Arg.) 7 pts; 2.ºs Cobreloa (Chile) e Colo colo, 6; 4.º Ferrocarril Oeste, (Arg.) 5 pts.

Salgueiros

Cruz Mesquita lidera a única lista que se apresentará às eleições para a direcção do Salgueiros. Contando com o apoio de Júlio Lima (presidente cessante) a nova lista será apresentada depois de amanhã à Assembleia Geral, tendo Afonso Martins e Ilídio Peixoto como presidentes do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral, respectivamente.

Halterofilia: dia olímpico

Encontram-se convocados para o Torneio Dia Olímpico, a realizar no dia 25 os seguintes halterofilistas (os 20 melhores pontuados desde 1 de Janeiro de 1983 até 5 de Junho): Francisco Coelho; Raul Diniz; Jorge Soares, Carlos Alves, Pedro Carvalhal, Carlos Duarte, Fernando Quintino, António Duarte, João Teles, João Novelo, Paulo Duarte, Artur Figueiroa, Joaquim Silva, Vital e Silva, Carlos do Carmo, Lino do Vale, António Pereira, José Mestre, Isidro Soares e Alberto Marques.

Perícia automóvel

O Belenenses divulga os nomes melhor cotados na prova de perícia automóvel que conta para o troféu «Vredestein», após quatro competições: José Manuel, José Augusto Henriques e Luís Pombal da Costa (geral), Maria João Lourenço, Marília Cavaco, Maria Rosa Saraiva e Isabel Moura (senhoras), Luís Pombal da Costa (1.ª Divisão), Adérito Azevedo (2.ª), José Manuel Manuel (3.ª) e Mário Santos (Diesel).

Andebol: arbitragem

Organizado pela Federação Internacional de Andebol e com a colaboração da Federação Italiana, vai realizar-se na Scuola dello Sport (em Roma) de 27 a 29 do corrente, o I Curso Internacional para Observadores de Arbitros, dirigido por Carl Wang (presidente da Comissão de Arbitragem e Regras de Jogo da FIH). Perante o interesse e a im-

portância deste curso, a estar representada por Mendes, elemento do Departamento de Arbitragem. As despesas relacionadas com a estadia (alojamento e alimentação) em Roma, serão suportadas pela Federação italiana. No entanto, esclarece-se que esta despesa, perante a actual situação financeira da FPA, só é feita ao apoio concedido pela firma (Gianfranco) para a sua locação.

Remo: Arco

A Associação de Remo de Competição (Arco), do Castelo, obteve a 1.ª edição do Festival Internacional de Remo, realizado na Figueira Foz. A prova em «shell/4» (timoneiro (seniores) te... participação de dez clubes... tos, de Aveiro e a Ass... Naval de Lisboa venceu... as duas anteriores edições... eis a classificação dos tripl... meiros: 1.º, Associação de... madores de Competição... Real Clube Náutico de C... ição; 3.º, Sporting Clube Caminhense.

Pedras Salgadas: hipismo

Francisco Caldeira obteve o Grande Prémio do Concurso Hípico de Pedras Salgadas. O segundo classificado foi o capitão Pimenta da Gama.

Pugilismo de 1.ª

O «boxeur» sul-coreano Jung-Koo conserva o título de campeão do Mundo de miní-moscas, depois de derrotar o japonês Masaharu Inami. O combate realizou-se em Seul, tendo o japonês abandonado ao 2.º assalto por incapacidade física.

Ginásio Clube ensina ténis

Começa a funcionar no próximo mês de Julho, às 4.ªs-feiras ou domingos (das 9 às 13 horas) a nova Escola de Ténis do Ginásio Clube Português, nos excelentes «courts» anexos à sua sede social. Destina-se, em princípio, a jovens até aos 16 anos, prolongando-se nesta 1.ª fase o seu funcionamento até ao fim de Setembro. As inscrições, para os associados do clube, são feitas na recepção, até ao dia 30 deste mês.

Patinagem: festa em Lisboa

A Federação Portuguesa de Patinagem realiza, com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, nos dias 25 e 26, a Grande Gala da Patinagem (24 horas de patinagem de Lisboa) integrado nas «Festas da Cidade» e nas comemorações do «Dia Olímpico». As entradas neste festival são gratuitas para os alunos dos estabelecimentos de ensino, componentes de organização de deficientes físicos e quaisquer outras agremiações de utilidade pública, devendo os pedidos de bilhetes serem feitos para a Secretaria da FPP, pelos telefones 532689 e 546758, o mais breve possível.

Velas no Tejo

A 14.ª edição da regata «Cruzeiro do Tejo», organizada pela Secção de vela do Alhandra Sporting Clube, realiza-se a 25 e 26 do corrente. A prova, uma das mais importantes do calendário da Associação de Vela do Centro, será disputada entre Alhandra e Salvaterra de Magos (e vice-versa) e está aberta a velejadores de todas as categorias, masculinos e femininos, e em todas as variantes. Em 1982, o «Cruzeiro do Tejo» contou com a presença de 400 velejadores e 300 acompanhantes, esperando os seus organizadores que na edição deste ano aquele número de participantes seja ultrapassado.

Benfica interessado em Oliveira (Marítimo)

Os presidentes do Benfica (do Marítimo, Fernando Martins e António Henriques, estabeleceram ontem um contacto com vista à transferência do defesa madeirense Oliveira para o clube encarnado.

O dirigente do clube madeirense, em entrevista publicada pelo Jornal da Madeira, recorda que Oliveira «é jogador do Marítimo por mais um ano», acrescentando que «os contactos entre as direcções dos dois clubes não transcenderam a informalidade duma simples manifestação de interesse pelo jogador».

António Henriques referiu «estar interessado que Oliveira represente o Marítimo na próxima época» sem ignorar a «vontade expressa por Oliveira na possibilidade de vir a transferir-se para o Benfica».

Futebol na Guiné-Bissau

O Sport Bissau e Benfica pôs domingo em risco o seu título de campeão nacional de futebol da Guiné-Bissau, ao perder por 2-0 em Bissau, com os Balantas de Mansoa.

A derrota do Benfica face a uma equipa do meio da classificação constitui o resultado de maior relevo da vigésima nona jornada do campeonato nacional de futebol, disputado por 16 equipas.

Para se sagrar campeão pela sexta época consecutiva, o Benfica terá de anular na última jornada do campeonato o perigo constituído pela posição do Sporting de Bissau, seu principal competidor, que soma agora os mesmos 48 pontos.

Mas a visita do Benfica ao estádio do Canchungo representa uma dificuldade bastante superior à deslocação do Sporting a casa do Quinara, a última equipa da tabela classificativa, com apenas seis pontos.

Se os dois jogos tiverem resultados iguais para as equipas de Bissau, o Benfica conta no entanto com a vantagem de onze golos.



Acidente sempre espreita

Ciclismo

FC Porto lidera Prémio JN

Paulo Ferreira, do Lousa, venceu ontem a terceira etapa do Grande Prémio em Ciclismo, 161 quilómetros, entre Mogadouro e Peso da Régua.

O ciclista do Lousa percorreu a distância em 4 horas, 40 minutos e 43 segundos, seguido de António Fernandes (FCP), Alexandre Ruas (FCP), José Amaro (Mako Jeans) e Benjamim Carvalho (Lousa) todos com o mesmo tempo.

Por equipas o triunfo ao FC Porto, com 14.02.09, seguido da Mako Jeans e do Lousa, com o mesmo tempo.

Nesta etapa houve uma contagem do Prémio da Montanha, categoria A, no alto da Touca, ganha por Belmiro Ribeiro, da Vigamínho, com 15 pontos. Seguem-se Venceslau Fernandes, 13, Luís Teixeira, 13, António Alves, 11 e Manuel Gomes, 6.

Em Vila Nova de Foz Côa houve uma contagem de categoria B, ganha por José Pereira, da Coelima, que somou 5 pontos.

Venceslau Fernandes, da Rodovil, manteve a camisola amarela, após a terceira etapa do Grande Prémio «JN» de Ciclismo disputada entre Mogadouro e Peso da Régua, ganha por Paulo Ferreira, do Lousa.

Após esta tirada a classificação dos 10 primeiros é a seguinte: 1.º Venceslau Fernandes, Ro-

dovil, 8h 35m 50s; 2.º Marco Chagas, Mako Jeans, 8.35.57; 3.º Adeline Teixeira, Lousa, 8.35.58; 4.º Manuel Cunha, FCP, mt; 5.º Belmiro Silva, FCP, 8.36.02; 6.º António Alves, FCP, 8.36.03; 7.º Eduardo Correia, Mako Jeans, 8.36.05; 8.º Firmino Bernardino, Ovarense, 8.36.07; 9.º Manuel Zeferino, FCP, mt; 10.º Armindo Terebentino, Coelima, 8.36.12.

O FC Porto mantém a liderança por equipas, com o tempo de 25h 48m 03s, seguido da Mako Jeans, 25.48.09 e do Lousa, 25.48.18.

O Prémio da Montanha é comandado por Belmiro Ribeiro, da Vigamínho, com 15 pontos. Seguem-se Venceslau Fernandes, 13, Luís Teixeira, 13, António Alves, 11 e Manuel Gomes, 6.

Volta à Suíça

Acácio da Silva classificou-se, ontem, na terceira posição da sétima etapa da volta à Suíça em bicicleta, corrida entre Argans e Bellinzona, numa distância de 177,5 km, gastando mais 7 minutos e 1 segundo que o vencedor da tirada, o suíço Erich Maechler, que percorreu o percurso em 4 horas, 41 minutos e 5 segundos.

O segundo classificado da tirada, Sean Kelly, da Irlanda, que gastou mais 6 minutos e 58 segundos, que Erich Maechler, arrebatou a camisola amarela ao italiano Roberto Visentini. Joaquim Agostinho classificou-se no 23.º lugar, a 7,35 minutos do vencedor e é 24.º na geral.

Classificação da etapa:

1.º, Erich Maechler (Suíça), 4h41m5s; 2.º, Sean Kelly (Irlanda), a 6m58s; 3.º, Acácio da Silva (Portugal), a 7m1s; 4.º, Stefan Mutter (Suíça), a 7m1s; 5.º, Roberto Visentini (Itália), a 7m5s.

Sean Kelly (Irlanda) comanda agora a classificação geral com 28h23m26s. Roberto Visentini (Itália), está na segunda posição com 5 segundos mais.

Após a 7.ª etapa, a classificação geral é a seguinte:

1.º, Sean Kelly (Irlanda), 28h23m26s; 2.º, Roberto Visentini (Itália), a 5s; 3.º, Peter Winnen (Holanda), a 1m18s; 4.º, Jean-Mary Grezet (Suíça), a 1m19s; 5.º, Greg Lemond (EUA), a 1m38s; 6.º, Stefan Mutter (Suíça), a 1m46s; 7.º, Mário Beccia (Itália), a 1m48s; 8.º, Beat Breu (Suíça), a 1m58s; 9.º, Jostein Wilmann (Noruega), a 2m21s; 10.º, Acácio da Silva (Portugal), a 2m50s.

DESPORTO

ponta esquerda



Kathrin Heinze: 19 anos, um prémio desportivo da RDA por ter conseguido curiosa façanha. Ora veja-se: 221 saltos à corda, lançamento da bola medicinal a 13,60m. de distância, um salto em comprimento de 7,08m. e 91 posições no espaldar de ginástica

McEnroe: máquina de dinheiro

O tenista norte-americano John McEnroe é uma autêntica máquina de ganhar dinheiro, devendo cobrar este ano cerca de sete milhões de dólares (cerca de 700 milhões de escudos). McEnroe prova assim não ser apenas um artista no ténis como também especialista na arte de acumular fortunas.

Em 1982 participou em 12 grandes torneios, tendo ganho cinco, o que lhe rendeu uma quantia superior a um milhão de dólares (cerca de 100 milhões de escudos) em prémios, enquanto que pelas suas actuações na «Taça Davis», ao serviço da equipa norte-americana, a sua conta bancária foi alimentada com mais 200 mil dólares (cerca de 20 milhões de escudos).

As partidas de exibição são, no entanto, a grande fonte de divisas de John McEnroe: em 1982, participou em 20, que lhe renderam mais de dois milhões de dólares (cerca de 200 milhões de escudos), esperando-se que participe este ano em 40 encontros do género.

O vestuário do tenista (cerca de 24 anos) é outra fonte de riqueza já que pelo uso de camisas, óculos e chapéus de uma determinada marca, auferi 250 mil dólares (cerca de 25 milhões de escudos) por ano.

McEnroe supera o deus mitológico que transformava em ouro tudo aquilo em que tocava, pois produz este metal através do uso de uma marca de raquetas (cerca de 100 milhões de escudos anuais), pela utilização de uma marca de cordas para a raqueta (cerca de 700 mil escudos por ano) é o emprego de bandas e punhos elásticos, criados por um desenhador italiano, o que lhe rende cerca de 50 milhões de escudos anualmente.

As sapatarias desportivas e as meias usadas por McEnroe concedem-lhe proventos da ordem dos cerca de 50 milhões de escudos anuais, enquanto que o barbear-se com uma determinada marca de máquinas aumenta a sua conta bancária em mais 25 milhões de escudos em cada ano. O milionário do ténis faz ainda publicidade a uma marca de automóveis japoneses (cuja recompensa em dinheiro é secreta), a um tipo de leite australiano, a uma bebida refrescante italiana e, até, a uma brilhantina com perfume «Patcholi».

Apesar de tudo, McEnroe é muito modesto na utilização do tempo de que disfruta fora dos «courts» de ténis e contabilização dos seus proventos.

Connors e Lendl na África do Sul

O número um mundial (o norte-americano Jimmy Connors) e o checoslovaco Ivan Lendl participarão num torneio exibição de ténis no complexo desportivo de Sun City, no Bantustão de Bophuthatswana (Bophuthatswana) de 8 a 10 de Julho próximo, isto é uma semana depois do Torneio de Wimbledon. Os dois tenistas defrontarão o sul-africano Kevin Curren e o norte-americano de origem sul-africana Johan Kriek.

Lendl irá participar pela primeira vez num torneio sul-africano, mas Connors, que Arthur Ashe por duas vezes (1973 e 1974) na final do «open» da África do Sul, deslocou-se pela 3.ª vez ao país do «apartheid» para participar numa competição.

Jimmy Connors e o checo Ivan Lendl assinaram compromisso para participarem no torneio que vale um milhão de dólares: 1.º classificado ganhará 400 mil dólares, o segundo 300 mil, o terceiro 200 mil e o quarto cem mil.

Já vendem bilhetes para Los Angeles

Mais de cinco milhões e meio de entradas para os próximos Jogos Olímpicos, a realizar em 1984, em Los Angeles, foram postas à venda através de um sistema de compra por correio.

As previsões apontam para que um grande número de entradas (distribuídas nos Estados Unidos através da cadeia Sears, e das sucursais de dois bancos, um da Califórnia e outro de Nova Iorque) se esgote quase a um ano do início das XXIII Olimpíadas.

Nas últimas Olimpíadas realizadas em Los Angeles (em 1932) participaram 1400 atletas de 37 países, com um total de três milhões de entradas.

A 28 de Julho de 1984, mais de 12 mil desportistas de 150 países desfilarão no Coliseu desta cidade norte-americana, na cerimónia inaugural da abertura dos Jogos, para os quais se distribuirão um número total de entradas sem precedentes na história: oito milhões.

As entradas postas à venda por correio, cerca de 70 por cento serão para o público em geral, enquanto os restantes 30 por cento se destinam a jornalistas, directores olímpicos, atletas e patrocinadores.

Nosso ténis abraçou angolanos

O presidente da Federação Angolana de Ténis e uma equipa de quatro tenistas daquele país regressaram,

a Luanda, após uma estada de 12 dias em Portugal, apoiada por várias entidades públicas e privadas. Manuel Videira chefiou a delegação desportiva angolana que integra os tenistas Augusto Pinto («Ganino»), Eliseu Maria, Garcia Vadiis e Hélio José, que disputaram vários torneios em Lisboa, Caldas da Rainha e Vilamoura. «Visita de desporto e de estreitamento de relações entre os dois países, para divulgação e aperfeiçoamento do ténis e, também, para incrementar a cooperação entre Portugal e Angola», foi como Gonçalves Pereira, administrador da empresa produtora da visita, classificou a deslocação da comitiva angolana a Portugal. Num «cocktail»-convívio, realizado nas instalações do CIF, o «capitão» da equipa de Angola (Augusto Pinto), recebeu uma taça em prata, comemorativa desta deslocação, promovida por uma empresa de organização e estudos económico-financeiros com estreitos contactos com a economia angolana. Durante a estada, os presidentes das federações angolana e portuguesa, Manuel Videira e Armando Rocha, mantiveram contactos para incrementar as relações entre o ténis dos dois países. Armando Rocha pôs à disposição do seu homólogo angolano um curso para formação de monitores.

De 2 a 4 de Junho, precisamente no Atlantis (Vilamoura) processa-se um torneio ténístico destinado a jogadores veteranos (singulares e pares homens) a par de um «Torneio Social» (singulares e pares de homens e senhoras). Jorge Dias é o juiz árbitro e a organização pertence ao «team» de Luís de Sousa.

moção da modalidade no Algarve e, daí, a constituição de equipas de competição. Jorge Dias é o técnico directamente encarregado desta escola, que também forma juizes de linha e «apanha bolas». Os treinos, com a duração de hora e meia, têm lugar dois dias por semana. Paralelamente, os clientes do «Atlantis Vilamoura» têm à sua disposição, uma «clínica de ténis», também sob a orientação do «team» de Luís de Sousa, proporcionando-lhes quatro dias de classes intensivas (quatro horas por dia), torneios nos fins-de-semana e, obviamente, os respectivos certificados e prémios.

Ténis no Algarve

Está a funcionar, no Hotel Atlantis (Vilamoura), uma escola de ténis sob a orientação do Luís de Sousa «Ténis Team». Destinada a todos os jovens, dos 6 aos 16 anos, é uma iniciativa que se insere num propósito de pro-

moção da modalidade no Algarve e, daí, a constituição de equipas de competição. Jorge Dias é o técnico directamente encarregado desta escola, que também forma juizes de linha e «apanha bolas». Os treinos, com a duração de hora e meia, têm lugar dois dias por semana. Paralelamente, os clientes do «Atlantis Vilamoura» têm à sua disposição, uma «clínica de ténis», também sob a orientação do «team» de Luís de Sousa, proporcionando-lhes quatro dias de classes intensivas (quatro horas por dia), torneios nos fins-de-semana e, obviamente, os respectivos certificados e prémios.

De 2 a 4 de Junho, precisamente no Atlantis (Vilamoura) processa-se um torneio ténístico destinado a jogadores veteranos (singulares e pares homens) a par de um «Torneio Social» (singulares e pares de homens e senhoras). Jorge Dias é o juiz árbitro e a organização pertence ao «team» de Luís de Sousa.

Torneio de Wimbledon

O argentino Guillermo Vilas, cabeça de série número quatro do Torneio de Wimbledon, foi ontem eliminado pelo nigeriano Odizor.

O tenista da Nigéria venceu Vilas, em partida da primeira eliminatória do Grande Prémio, após cinco sets: 3-6, 5-7, 7-6, 7-5, 6-2.

O norte-americano, Jimmy Connors, cabeça de série número 1 e detentor do título, qualificou-se para a segunda volta, em singulares homens.

Na partida que disputou, frente ao sul-africano Eddie Edwards, 131.º jogador mundial, o tenista americano venceu por 3-0, 6-4, 7-5 e 6-3.

O americano Steve Denton

(cabeça de série n.º 9) foi eliminado à primeira volta.

Vencido ontem, ao fim do dia, pelo neozelandês, Chris Lewis (91.º mundial) em cinco sets (6-4, 4-6, 7-6, 4-6 e 6-3) Denton viu-se assim afastado do prosseguimento da prova.

Resultados dos encontros ontem disputados, no primeiro dia do Torneio de Wimbledon (entre parêntesis o número de cabeça de série):

SINGULARES HOMENS: Florin Sergeanu, Roménia — Jaime Fillol, Chile, 6-3, 6-1, 1-6 e 6-4. Brian Gottfried, Estados Unidos (13) — Shlomo Glickstein, Israel, 6-1, 6-4 e 6-4.

Brian Teacher, Estados Unidos — Marcos Hocevar, Brasil, 6-4, 6-0, 2-6, 6-4. Jakob Hasek, Suíça — Stanislav Birner, Checoslováquia, 6-2, 6-1 e 6-3. John McCurdy, Austrália — Juan Batista Avendano, Espanha, 6-3, 6-4 e 6-2. Kevin Curren, Estados Unidos (12) — Jeff Borowiak, Estados Unidos, 6-7, 6-3, 7-5 e 1-0 e abandono. Hank Pfister, Estados Unidos (15) — Tomas Smid, Checoslováquia, 6-3, 6-4, 3-6 e 6-3. Tim Mayotte, Estados Unidos (16) — Mark Dickson, Estados Unidos, 7-5, 6-3 e 6-3. Henrik Sundstroem, Suécia — Vince Van Patten, Estados Unidos, 6-4, 6-0, 2-6 e 7-5. Claudio Panatta, Itália — José Luis Clerc, Argentina (7), 6-1, 6-4 e 6-2.

Jimmy Connors, Estados Unidos (1) — Eddie Edwards, África do Sul, 6-4, 7-5 e 6-3. John McEnroe, Estados Unidos (2) — Ben Testerman, Estados Unidos, 6-4, 7-5 e 6-2. Ricardo Cuna, Chile — Givaldo Barbosa, Brasil, 6-7, 6-4, 7-6 e 6-3. Bill Scanlon, Estados Unidos (14) — Gilles Moreton, França, 7-6, 6-3 e 7-6.

Loic Corteau, França — Magnus Tideman, Suécia, 7-5, 6-4 e 7-5. Sergio Casal, Espanha — Hans Simonsson, Suécia, 3-6, 6-3,

6-2, 3-6 e 6-3. Peter Fleming, Estados Unidos — Jeremy Bates, Grã-Bretanha, 7-6, 6-3 e 6-2.

«Grand Prix»

O francês Yannick Noah continua a comandar o «Grand Prix» de Ténis. Classificação actual: 1.º, Yannick Noah (França), 1515 pontos, 8 torneios; 2.º, Mats Wilander (Suécia), 1324, 9; 3.º, José Higuera (Espanha), 1154, 8; 4.º, Jimmy Connors (EUA), 1085, 7; 5.º, Ivan Lendl (Checoslováquia), 999, 7; 6.º, Gene Mayer (EUA), 730, 6; 7.º, John McEnroe (EUA), 720, 4; 8.º, Guillermo Vilas (Argentina), 500, 5; 9.º, Jimmy Arias (EUA), 492, 8; 10.º, Eliot Teltscher (EUA), 475, 9.

Classificação ATP

Os 20 primeiros da classificação da Associação dos Tenistas Profissionais são, actualmente, os seguintes: 1.º, Jimmy Connors (EUA); 2.º, John McEnroe (EUA); 3.º, Ivan Lendl (Checoslováquia); 4.º, Yannick Noah (França); 5.º, Guillermo Vilas (Argentina); 6.º, José Higuera (Espanha); 7.º, Mats Wilander (Suécia); 8.º, Gene Mayer (EUA); 9.º, José Luis Clerc (Argentina); 10.º, Vitas Gerulaitis (EUA); 11.º, Peter McNamara (Austrália); 12.º, Steve Denton (EUA); 13.º, Jimmy Arias (EUA); 14.º, Johan Kriek (África do Sul); 15.º, Kevin Curren (África do Sul); 16.º, Brian Gottfried (EUA); 17.º, Eliot Teltscher (EUA); 18.º, Bill Scanlon (EUA); 19.º, Hank Pfister (EUA); 20.º, Henrik Sundstroem (Suécia).

Mundial de futebol terá novas regras?

Vermann Neuberger, chefe da comissão organizadora do mundial de futebol, propôs modificar as regras para a realização do campeonato de 1986. Segundo afirmou, as 24 seleções nacionais que se qualificarão para a fase final (a ser realizada no México) devem ser divididas em quatro grupos, de seis equipas cada. Duas equipas de cada um desses grupos passarão aos quartos de final. É exactamente a partir daqui que (segundo Neuberger) se deverá voltar ao antigo sistema, introduzindo jogos eliminatórios nos quartos

de final. Os vencedores encontrar-se-ão nas meias-finais.

Neuberger acrescentou que, de acordo com o sistema por ele agora proposto, o número de jogos aumentará de 52 para 67, o que deve atrair ainda mais adeptos aos estádios, e cada equipa realizará não menos de cinco jogos, em vez dos três previstos pelas actuais regras.

Neuberger chegou a esta conclusão, depois do jogo do último campeonato entre a RFA e a Áustria, que os futebolistas oeste-alemães venceram por

1-0, satisfazendo este resultado ambas as selecções. O novo plano (diz Neuberger), exclui jogos deste tipo, realizando-se todos os encontros simultaneamente.

O jogo pelo 3.º lugar, que (em princípio) não tem importância, deve ser abolido. Caso o plano de Neuberger seja adoptado pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) o campeonato mundial de 1986 será análogo ao realizado em 1970 (no México) e que foi, segundo a opinião da maioria dos especialistas, o melhor da história do futebol.

Regata oceânica «Azab-83»

Os iates de recreio que participam na regata oceânica Azab-83 partem amanhã de Ponta Delgada para Falmouth (Inglaterra).

Trata-se da segunda etapa da regata oceânica que tem um percurso de cerca de 1200 milhas marítimas.

A primeira etapa iniciou-se em 4 de Junho de Falmouth para Ponta Delgada.

Dos 54 iates que participam na «Azab 83», principalmente ingleses e franceses, 50 já chegaram ao porto de Ponta Delgada.

Os iates que participam na regata têm tripulações de uma ou duas pessoas.

Automobilismo

I Rali do Gabão

O primeiro rali automóvel do Gabão será corrido de 25 a 29 de Junho corrente. À partida alinharão 72 viaturas, pilotadas na sua maioria por franceses e italianos, mas também por duas dezenas de africanos — da Costa do Marfim, Zaire, Quênia e Gabão — num percurso de 2700 km através da floresta, repartidos por quatro etapas.

Durante o últimos fim-de-semana haviam circulado rumores alarmistas quanto à realização desta prova, mas o organizador, Michel Desert, após uma entrevista em Libreville com Omar Bongo, presidente da República do Gabão, indicou que tinha «obtido do presidente Bongo todas as garantias de que a prova poderia realizar-se como previsto».

A droga no atletismo americano

O problema das drogas no atletismo dos Estados Unidos é tão latente que inclusivamente Edwin Moses, recordista mundial dos 400 metros livres, reconhece que 50 por cento dos melhores atletas norte-americanos as utilizam.

No entanto, nos campeonatos norte-americanos de atletismo, que se disputaram no passado fim-de-semana, em Indianápolis, não houve maneira de se saber que praticantes se aproveitaram do uso de esteróides uma droga para fortalecer os músculos, e quais os que não os utilizaram.

Placard

Nadar lá fora

Luísa Martins, nadadora juvenil do Club Sport Marítimo, foi um

O problema é que não existe um controlo anti-«doping» no desporto amador neste país e no continente americano só existem dois laboratórios que cumprem os requisitos do Comité Olímpico Internacional.

Além disso, dizem alguns poucos escrupulosos, laboratórios como o que se montará para as Olimpíadas de Los Angeles, em 1984, custam cerca de 1,5 milhões de dólares (cerca de 150 mil contos).

Entre uns e outros, atletas que fazem o jogo daqueles que só se interessam pelo espectáculo que

representa o desporto, «os jovens deste país estão a crescer com a ideia de que para se ser um grande atleta é preciso tomar esteróides» — disse Edwin Moses.

«Muitos dos nossos bons atletas estão a ser derrotados por gente que toma drogas afirmou Edwin Moses, que desde há seis anos ganhou as 74 provas de 400 metros livres em que participou.

«É surpreendente — acrescentou — ver nas pistas mulheres que mais parecem jogadores de rãguebi que atletas».

burgo. O convite surge no âmbito de um trabalho incluído na «Solidariedade Olímpica Internacional», com vista aos próximos Jogos Olímpicos.

dos quatro nadadores convidados pela Federação Portuguesa, de Natação a participar, de 5 a 11 de Setembro, num estágio técnico que decorrerá no Luxem-

Recordando a peça "O Suicidário"

Uma desatracção, o cinema ao serviço do teatro

Manuel Carvalheiro

AL como o encenador João Lourenço introduziu dez minutos de filme na peça «O Suicidário» de Nicolai Erdman, exibida no Teatro Aberto de Lisboa, assim mais se não pode dizer que o cinema esteve aqui ao serviço do teatro. Deste modo, quer-me parecer que a acção é pioneira em Portugal, já que o máximo que vira no género, audiovisualmente falando, foram os diapositivos que um outro encenador, Luís de Lima, trouxe com uma outra peça estilisticamente estanslaviana, «Os Filhos do Sol» de Máximo Gorki.

Pois o filme serviu de explanação histórica para o melhor enquadramento da peça de 1931. De notar que, na própria União Soviética dos anos vinte, um encenador como Serguei Eisenstein realizara especialmente uma curta-metragem, «O Diário de Glumov», para a peça «O Bem Comportado» de Ostrovsky, o que lhe valera pôr-se de joelhos o comissário do povo para a Cultura, Lunatcharsky, pedindo-lhe por tudo que se deixasse disso, caso contrário lhe encerraria o teatro. E fora assim que progressivamente entusiasmado pelo cinema, já que anteriormente remontara a versão soviética do «Dr. Mabuse» de Fritz Lang, invertera a situação, agora colocando o teatro ao serviço do cinema, isto é, desviando os actores do Proletkult para a construção de «A Greve», a sua primeira longa-metragem. Mas a razão da experiência de Eisenstein, com a duração de três minutos, estava no facto do personagem Glumov escrever um diário e o génio de Riga interessado não na dimensão auditiva, forma cénica clássica de veiculação do diário, mas na sua visualização para além do cenário pintado habitual.

João Lourenço encena uma peça de um autor que não é da sua nacionalidade, que não é actual, apesar de actualizar, e em vez de pegar numa câmara e fazer um filme seu, ao invés de Eisenstein, introduz uma montagem de actualidades e de documentos posteriormente ficcionalizados, que pesquisou e extraiu de várias películas, infelizmente, no entanto, sem tocar nos hipotéticos extractos de uma tão fulcral

como «Outubro» do mestre cinematográfico. Ora, pois bem: apesar do mérito pioneiro, não conseguiu plenamente uma fusão tão só harmoniosamente doce como desarmoniosamente ácida — entre a montagem técnica de pendor americanizante e a montagem artística de traquejo soviético do seu filme de dez minutos. Razões várias impediram o sucesso do filme, como introdução de uma peça considerada longe do insucesso. Talvez tivessem tido dificuldades em arranjar extractos de filmes (de actualidades dos anos vinte da nova política económica leninista) e, quando os arranjou, em vez de proceder à aquisição de contrati- pos, visto os negativos serem de acesso ainda mais difícil, contrati- pos que, como aquelas fotografias queridas de que se perderam os negativos e se fazem novos a partir dos exemplares positivos que restam, contrati- pos que, repito, provêm da obtenção através do laboratório de um negativo desses positivos e — para voltar ao «talvez» —, talvez porque no caso de conhecer o processo o achasse caro para a verba que tinha, talvez porque o desconhecesse também, foi João Lourenço provavelmente recorrer gratuitamente ao auxílio de um bom técnico de truca como o José João do Instituto Português de Cinema que, infelizmente, não pôde fazer o milagre necessário à limpidez imagética solicitada.

A truca é um aparelho que filma imagem por imagem os positivos, mas a uma distância que agrava a qualidade do trabalho resultante, pela introdução de um coeficiente de empastelamento na imagem, causadora da falta de nitidez da maioria dos planos que se podem ver no atribulado filme da peça «O Suicidário»; empastelamento na imagem a que se deve adicionar o facto dos próprios positivos «extraídos» dos extractos, após a remontagem que implicaram, estavam, já de si, bastante riscados. Mas mais grave do que o insucesso filmico na montagem técnica é a falta de eficácia da montagem artística. É dito no programa que a Fonseca e Costa, o cineasta que também foi tradutor do livro de Eisenstein «Reflexões de um Cineasta», se agradece a colaboração, mas sabe-se, porque foi honestamente o próprio

encenador que o comunicou ao autor destas linhas, que o mesmo só montou o filme até mais ou menos metade, tendo partido para Paris em afazeres profissionais (coisa provável: intuitivamente desafecto?), o que, naturalmente, porque despromocional visto no quadro geral de uma peça justamente a promover, não é dito no programa. O filme seria finalmente acabado de montar na Televisão portuguesa, «à la sauvette». Assim, aos extractos riscados e pouco nítidos, apesar do sépia a servir de maquiagem à asneira técnica, de filmes como «Lenine em Outubro» de Mikail Romm e da remontagem do período krutcheviano de actualidades pós-musical-sincronizadas de filmes de Dziga Vertov da época leninista (de que o pretérito «O Diário de Glumov» se afirmaria como caricatura e resultante prático do manifesto eisensteiniano «A Montagem das Atracções»), não houve praticamente criação cinematográfica da parte de um encenador internacionalmente aceitável — e que por tal muito prezo — como João Lourenço, o que mal traduzido como é habitual, quer dizer «muito bom» em Portugal. O único efeito contrapontístico, digamos, para se utilizar uma linguagem que sintonize com o pensamento artístico e extracineamatográfico deste competente encenador, e pelos vistos só como tal «competente», o único efeito alegremente — aqui vai o calão! — distanciado no seu filme, é aquele provocado pelo pianista que, *in loco*, ou melhor, jesuiticamente falando, *hic et nunc*, isto é, vinte-e-cinco-abrilmente dizendo, *ad hoc*, martela as teclas repetidamente no final e, em sons irónicos de significação, qual atracção derradeira conseguida com a representação da imagem de Estaline que se foi, entretanto aparecida em plano prolongado, resolvendo habilmente a tradicional contradição entre o cinema e a realidade histórica.

Lamentando a muleta filmica em tão belo e verdadeiro corpo cénico que é o deste «O Suicidário», nesta importante hora tão bem representado, João Lourenço desabafou o seguinte: «Fiz tudo por tudo para conseguir o filme que Maiakovsky realizou tempos antes de se suicidar, mas não o consegui». Foi realmente

pena a contingência malandra facilitar o recurso, como recurso, a malandragem cinematográfica de tal quilate, como este filmezinho de dez minutos à laia servil de introdução cénica. Se para Meyerhold o teatro em vez de ser um espelho seria uma lupa, foi certamente este filme de dez minutos uma espelho e não uma lupa. Ainda por cima um mau espelho, baço e com o esmalte estalado, mesmo longe do modesto, mas asseado trabalho de diapositivos, com função naturalístico-tradicionalista, do mais acima assinalado encenador Luís de Lima. Que higiênico teria sido antes, se João Lourenço pegasse em várias fotografias espalhadas por tanto álbum sobre a revolução soviética e, isso sim, com a ajuda agora de truca, tivesse feito um festival de encadeados e cortinas, fusões e cortes abruptos, «travellings» ópticos e panorâmicas a orquestrar uma montagem que constituiria um progresso em relação à função estanslaviana da imagem e não um claro retrocesso, como foi o caso deste filmezinho urdido na perspectiva do barato, quando acabou por ficar tudo muito mais caro, caro João Lourenço! Além de que a própria encenação, apesar de estimável e mesmo entusiasmante, dever mais a um Vakhtangov do que a Meyerhold, sem o academismo naturalista de um Stanislavsky, mas também sem os riscos cénicos e decorativos do amigo e mestre de Eisenstein e, mais importante, igualmente de Erdman. Há assim que retirar a partir de agora o cinema do sector dos... serviços, sob pena, de se não o fizer, ele continuar a ser uma desatracção. Cinematograficamente, João Lourenço não é um suicida, mas o seu trabalho filmico revelou-se como sendo neste domínio a de um suicidário. Longa vida pois como encenador, mas deixe-se de fitas e, por exemplo, vá mais ao cinema.

Rectificação

No artigo que o «DL» publicou, sábado passado, «Carta aberta ao ministro da Cultura sobre a 'actividade' cinematográfica», apareceu gralhado o nome do seu autor. Com efeito, o nosso colaborador chama-se Manuel Carvalheiro.

Depois de 40 anos de ruptura

Luís Bunuel reconcilia-se com Salvador Dali

Depois de 40 anos de ruptura total, Luís Bunuel decidiu reconciliar-se com Salvador Dali, aparentemente comovido com o grave estado de saúde do pintor, noticia o «La Vanguardia».

O jornal mexicano refere que o realizador enviou a Dali uma amistososa carta em que manifesta o desejo de reatar com ele a amizade interrompida há quatro décadas.

Antes deste prolongado silêncio nas relações entre ambos, o autor de «Viridiana» e o pintor cimentaram uma estreita amizade quando eram condiscipulos numa residência de estudantes em Madrid e, mais tarde, ao colaborar na película «Cão Andaluz», uma das grandes obras do surrealismo na sua vertente cinematográfica.

A separação começou quando Dali se ligou a Gala e agravou-se a partir do momento em que o pintor passou a elogiar o generalíssimo Franco.

Finda a Guerra Civil, Bunuel estava exilado em Nova Iorque trabalhando para o Museu de Arte Secreta, no qual chamava a Bunuel «esquerdista e ateu».

Esta acusação foi o bastante para que Bunuel fosse despedido do museu.

De dez em dez anos, segundo constava, Salvador Dali enviava ao seu antigo amigo uma carta. Nunca, porém, obtinha resposta.

Em 6 de Novembro último, segundo «La Vanguardia», a carta converteu-se num telegrama em que Dali propunha a BUuel a realização conjunta de um filme.

Bunuel não reagiu a essa proposta, que terá possivelmente considerado absurda, mas, sete meses depois, em face das notícias sobre o grave estado de saúde de Dali, decidiu-se a escrever-lhe para lhe exprimir o desejo de reatar a antiga amizade.

Agora, Alqueva!

Continuação da pág. 3

menos restaurada nos seus alicerces comuns — enquanto da nossa banda por inoperância governativa, as escorrências do mesmo rio, e os caudais dos seus afluentes, continuam a perder-se no mar e os nossos campos, sem seiva, mirram à torreia do sol, ingloriamente secos e abandonados.

Isto deveria servir-nos de lição e de incentivo, sabendo-se muito bem que a própria Espanha lhe interessa que façamos Alqueva, e disso nos fala, evidentemente, para reequilibrar um certo sector do seu regadio.

Fora os eucaliptos!

EM Portugal a poupança da água, guardando-se nos múltiplos reservatórios que Alqueva proporcionará (dando-nos, mais tarde, metade do peixe que a nação necessita), facilitaria como deslumbrante motivo, conservarem-se as terras a caminho da rosão, evitando-se que nos melhores agros, os eucaliptos — fora os eucaliptos! — se espalhem indiscriminadamente, tornando im-

possível a vida das espécies cinegéticas, chupando nascentes, fontes e as pequenas cachoeiras dos riachos, desviando-nos da adopção doutras culturas mais úteis.

Senhores governantes! O Alentejo espera imediatas decisões! Pomos a vossa consciência em penitência e solenemente vos perguntamos, mais uma vez: vamos continuar a moer tibiezas, indecisões, fraca vontade de simpatia pela terra transtaganas, impróprias de um povo com tantas responsabilidades históricas, perder-se fé na esperança das nossas capacidades criadoras, ficarmos de braços cruzados perante a necessidade de se construir uma das mais vitais obras do nosso país, desperdiçando as águas que tanta falta nos fazem — ou vamos, outrossim, agora, com denodo, perseverança, determinação e patriotismo, inventar ideias para arranjar o pecúlio ideal, nem que chega a gente dar bocados de oiro, dinheiro, trabalho-não-remunerado, para que Alqueva recomece?!

Aos senhores governantes compete decidir, pensando um pouco, uma vez, no Alentejo, terra de promissão...E o mais depressa possível!



NOVAS INSTALAÇÕES

COMUNICA-SE QUE TODOS OS SERVIÇOS DA RN, COM EXCEPÇÃO DA AUDITORIA INTERNA, ESTÃO JÁ CONCENTRADOS NO EDIFÍCIO RN, NA AVENIDA COLUMBANO BORDALO PINHEIRO, 86

1093 LISBOA CODEX
TELEFONES 725322 - 725363

GRUPO DE CAMPOLIDE COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA

SEXTA 24 e SÁBADO 25 às 21.30 H

A EXCEPÇÃO E A REGRA

de B. BRECHT
Enc. P. SCHROTH

SEXTA 1 e SÁBADO 2 às 21.30 H
DOMINGO 3 às 16 H

ANASTAS

de J. BENET
Enc. F. GUSMÃO

DESCONTOS DE 50% PARA
DESLOCAÇÕES COLECTIVAS

TEATRO DA ACADEMIA ALMADENSE
R. Cap. Lúcio, 84 ALMADA - T. 2752175

COMUNA

TEATRO DE PESQUISA

HOJE AS 21,45 H



a CASTRO

ANTONIO FERREIRA 6.º MÊS
ENCENAÇÃO JOAO MOTA

Terça-feira a sábado
As 21.45
Domingo
As 17 h

XVII EXPOSIÇÃO EUROPEIA
DE ARTE
PRAÇA DE ESPANHA
SUB SEC Tel. 720818

SÓ ATÉ 10 DE JULHO

R. Tenente Raul
Cascais, n.º 1-A
1200 LISBOA
Tel. 66 15 15
66 92 05



MARIANA ESPERA CASAMENTO

de Jean Paul Wenzel
Claudine Flévet

De 3.ª-feira a sábado
às 21.30
Dom, só às 17 h

O Vagabundo dos Limbos

Ribera (desenho)

Godard (texto) **37**



continua

Gregos não gostam do casamento civil

O casamento civil, introduzido na Grécia pelo governo socialista, há cerca de um ano, não parece ter êxito. Com efeito, a esmagadora maioria dos candidatos ao enlace continua a preferir os faustos da Igreja Ortodoxa à modéstia republicana das Conservatórias do Registo Civil.

Votada em Julho último pelo Parlamento grego, após meio século de polémicas acerbadas, a lei que institui o casamento civil e colocando-o em igualdade com o matrimónio religioso foi oficialmente apresentada como «uma grande inovação no Direito grego destinada a salvaguardar a liberdade religiosa e o livre desenvolvimento do indivíduo, inscritas na Constituição política».

Contudo, os gregos, não aceitaram a inovação. Efectivamente, em Atenas, um par em cada nove, escolheu o casamento civil durante estes últimos onze meses (1080 casamentos civis contra 8886 matrimónios religiosos). Em Salónica, a capital do Norte da Grécia, a desproporção é ainda maior: um par em cada treze, apenas, escolheu o registo da Conservatória (495 matrimónios civis contra 6550 religiosos).

Numa outra cidade industrial do Norte da Grécia, com 60 000 habitantes, apenas se registou um casamento civil, no princípio deste mês.

Nas regiões interiores de província, onde o sacerdote é um vizinho, o casamento civil é mal visto e os casais que ousaram quebrar os séculos de domínio único da Igreja Ortodoxa contam-se pelos dedos duma só mão.

«É praticamente impossível fazer compreender ao grego médio — cristão e ortodoxo de nascença — a utilidade do casamento civil», afirmava o professor duma pequena aldeia próxima da fronteira greco-búlgara, que é um ardente defensor da união civil obrigatória.

O recente casamento, na Câmara de Trikala (centro da Grécia), do idolo dos desportos gregos, Sofia Sakorafa (campeã do mundo do lançamento do dardo), com o seu treinador, já foi publicado nas primeiras páginas de todos os jornais, mas é pouco provável que este exemplo modifique a preferência dos gregos fazendo-os substituir o sacerdote pela Conservatória de Registo.

Na realidade, é em primeiro lugar pelo gosto das festividades que envolvem um matrimónio religioso, mais do que por fé profunda ou por receio da excomunhão, que os casais preferem o altar. Para os gregos dizerem sim ao senhor presidente da Câmara, é como casarem-se à sucupa.

«Guinness»: a fúria dos recordes

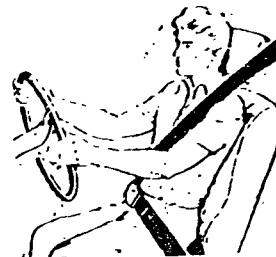
O furor dos recordes continua a verificar-se na Áustria, por mais absurdos que sejam, desde que permitam figurar no livro «Guinness».

Neste sentido toda a localidade austríaca de Gmuden «embarcou» numa singular empresa com objectivos recordistas.

No lago de Traunsee, junto ao qual se situa a referida povoação, os originais organizadores da tentativa de recorde formaram uma cadeia de 372 embarcações que se estende por exactamente 3720 metros.

As embarcações, desde barcos a motor a pirogas, estão ligadas umas às outras por cordas com 10 metros de comprimento.

Como é de supor que a ideia não tenha precedentes, os organizadores esperam ser incluídos na próxima edição do livro de recordes da «Guinness» e consideram que esta será a grande oportunidade para que o seu lugarejo adquira notoriedade internacional, com o consequente aumento do turismo.



Use sempre o cinto de segurança

claus e viver

Se conduzir não beba



ALCOOL E CONDUÇÃO

ENSINE O SEU FILHO

Ensine o seu filho mais velho a levar o irmão pelo lado de dentro do passeio.



PREVENÇÃO RODOVIÁRIA PORTUGUESA



canal da crítica

MÁRIO CASTRIM

Um espectáculo chamado Jacinto Ramos

NO importa apenas que as emissões sejam de boa qualidade. Há que defendê-las. Melhor dizendo: há que defendê-las precisamente porque são de boa qualidade.

«O Porteiro» de Harold Pinter tem duas horas de duração. Não se trata propriamente de um chazinho de tília. Está nos antipodas das telenovelas vulgares (e já nem me refiro às *Origens* e à *Vila Faia*, que são casos extremos de facilidade mortífera) essa autêntica droga que adormece a exigência dos espectadores, que envenena o sentido do estético e não encaminha para o entendimento do homem e da sociedade.

«O Porteiro» projecta-nos para duas horas de tensão. Agride os hábitos naturalistas que são os predominantes na grande massa dos leitores portugueses. No sentido cristão, não nos traz a paz, mas a espada. Há que, perante a «incomodidade» que a peça nos oferece, saber proporcionar ao espectador a maior «comodidade» para conseguir a máxima adesão.

Disso não cuida a RTP.

A noite de teatro começou já depois das dez horas. Quer dizer: começou à hora em que, na televisão de muitos países, ela estaria quase a terminar.

Sucedendo que para chegar

às dez horas, o espectador esteve submetido às mais rudes provas. Foi uma hora de *Telejornal*, neurótico e provocador. Depois, foi a apresentação do programa do «novo» governo. A seguir as *Origens*, numa das suas piores e mais destrambelhadas e mais desvairadas e mais ridículas emissões. Como se tanto não bastasse, ainda houve o programa da condição feminina. Sem contar com as inúmeras propagandas as rubricas próximas na televisão.

Quando chegou a hora de ouvir o discurso de Harold Pinter, já estávamos massacrados com tanto Papa, tanto Walesa, tanta CEE, tanto Vasco Lourenço, e novamente a CEE, novamente o Walesa, novamente o Papa que disse isto e aquilo e eu aposto dobrado contra singelo que o *Telejornal* mente quando diz que o Papa disse. Porque há certas coisas que o Papa, mesmo pensando, não as diria — nem mesmo para satisfazer os equilibristas da manipulação no *Telejornal*...

O discurso de Mário Soares foi outro elemento de cansaço. Literatura política de cordel sem cabimento até nos editoriais das folhas mais provincianas. Já nem o «Borda d'Água» pega naquilo. Se o programa do governo é assim, então o melhor é a gente

entreter-se a preencher o totobola...

Ele diz que a crise a fé tatodos. Que não é legítima uma talação. E que há quem recuse por *prencípio*. Diz que vai remar contra a maré — sem se ficar a saber qual é a maré. Oferece uma esperança, mas a prazo. Não há dúvida. Os pobres só têm direito a viver a crédito e com juros de usura...

Repito: a peça de Harold Pinter vem, na televisão, quando, da televisão, já todas as pessoas estão cansadas. Há, é certo, o recurso à opção, à decisão responsável de só se ver aquilo que nos interessa, aquilo de que gostamos. Mas creio que é ainda reduzido o número de pessoas que, em TV, praticam sem fanatismo. Por esse país fora, sem a facilidade da consulta dos jornais diários (ainda, de todos, o melhor apoio do telespectador) acende-se o aparelho à entrada e fecha-se à saída ou quando o tédio começa a tornar-se insuportável.

Em *O Porteiro* denuncia-se uma situação degradada das relações sociais que se manifesta na destruição do humano. Porém, o sonho doutro território não desaparece. No meio de velharias já inúteis, no tempo da incomodidade, quando tudo parece afundar-se na vertigem — eis que o desejo de uma nova cons-

trução rompe com uma chama tanto mais forte quanto mais se julgaria extinta.

Poucas vezes temos assistido a uma divisão de trabalho de representação tão altamente conseguida. Cada um dos três actores em cena — Carlos Daniel, Rui Luís (como é possível que o teatro em geral, e o telenovelim, em particular, tanto hajam ignorado este actor?) e Jacinto Ramos, polir a sua face de modo a reforçar a eficácia do espelho. Mas é claro que o grande festival, ou melhor, a grande festa foi para Jacinto Ramos.

Foi o domínio total das circunstâncias do texto de Pinter. Foi o espectáculo da dinamização... do espectáculo. Foi a impressionante capacidade de variar o sentido do movimento — até chegou a parecer fácil. Foi, sobretudo, a resistência com que, de princípio até ao fim, da primeira à última palavra, do gesto inicial ao gesto derradeiro conseguiu manter o ritmo, conservar, sem uma quebra, a respiração cénica. E tudo isto sem nunca perder de vista que era em televisão que estava e não no palco.

Um trabalho importante na vida de um actor que já tantos conta. Por isso mais nos doi que a RTP, em termos de horário, não tenha levado isso em consideração.

Hoje



Na RTP-1 exibe-se o 2.º episódio de *As Árvores de fogo de Thika*

Das 13.30 às 17.30 Ciclo Preparatório TV

18.17 TEMPO DOS MAIS NOVOS

18.45 INDÚSTRIA — HOJE E AMANHÃ — Metalomecânica Pesada

19.10 VAMOS JOGAR NO TOTOBOLA

19.30 TELEJORNAL

20.30 TELENÓVELA — «Origens»

21.05 AS ÁRVORES DE FOGO DE THIKA — (2.º episódio). Intérpretes: Hayley Mills, David Robb, Holly Aird, Nicholas Jones, Sharon Mughan, Morgan Sheppard, John Nettleton.

Realização: Roy Ward Baker.

22.05 GRANDE REPOORTAGEM — «O Divórcio»

23.00 ÚLTIMO JORNAL



O actor Lionel Jeffries, um dos intérpretes do filme «Testemunha Ocular» que se exibe na RTP-2

17.32 TV/2 NOTÍCIAS

17.45 VIOLETTE E FRANÇOIS, UM CASAL

JÓVEM — Intérpretes: Isabel Adjani, Jacques Dutronc, Lea Massari, Françoise Arnoul, Serge Reggiani. Realização: Jacques Rouffio.

19.30 DESENHOS ANIMADOS — «Valente Tubarão»

19.55 5.ª DIMENSÃO

20.25 CINE CLUBE/2 — «Testemunha Ocular»

22.00 JORNAL DA NOITE
22.20 BEST DO OESTE (Amanhã RTP-1 7.º episódio)

Amanhã



08.00: Bom Dia Portugal; 09.50: Desenhos Animados; 10.10: Nunca é tarde; 10.35: Os Grandes Rios; 11.30: Expresso dos animais; 12.10: Parabéns a você; 13.00: Jornal da Tarde; Das 13.30 às 17.30: Ciclo Preparatório TV; 18.17: Tempo dos mais novos; 18.55: República «Sardão»; 19.30: Telejornal; 20.30: «Origens»; 21.00: Noite de cinema com o filme «Real Caçada ao Sol»; 22.50: Último jornal.

08.00: Teletexto; 17.32: TV/2 Notícias; 17.45: Última neve de Primavera; 19.30: Desenhos animados; 20.00: Europa dos 10; 20.30: Estúdio aberto; 21.00: Concurso «8 ou 80»; 22.00: Jornal da Noite; 22.20: Best do Oeste.

GRUNDIG
a segurança de um grande nome
seleccionou para si...



...e sugere para hoje...



«ORIGENS»
Episódio n.º 52

Nando consulta Bruno, a conselho de Xavier. Este receta-lhe uns medicamentos que o desintoxicarão e acalmarão. Xavier dá-lhe o dinheiro para os comprar.

Sara recusa-se a negociar com Fernandes e este procura Júlia e Francisco para lhes propor o mesmo negócio.

Henrique, Filipa e Nuno pedem a Paula que os auxilie no problema da gravação. Entretanto, Teresa e Luís pedem o mesmo a Duarte, mas este recusa-se dizendo-lhes que é o advogado da firma discográfica e que foi incumbido por eles de apresentar queixa contra Filipa e os autores da canção.

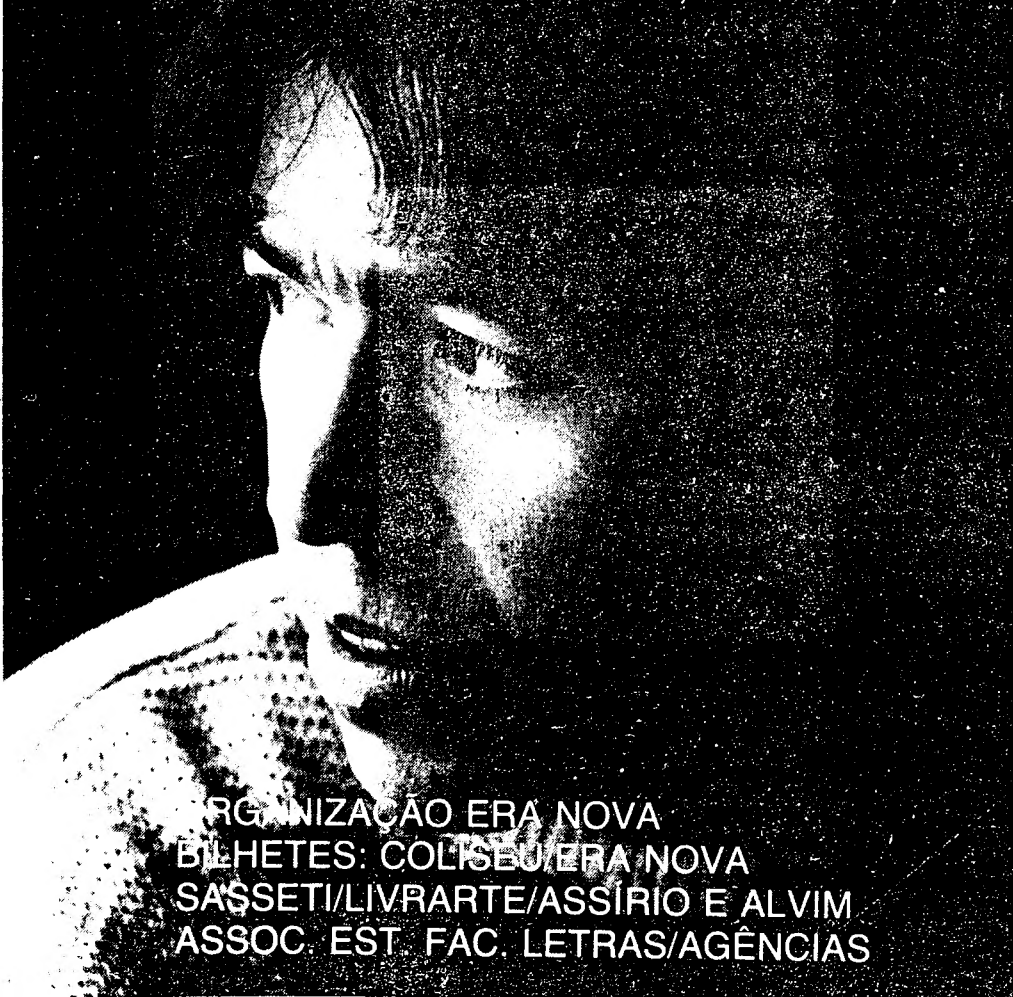
Sara descobre no quarto do hotel um papel manuscrito, que guarda cuidadosamente.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA GRUNDIG
NACIONAL RÁDIO

Rua Bento Jesus Caraça, 17 - Cruz Quebrada - Telef. 2112871

SÉRGIO GODINHO
COLISEU DOS RECREIOS

23, QUINTA, 21,30
24, SEXTA, 21,30



ORGANIZAÇÃO ERA NOVA
BILHETES: COLISEU/ERA NOVA
SASSETI/LIVRARTE/ASSÍRIO E ALVIM
ASSOC. EST. FAC. LETRAS/AGÊNCIAS

ouro

TODOS OS OBJECTOS
MESMO DANIFICADOS, CAUTELAS
DE PENHOR, MOEDAS, PRATAS
• COMPRO A P/ PAGAMENTO. •

das 10 às 12h. e das 14 às 18h.

Av. Almirante Reis, 175. 1.º (cinema IMPÉRIO)
VICTOR - telf. 53 82 20

TRIBUNAL CÍVEL
DA COMARCA
DE LISBOA

4.º JUÍZO

ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem da garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias depois de decorrida a dilação de vinte dias, que se começará a contar da data da 2.ª e última publicação do anúncio.

Execução sumária n.º 523 3.ª secção

Exequentes — Representações Planalto, Lda.

Executado — Manuel Palminha

Raposo, com residência na R. D. Dinis, 54-A em Odivelas.

Lisboa, 7-6-83

O Juiz de Direito,
(Alípio Duarte Calheiros)
O Escrivão de Direito Adjunto,
(José Alberto Martinho Pereira)

«DL» — 21/6/83 — 2.ª Publicação



NÃO FAÇA LUME
PROTEJA
AS FLORESTAS



roteiro cultural

Música

Realiza-se hoje, às 21.30, no São Luiz, um concerto duplo, com o violinista indiano L. Shankar, em primeira parte e o Duo formado pelo polí-instrumentista Don Cherry e o baterista Ed Blackwell, em segunda parte. Notabilizados na história do jazz por terem pertencido ao Quarteto de Ornette Coleman — o «Free Jazz» foi inventado por Coleman e pelos seus companheiros Don Cherry e Ed Blackwell são grandes músicos que transcendem qualquer categoria. O velho Cherry, particularmente, é um músico que viaja pelo mundo, espécie de menestrel, tocando e investigando todas as músicas do planeta: o folclore do Extremo-Oriente, o Rock, a música de África, constituem uma pequena parte do património que transporta consigo, ancorado naturalmente no jazz. Quanto a Lakshminarayana (uff) Shankar, é um virtuoso. A música que toca é múltipla: e embora seja um especialista na difícil música clássica indiana, o seu gosto e a sua prática repartem-se pelo jazz, pela Raga, pela própria música clássica europeia, ou seja, a demonstração de uma extraordinária vitalidade criativa que não conhece fronteiras.

O pianista António Pinho Vargas e o seu Quarteto editaram há pouco um dos raros álbuns de jazz produzidos em Portugal, intitulado «Outros lugares». São os temas desse álbum que vão interpretar hoje, às 21.30, no Carlos Alberto, do Porto.

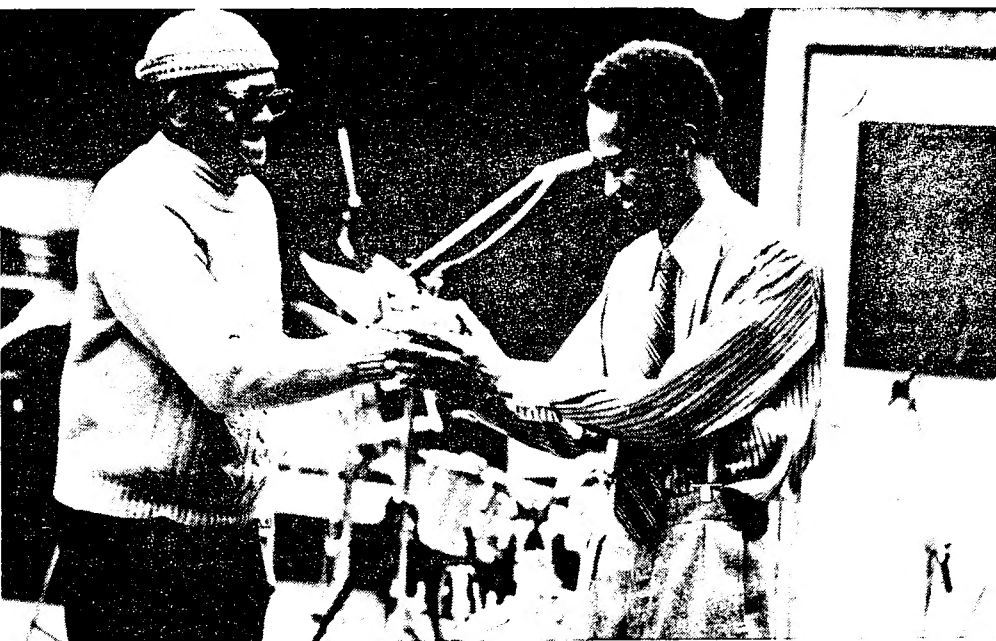
O Grupo Kaproen, depois do êxito ontem obtido em Lisboa, realiza hoje um concerto em Lagos, na Igreja de Santa Maria, às 21.30. No programa, dois dos mestres da música medieval: Guilherme Machaut e Guillaume Dufay.

Cinema

Prossegue hoje na Cinemateca o Ciclo Eric Rohmer, com a exibição às 18 horas, de um dos seus filmes preferidos, «O Lírio Quebrado», de Griffith, e às 21.30, de uma das suas realizações (o seu primeiro filme), «Le Signe du Lion», inédito em Portugal.

Exposições

Uma exposição de cerâmicas de Teresa Cortez é hoje inaugurada, às 21.30, na Galeria Quadrum (Rua Alberto de Oliveira, Coruchéus, Alvalade). A mostra que, consta de obras em cerâmica modelada com aplicação em arquitetura, permanecerá patente ao público até 8 de Julho próximo, e poderá ser visitada todos os dias das 10 às 13 e



Don Cherry e Ed Blackwell, duas estrelas do famoso Quarteto de Ornette Coleman, tocam hoje no S. Luiz

das 15 às 19 horas (excepto aos domingos), e aos sábados das 15 às 19.

Na Galeria Arcano XXI, ao Príncipe Real, está patente, até ao próximo dia 25, uma retrospectiva dos artistas portugueses que ali expuseram durante a presente temporada: Noronha da Costa, Nuno

Siqueira, Júlio Resende, Lino António, Tudela e Artur Bual.

No Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal encontram-se patentes ao público as seguintes exposições temporárias: «Setúbal na Época dos Descobrimentos» e

«Arte e Artesanato. Ministêr-teis».

Rádio

Destaques do Programa 2 da RDP: amanhã, às 11 horas, «Santo António de Lisboa, um sábio português, na Idade Média» (realização de Álvaro

Lourenço); às 20.45, transmissão directa do Teatro Nacional de São Carlos, da ópera em 3 actos «Sansão e Dalila», de Saint-Saens.

Teatro

Longa Viagem para a Noite, de Eugène O'Neill, numa encenação de Jacinto Ramos, com Carlos Daniel, Mário Pereira, Lygia Telles e Rogério Paulo, continua em cena no Teatro Nacional. É um clássico do teatro americano, onde o autor atinge o máximo de tensão trágica da sua obra.

«A Castro», de António Ferreira, um dos maiores êxitos da temporada, está de volta na Comuna (de 3.ª a sábado, às 21.45, sábados e domingos, às 17 horas). Versão cénica e encenação de João Mota, dramaturgia de Abel Neves e João Mota, música de Eduardo Pais Mamede, direcção e construção de instrumentos musicais de José Pedro Caiado, figurinos de Carlos Paulo, máscaras de Jorge Loureiro, e Carmen Marques, interpretação de Luzia Paramés, Carmen Marques, Amélia Videira, Carlos Paulo, João Mota, Alexandre Melo, Marques Arede, Alexandre Sousa, Lídia Franco, Abel Neves, Adriano Luz, Carlos Delgado, Jorge Costa, Jorge Loureiro, Paulo Ferreira, Ana Cristina e Quicas.

DECO ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR

ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS

PARA QUE
OS SEUS DIREITOS
SEJAM MELHOR
DEFENDIDOS

faça-se sócio da DECO

**PRO
TESTE**

Revista especializada dos consumidores
Só distribuída a sócios
Quota semestral 300\$00 — Jóia 50\$00
Av. Defensores de Chaves 22-1.º D.
1000 Lisboa T. 57 39 08

CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS **BANCO CENTENÁRIO** **UM BANCO MODERNO**
Banco Fundado em 1864

COTAÇÕES DE NOTAS

	(Por unidade)	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	66\$75	72\$75	
ALEMANHA FED (marco)	39\$75	40\$85	
AUSTRIA (xelim)	5\$50	5\$70	
BELGICA (franco)	1\$821	2\$021	
BRASIL (cruzeiro)	\$060	\$160	
CANADA (dólar — notas de 1 a 2)	82\$20	84\$20	
(notas de 5 a 1000)	82\$70	84\$70	
DINAMARCA (coroa)	11\$10	11\$50	
ESPAÑA (peseta)	\$669	\$789	
EUA (dólar — notas de 1 a 2)	101\$45	103\$45	
(notas de 5 a 1000)	101\$95	103\$95	
FINLÂNDIA (marka)	18\$30	18\$90	
FRANÇA (franco)	13\$20	13\$90	
HOLANDA (florim)	35\$55	36\$55	
INGLATERRA (libra)	155\$95	159\$95	
IRLÂNDIA (libra)	125\$95	129\$95	
ITÁLIA (lira)	\$061	\$071	
JAPÃO (iene)	3\$95	4\$30	
NORUEGA (coroa)	13\$85	14\$35	
SUÉCIA (coroa)	13\$20	13\$80	
SUIÇA (franco)	48\$00	49\$10	
VENEZUELA (bolivar)	8\$05	9\$05	

Observações:
1. — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
2. — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 3 por mil.

rádio

ANTENA UM

16.00: Batida de Limão; 17.00: Zghibz (RDP/Norte) — (Tranquilamente ao entardecer na Antena Um); 18.30: Informativo de Trânsito; 19.00: Informação e música; 20.00: O Espaço é seu; 21.00: A Voz da Solidariedade (Programa da Embaixada de Cabo Verde); 21.30: Viva a noite — As 3.ªs feiras da Antena Um (Dir. Informação); 23.00: Títulos do Último Jornal; 23.30: Último jornal — Notícias intercalares às 16.00, 17.00, 18.00, 21.00 e 22.00 horas.

PROGRAMA 2

15.30: Música Coral Sinfónica — Sinfonia n.º 2 em dó menor «Ressurreição», de Mahler; 17.00: Música de Piano — Sonata n.º 23, em fá maior, de Haydn — Sonata n.º 9, em mi bemol maior op. 18 n.º 3 de Beethoven; 17.30: Concerto em mi menor para violoncelo e orquestra, de Elgar; 18.05: Cultivando, diário de actualidade cultural; 19.30: Música em diálogo com a Orquestra Sinfónica do Porto; 20.15: Alfa e Omega; 21.00: Escrever hoje; 21.40: VIII Festival da Costa do Estoril 1982, na Igreja de Carcavelos Recital pelo Duo de Cordas de Praga — Conto de Janacek; — Suite popular espanhola de Falla. No final: — Valsa sentimental de Tchaikovsky — Voo de moscardo de R. Korsakov — Dança cigana de Dvorak; 01.00: Fecho.

RÁDIO COMERCIAL

Onda Média (283, 290 e 397 M).
14.00: Matinée; 17.00: Conta corrente; 20.30: Quando o telefone toca (3 edições); 22.00: Portugal e a CEE; 22.15: Hora literária; 22.30: Tempo de desporto; 23.00: 24.ª Hora; 01.00: O passageiro da noite; 02.00: Uma noite com...; Noticiário de hora a hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

15.00: O vapor; 16.00: O som da frente; 18.00: Clículo em FM; 19.00: Em órbita; 20.00: Cinco estrelas; 21.00: Abandajazz; 22.00: Café concerto; 00.00: Dois pontos; 02.00: Uma noite com...; Noticiários de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA

Rede Nacional de OM e FM
15.00: Equipa da tarde; 18.00: Jornal das Regiões; 18.30: Transmissão do Terço; 19.00: Programa da LAR; 20.00: Horizonte; 21.00: Ouvir e pensar (inclui «Actualidade económica»); 22.30: Máquinas ao vivo; 23.00: Última hora; 23.55: Meditando. Noticiários intercalares todas as horas

REDE SUL DE FM

15.00: Duas vezes seis; 21.30: Quando o telefone toca; 22.00: Pentagrama.

Tiragem média diária do mês anterior: 42 150 exs.

palavras cruzadas

COM PROVERBIO PROBLEMA N.º 13 765

HORIZONTAIS:

- 1 Cobertura. Estimavam.
- 2 Rezo. Irmã da mãe. Apelido.
- 3 Abreviatura de radiano, unidade de ângulo. Filtra. Antigo Testamento.
- 4 Maquinismo para tecer. Consentimento. Artigo definido.
- 5 Separarias.
- 6 Erva-doce. Sua Senhoria (inv).
- 7 Bolha de ar. Textualmente.
- 8 Antes do meio dia. Aprecia.
- 9 Folhagem das plantas. Vasia.
- 10 Nome de mulher. Prefixo de privação. Quarto.
- 11 Salgada. Doença que dificulta a respiração.

VERTICAIS:

- 1 Talha. Atravessas.
- 2 Estar em fogo. Vale pernalta.
- 3 Rio de Itália. Vale espanhol nos Pirinéus. Dogura.
- 4 Lastimava.
- 5 Basta. Ninhos. Preposição latina que designa movimento.
- 6 Suspiros. Célio (s.q). Porco.
- 7 Cidade de Itália. Resta.
- 8 Artigo definido. Encoleriza. Irmã.
- 9 Vossa Alteza. Ofícios divinos.
- 10 Altar cristão. Agarrei. Prefixo de negação.
- 11 Lendas. Embriaguez. (Bras).

Resolveu completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 9616

HORIZONTAIS:

- 1 Cobalto (s.q). Rio de Portugal. Antes de Cristo.
- 2 Planta gramínea, cultivada nos terrenos húmidos. Folha de parreira.
- 3 Óleo de sardinha. Interjeição da ilha das Flores, o mesmo que ah! oh!
- 4 Fita. Série de arcos.
- 5 Reis. Atar. Clima.
- 6 Letra grega. Cantiga.
- 7 Agora. Tirar uma carta do baralho no jogo da bisca.
- 8 Greda branca. Fundador do Islamismo.
- 9 Nome do trono imperial da Etiópia. Verbal.
- 10 Nome de algumas tribos indígenas do Brasil, em Mato Grosso. Prefixo de negação. O mesmo que três.
- 11 Campeão. Desejariam.

VERTICAIS:

- 1 Apelido. Investigação (fig).
- 2 Reza. Guarnecês.
- 3 Zombar. Crava.
- 4 Terra de Somália. Pega.
- 5 Esquadrão.
- 6 Concluíra.
- 7 Artífice. Abreviatura da palavra inglesa mister (senhor).
- 8 Batráquio. Alcinho (fig).
- 9 Artéria. Ajusta.
- 10 Terra lavrada. Armária.
- 11 Disfarçar (fig). Ave também conhecida por fura-bucho.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 13 764

HORIZONTAIS:

- 1 MENTE. Trama.
- 2 Ero. Mói. QUE.
- 3 Lama. Cu.
- 4 Seta. Irene.
- 5 Serafim.
- 6 Rs. Ras. Cs.
- 7 Rapar. Cera.
- 8 Ulo. Ada. Ada.
- 9 FEDE. Animes.
- 10 Ame. Arta. Ta.
- 11 Samba. Amues.

VERTICAIS:

- 1 Mel. Arrufas.
- 2 Eras. Salema.
- 3 Nomes. Podem.
- 4 Acera.
- 5 Em. Arara. Aa.
- 6 Os. As. Dar.
- 7 Sás. Abatlam.
- 8 Crime. lam.
- 9 Aquém. Mar.
- 10 Mu. Cadete.
- 11 Aéreas. Asas.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 9615

HORIZONTAIS:

- 1 Traga. Salmo.
- 2 Ser. Cria.
- 3 Ramas. las.
- 4 Átomos. Asso.
- 5 La. Cab.
- 6 Cão. Amarra.
- 7 Sás. Abatlam.
- 8 Oó. Par. lam.
- 9 Maria. Nas.
- 10 Amor. Nada.
- 11 Será. Oso. Ao.

VERTICAIS:

- 1 Sal. Somas.
- 2 Rs. Tacão. Me.
- 3 Aero. As. Mor.
- 4 Grampo. Pará.
- 5 Mo. Aar.
- 6 Ca. Cabrito.
- 7 Srs. Ama.
- 8 Ai. Abati. Nó.
- 9 Lais. Flana.
- 10 Mias. Ramada.
- 11 Osso. Am. São.

Provérbio: Mente que fede.

cartaz de cinemas e teatros

ALVALADE 897480

Av. de Roma

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- Int. men. 18 a.
LADY CHATTERLEY

APOLO 763319

Av. Júlio Dinis, 10-A

Às 14, 16.30, 19, 21.30 e 24
- N. ac. men. 13 a.
A GUERRA DO FOGO
2.ª Semana

AVIS 547163

Av. Duque de Ávila, 45

Às 15.30, 18.30 e 21.30
- Int. men. 18 a.
EMMANUELLE, A ANTIVIRGEM

BERNA 776098

Av. Marquês de Tomar

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- N. ac. men. 18 a.
3 HOMENS A ABATER

CALEIDOSCÓPIO 795093

Campo Grande

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- N. ac. men. 18 a.
ZOLTAN, O SANGUINÁRIO

CASTIL 530194

Rua Castilho

Às 15.30, 18.30 e 21.30
- N. ac. men. 13 a.
DAS 9 ÀS 5

CINE 222 579460

Av. Pr. da Vitória, 37 (ao Saldanha)

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- Int. men. 13 a.
O CAMPEÃO
2.ª Semana
Às 24
UM DETECTIVE ACIMA DA LEI

CITY CINE 49999

R. Tomás Ribeiro, 34

Encerrado para obras
até 6/7/1983

CINE BLOCO 556824

Gaveto Av. 5 de Out. e Pinh. Chagas

Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
- Para Todos
E. T., O EXTRATERRESTRE
46.ª Semana
Às 24
VINGANÇA FORÇADA

CINE CAMÕES 324194

Rua do Loreto, 15

Às 14.15, 16.30 e 21.30
- Int. men. 13 a.
O REGRESSO DO JUSTICEIRO DA NOITE

CONDES 322523

Av. da Liberdade, 2

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- M. 16 a.
A RAPARIGA DE TRIESTE
4.ª Semana

2000 2100055

Av. Bomb. Voluntários, lts. 113/4

Às 15.30, 18.30 e 21.30
- Int. men. 13 a.
A GRANDE LUTA

EDEN 320768

P. Restauradores, 21

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- Int. men. 18 a.
O DIA DA MÃE

ESTÚDIO 555134

Alam. Afonso Henriques, 35

Às 15.30, 18.30 e 21.30
- N. ac. men. 13 a.
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS
47.ª Semana

ESTÚDIO 444 779095

Av. Defensores de Chaves, 83-B

Às 15.30, 18.30 e 21.30
- N. ac. men. 13 a.
007, OPERAÇÃO RELÂMPAGO

IMPÉRIO 555134/5

Al. Afonso Henriques, 35

Às 15.15, 18.30 e 21.30
- N. ac. men. 13 a.
A B

LONDRES 801313

Av. de Roma, 7-A

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- M. 12 a.
FANNY E ALEXANDRE
2.ª Semana

MONTECARLO 681117

Av. Pedro Álvares Cabral, 37

Às 14.15, 16.30 e 21.30
- N. ac. men. 13 a.
A ESPADA DOS BÁRBAROS
Às 18.15 e 24
TRÊS DIABOS

MONUMENTAL 555131

P. Duque de Saldanha

Às 15.15 e 21 - N. ac. men. 13 a.
E TUDO O VENTO LEVOU

MUNDIAL 538743

R. Martens Ferrão, 12-A

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- M. 12 a.
OPÇÃO FINAL
Um filme de Ian Sharp
Colorido
5.ª Semana

NIMAS 574362

Av. 5 de Outubro, 42-B

Às 14, 16.15, 18.30 e 21.30
- M. 12 a.
LA BOUM 2

ODEON 328283/4

R. Condes, 12 a 20

Às 15.15, 18.15 e 21.30
OS GOLPES MORTAIS DE SHAOLIN

POLITEAMA 326716

R. Portas S. Antão, 109

Às 14.15, 16.45, 19 e 21.30
- N. ac. men. 13 a.
CHAMAM-ME DÓLARES

PATHE 821933

R. Francisco Sanches, 122

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- M. 18 a.
A QUEIMA-ROUPA



Uma cena do filme «A cidade branca».
Realizado por Alain Tanner. Em exibição no Quarteto.

QUARTETO 771378

R. Flores de Lima, 16

SALA 1
Às 14, 16, 18, 20 e 22
- Int. men. 18 a.
BILBAO
Às 24
NOSTALGIA DO AMOR
SALA 2
Às 14.30, 16.45, 19 e 21.15
- M. 13 a.
AQUI HÁ GATO
Às 23.30
SATURNO
SALA 3
Às 14.30, 16.45, 19 e 21.15
- Int. men. 18 a.
EXCESSOS
Às 24
VERA CRUZ
SALA 4
Às 14.30, 16.45, 19, 21 e 23
- M. 18 a.
CIDADE BRANCA
Às 23.30
O SÉTIMO SELO

ROMA 887778

Av. de Roma, 14 M-N

Às 15.30, 18.30 e 21.30
- N. ac. men. 13 a.
A TURMA DOS REPETENTES

ROXY 548560

Av. Almirante Reis, 20

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- M. 12 a.
A ESPADA DOS BÁRBAROS

SÃO JORGE 579144-579344

Av. da Liberdade, 175

SALA 1

Às 13.45, 17.30 e 21.15
- N. ac. men. 13 a.
GANDHI
12.ª Semana

SALA 2

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- Int. men. 13 a.
VICTOR, VICTÓRIA
19.ª Semana

SALA 3

Às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45
- N. ac. men. 18 a.
O COWBOY DA MEIA-NOITE

SATELITE 562632

Av. Fontes Pereira de Melo, 61

Às 15, 17, 19 e 21.30
- M. 6 a.
CADDIE, UMA MULHER SÓ

7.ª ARTE 730715

Av. República, à Est. de Entre Campos. Junto ao n.º 68

Às 14.30, 17, 19.10, 21.30 e 23.45
- N. ac. men. 13 a.
007 AVENTURA NO ESPAÇO

STAR 604210

Av. Guerra Junqueiro, 14-C

Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
- N. ac. men. 13 a.
A VIDA É UMA FESTA...
8.ª Semana

TERMINAL 371573

Estação do Rossio

Às 11, 13, 15, 17, 19, 21.30 e 23.30
- N. ac. men. 13 a.
TOOTSIE, QUANDO ELE ERA ELA
7.ª Semana

TIVOLI 570595

Av. da Liberdade, 188

Às 21.30 - Int. men. 13 a.
PORKY'S
Às 14, 16.30 e 19
MORTE AO SOL

VOX 880808

Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 879

Às 15, 18.15 e 21.30
- N. ac. men. 13 a.
O EXPRESSO DE VON RYAN

XENON 368480

Av. da Liberdade, 9

Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
- N. ac. men. 18 a.
NOVA IORQUE 1997
2.ª Semana

outros cinemas

Lisboa

CINE-ESTÚDIO ACS - «Caçada dos Duros», às 21.15 (13 anos)
ALFA-1 - «Porky's», às 21.30 (13 anos)
ALFA-2 - «Morte ao Sol», às 21.15 (13 anos)
ALFA-3 - «Opção Final», às 21.45 (12 anos)
ZODIACO - «O Expresso da Meia-Noite», às 21.30 (18 anos)
QUINTETO - «O Homem das Pistolas de Ouro», às 21.30 (13 anos)
OLÍMPIA - «Fantasias Sexuais», sessões permanentes (18 anos)
CAPITÓLIO - «Massagista Sexual», às 21.00 e 21.00 (18 anos)
RESTELO - «A Tempestade», às 21.30 (13 anos)
ROYAL - «Big Boss, o Implacável», às 21.30 (18 anos)
CINEMATECA PORTUGUESA - «Le Signe du Lion», às 21.30 (18 anos)
PROMOTORA - «Beldades Selvagens de Ibiza», às 21.30 (18 anos)

Linha de Cascais

ALGÊS: Stadium, «Assalto a 13.ª Esquadra», às 21.30 (18 anos); **PAÇO DE ARCOS: Chaplin**, «Estado de Guerra», às 21.15 (13 anos); **OEIRAS: Oeiras-Cine**, «Hurt Music War», às 21.15 (13 anos); **ESTORIL: Casino**, «Scanners», às 21.30 (18 anos); **S. JOÃO DO ESTORIL: Cinelandia**, «E. T. O Extraterrestre», às 21.15 (6 anos); **CASCAIS - Oxford** - «Dina e Django», às 21.30 (13 anos)

Linha de Sintra

AMADORA: Cine Plaza, «As Freiras de Santo Arcangelo», às 21.30 (18 anos); **AMADORA: Lido**, «Caça à Terrorista», às 21.30 (12 anos); **AMADORA: Cines-túdio**, «Gandhi», às 21.30 (13 anos); **CACÉM: Cine-Estúdio Flores**, «Carambola», às 21.30 (13 anos); **MEM MARTINS: Cine Chaby**, «Shaolin Desafia Ninja», às 21.30 (13 anos); **SINTRA: Carlos Manuel**, «Absolvição», às 21.30 (13 anos); **ERICEIRA: Cine-Estúdio**, «O Grande Mestre dos Lutadores», às 21.15 (13 anos).

Outra banda

ALMADA - Cine-Estúdio - «Conflito de Gerações», às 21.30 (13 anos)

ALMADA: Cineestúdio, «Tragédia de Um Homem Ridículo», às 21.30 (13 anos); **ALMADA: Incrível**, «Tragédia de um Homem Ridículo», às 21.15 (13 anos); **ALMADA: Academia**, «Afinal Eles São Elas», às 21.15 (18 anos); **TRAFARIA: Pavilhão Jardim**, «Malícia», às 21.15 (18 anos); **COSTA DE CAPARICA - Silcine** - «O Exterminador», às 21.30 (18 anos)

Porto

TERÇO - «O Último Tango em Paris», às 21.30 (18 anos)
LUMIÈRE - Sala A - «Bom Povo Português», às 21.30 (13 anos)
LUMIÈRE - Sala L - «007, Missão Ultra-Secreta», às 21.45 (13 anos)
SÁ DA BANDEIRA - «Meias Pretas», às 21.30 (13 anos)
RAIONE - «Grease II», às 21.30 (13 anos)
BEBÉ - «Blade Runner», às 21.45 (13 anos)
ÁGUIA - «O Xerife Quebra-Ossos», às 21.30 (13 anos)
CHARLOT - «La Boum», às 21.30 (13 anos)
OLÍMPIA - «Petróleo em Chamas», às 21.30 (12 anos)
PASSOS MANUEL - «O Passageiro da Chuva», às 21.45 (18 anos)
RIVOLI - «O Tesouro das Piranhas», às 21.30 (13 anos)
JÚLIO DINIZ - «Superman», às 21.30 (13 anos)
TRINDADE - «Tootsie», às 21.30 (13 anos)
PEDRO CEM - «A Vítima n.º 4», às 21.30 (13 anos)
SÃO JOÃO - «O Comboio dos Duros», às 21.30 (13 anos)
FOCO - «Porky's», às 21.30 (13 anos)
BATALHA - «Tiger Joe», às 21.45 (13 anos)
COLISEU - «Porky's», às 21.30 (13 anos)
VALE FORMOSO - «Duelo de Fogo entre Django e Sartana», às 21.30 (13 anos)
ESTÚDIO - «O Roubo de 1 Milhão de Dólares», às 21.30 (13 anos)

Lisboa

PERMANENTE

ALTO PINA: Eusil - Rua Barão Sabrosa 104 (Telef. 841912); **ALVALADE: Roma** - Av. Roma 85 B (Telef. 772466); **BAIRRO ALTO: Labor** - Rua Diário Notícias 73-83 (Telef. 323428); **CALVÁRIO-ALCANTARA: Lupi Noqueira** - Rua José Dias Coelho 4 (Telef. 631635); **CAMPOLIDE: Imparcial** - Rua General Taborada 28-30 (Telef. 680931); **CHELAS: Banha** - Est. de Chelas 173-175 (Telef. 382241); **ES-TEFÂNIA Universal** - Rua Actor Taborada 5-7 (Telef. 544158); **BENFICA - IGREJA-CEMITÉRIO: Lisboa** - Rua Cláudio Nunes 73 A (Telef. 730393); **MARQUES POMBAL: Ribeiro & Castro** - Rua Brancamp 52 C (Telef. 543409); **MARTIM MONIZ: Tavares** - Rua da Palma 194; (Telef. 863350); **OLIVAS SIL: Higiene** - Rua Cid. V. Cabral 43 (Telef. 310026); **PAMPULHA: Hospital da CUF** - Calç. Sacramento (Telef. 609111); **ALGÊS: Miramar** - Rua Ernesto da Silva 83 (Telef. 2112048); **BRANDOA: Correia** - Est. Principal Lote 172 (Telef. 993148); **ODIVELAS: Catela Tavares** - Rua prof.

teatros

Lisboa

BAIRRO ALTO - «Mariana Espera Casamento», às 21.30 (13 anos)
VARIADADES - «Há mas São Verdes», às 20.30 e 23.00 (18 anos)
D. MARIA II - «Longa Viagem para a Noite», às 21.00 (13 anos)
TEATRO ABERTO - «O Suicidário», às 21.30 (13 anos)
COMUNA - «A Castro», às 21.45 (13 anos)
ABC - «E Sempre a Votar», às 20.30 e 23.00 (18 anos)

Porto

TEP - «Floriana ou a Perfeita Felicidade», às 21.30 (13 anos)

REFORÇO

AREIRO - APEADEIRO: Chinde - Rua Agostinho Lourenço - B (Telef. 890331); **CAMPO D'OURIQUE: Castro Fonseca** - Rua 4 de Infantaria 28 A (Telef. 688857); **CAMPO PEQUENO - AVENIDA DE ROMA: Galeno** - Av. O. Monteiro Torres, 38-A (Telef. 774920); **CARNIDE: Leal de Matos** - Rua Neves Costa 33-35 (Telef. 780181); **IGREJA DE ARROIOS-CHILE: Oriental de Lisboa** - Rua Alves Torgo 2 B (Telef. 545079); **JERÓNIMOS: Remisto** - Rua dos Jerónimos 14 C (Telef. 631699); **LUMIAR: Patuleia** - Alm. Linhas Torres 262 B (790332); **PAMPULHA-JANELAS VERDES: Nazarário Pinto** - Rua Presidente Amaga 39 (667460); **SAPADORES: Branquinho** - Rua dos Sapadores 87-89 (Telef. 842725); **SÃO SEBASTIÃO: Sa da Bandeira** - Rua Marq. Sá Bandeira 36-42 (Telef. 554672); **SÉ: Santa Luzia** - Rua da Saudade 2 B (Telef. 869831); **TIVOLI-RESTAURADORES: Galénica** - Rua das Pretas 12-14 (Telef. 322588); **BURACA: Vaz Martins** - Rua António Ferro 6 A (Telef. 970660) **OLIVAL BASTO: Nova** - Rua Açores 11 A (Telef. 910305); **PONTINHA: Cruz Correia** - Est. Santo Elói 41 A (Telef. 992453); **PRIOR VELHO: Matos** - Tv. Prioras (Telef. 2519939).

Linha de Cascais

TIRES - Guimarães - L. Duarte, Lote A-r/c (Tel. 2441616) Até às 22 horas; **ALCABIDECHÉ** - Carvalho - B. João P. Corr., 40-B (Tel. 2690363) Até às 22 horas; **PORTO SALVO - Ferreira Bastos** - R. D. Firmino Reb., (Tel. 2421015) Até às 22 horas; **CAXIAS - Nova** - R. Bernardino Ribeiro, 1-A (Tel. 242839) Permanente; **CARCAVELOS - Central** - R. 5 de Outubro, 25 (Tel. 2470037) Permanente; **S. DOMINGOS DE RANA - Godinho da Silveira** - Av. Saboia, 29-B (Tel. 260085) Até às 22 horas; **MALVEIRA DA SERRA - Luz** -

farmácias

Até às 22 horas; **OEIRAS** - Alcântara Guerreiro - P. Residencial dr. Augusto Castro, Lote 10 (Tel. 2430691) Até às 22 horas; **PARADE** - Macau - R. J. Elias Garcia, 42 (Tel. 2471785) Permanente; **SASSOEIROS** - Amaral Semblano - Quinta das Encostas - Até às 22 horas; **AMOREIRA** - Abrantes - Viv. Maria - Carlos Anj. (Tel. 2682313) Até às 22 horas; **ESTORIL** - Parque - Arcadas do Parque, 3 (Tel. 260191) Até às 22 horas; **CASCAIS** - Misericórdia - R. Regimento 19,41 (Tel. 280141) Permanente.

Outra banda

ALMADA - Macedo Henriques - R. Bern. Francisco Costa, Lote 1 (Tel. 2751297) Permanente; **COVA DA PIEDADE** - Cerqueira - L. 5 de Outubro, 18 (Tel. 2750254) Até às 22 horas; **LARANJEIRO** - Moderna - R. dr. António Elvas, 8-A (Tel. 2290305) Até às 22 horas; **COSTA DA CAPARICA** - Higlónica - Av. da República, 23 (Tel. 2400020) Até às 19 horas; **SESIMBRA** - Leão - Av. da Liberdade, 13 (Tel. 2233471); **BARREIRO** - Avenida - Av. Alfredo da Silva, 88 (Tel. 2073212) Permanente; **AMORA** - Duarte Ramos - R. Bafatá II-Loja 30-Cruz de Pau - Até às 22 horas; **SEIXAL** - Soromenho - R. Paiva Coelho, 38 (Tel. 2213560) Até às 22 horas; **MONTEJO** - Moderna - R. Buihã Pato, 60 (Tel. 2310156); **MOITA** - União Moltense - Av. dr. Teófilo Braga (Tel. 239025); **ALHOS VEDROS** - Gusmão - R. Cândido dos Reis, 30 (Tel. 204020); **ALCOCHETE** - Gameiro - L. António Santos Jorge, 15 (Tel. 234100); **SETUBAL** - Saião - Av. da Portela, 55 - Permanente; **TAVARES DA SILVA** - R. das Galvotas, 68 - Até às 22 horas.

Linha de Sintra

AMADORA - Melo - P. D. João I, 9-B (Tel. 932756) Permanente; **Central** - Av. Cardoso Lopes, 25 (Tel. 932210) Até às 22 horas; **DAMAIA** - Lemos - R. de Goa, 21-A (Tel. 971121) Até às 22 horas; **QUELUZ** - André - Av. Elias

Garcia, 151 (Tel. 950043) Até às 22 horas; **CAMARATE** - Batalha - R. Avelino S. Oliv., 5 (Tel. 2518669) Até às 19 horas; **CACÉM** - Garcia - Av. dos Missionários, 2 (Tel. 9242181) Permanente; **MEM MARTINS** - Quimila - Est. de Mem Martins, 285 (Tel. 9210012) Permanente; **MERCÊS** - Claro Russo - R. Abade Faria, 2-A (Tel. 9215275) Até às 22 horas; **RINCHOA** - Cargaleiro Lourenço - Até às 22 horas; **CO-LARES** - Abreja - (Tel. 9290088); **S. PEDRO DE SINTRA** - Valentim - (Tel. 980456) Permanente; **MOSCAVIDE** - Varela - Av. Moscavide, 44-B (Tel. 2518520) Permanente; **SACAVÉM** - Maria - R. Salvador Allende, Lote 2 (Tel. 2514369) Até às 22 horas; **LOURES** - Sálvia - Av. da República

Propriedade, Composição e Impressão:
RENASCENÇA GRÁFICA, SARL
Administração, Redacção, Publicidade
e Serviços Técnicos:
RUA LUZ SORIANO, 44 - 1200 LISBOA
TELEFONES: 321154/5 - 320271/2/3
Publicidade: 368740
Serviço de noite (depois das 21):
Porteiro: 321154
Redacção: 320271/2/3

Depósito Legal n.º 1426/82
Endereço Telefónico DIBOA
Telex 12363 LISBOA PORTUGAL
DELEGAÇÃO DO PORTO
Rua do Almada, 30-2.º - 4000 PORTO
Telefones: 20954/5
Distribuição: INTERPRESS
Rua do Norte, 115-1.º - 1200 LISBOA
Telefones: 322100-322204-320784



MARÉS DE HOJE
PREIA-MAR BAIXA-MAR
6.53 1.3 m
13.23 3.0 m 19.14 1.3 m
DIA 22

1.46 3.6 m 7.38 1.2 m
14.12 3.7 m 20.00 1.2 m
TEMPERATURA DO AR
AS 6 HORAS

VIANA DO CASTELO	18°
BRAGANÇA	12°
VILA REAL	13°
PORTO	17°
COIMBRA	17°
CABO CARVOEIRO	17°
PORTALEGRE	14°
LISBOA	17°
ÉVORA	16°
BEJA	16°
FARO	17°
SAGRES	18°
PONTA DELGADA	15°
FUNCHAL	19°

tempo

PREVISÃO DO TEMPO
PARA AMANHÃ

Céu geralmente pouco nublado; vento fraco, soprando moderado de noroeste na costa ocidental durante a tarde; neblina ou nevoeiro pela madrugada e princípio da manhã.

últimas

DEZENAS DE TRABALHADORES vão ficar no desemprego durante alguns meses, devido ao fogo que ontem destruiu parcialmente a fábrica de plásticos e fibras denominada «Fiviplast», situada em Perosinho (Gaia). O sinistro começou na secção de tecelagem e propagou-se a outras secções, destruindo diversas máquinas o que vai afectar nos tempos mais próximos a laboração da empresa.

FURTO NA CADEIA DE MONSANTO a que serão estranhos os reclusos, pois as suspeitas apontam para dois menores de 14 e 15 anos. Terão entrado por escalamento na sede do Grupo Desportivo do Pessoal da Cadeia de Monsanto cujas instalações funcionam em anexo ao estabelecimento prisional e dali furtaram o dinheiro em caixa, escassos 7 contos bem como o tabaco avaliado em 8 mil escudos. Os menores tinham sido vistos a rondar o local mas ninguém os viu a actuar, tendo a Judiciária tomado conta da ocorrência, a pedido dos guardas prisionais ora roubados.

NO PALÁCIO DA JUSTIÇA NO PORTO começam amanhã os trabalhos do I Congresso Internacional de Medicina Legal do Porto. Estarão presentes especialistas do Brasil, Espanha, Hungria, Inglaterra, Itália, Estados Unidos e Portugal. Mais de 800 congressistas debaterão até ao próximo sábado diversas teses científicas.

Por outro lado, outras individualidades e funcionários dos ministérios da Justiça e dos Assuntos Sociais assistirão aos trabalhos.

Dez pessoas da mesma família intoxicadas com leite creme

Dez pessoas da mesma família estão internadas no Hospital de Oliveira de Azeméis, em consequência de terem ingerido leite-creme estragado. Segundo o «DL» apurou esta manhã junto daquele estabelecimento hospitalar, o estado de saúde de todos melhorou consideravelmente desde a altura em que ali deram entrada no domingo à tarde e «podem considerar-se livres de perigo».

Esta manhã, como nos foi dito, foi ainda internada uma criança de dois anos, Luís Miguel, neto de Delci de Jesus Santos, de 48 anos, que também se encontra hospitalizada juntamente com sete dos seus filhos e uma cunhada. O chefe da família, António José dos Santos, não chegou a ir ao hospital por não ter comido o leite-creme. A família reside no lugar da Costa, Cucujães, daquele concelho, e alguns dos elementos agora internados tinham tido já há um ano, um problema idêntico de intoxicação alimentar, mas dessa vez motivado por um doce igualmente estragado.

Delegação portuguesa apela à mobilização contra a instalação de armas nucleares

A delegação portuguesa à Assembleia Mundial pela Paz e a Vida Contra a Guerra Nuclear, que hoje se inicia em Praga, afirma numa declaração distribuída em Lisboa que os portugueses devem mobilizar-se para impedir a instalação de mísseis nucleares. A delegação sublinha que «é a própria sobrevivência de Portugal» que está ameaçada pela eventualidade de o País vir a ser abrangido pela instalação de um sistema de mísseis nucleares.

«A eventualidade de Portugal vir a ser abrangido pela instalação de um sistema de mísseis nucleares — lê-se na declaração — ou de servir de passagem e apoio à força de intervenção rápida, implicando o armazenamento ou trânsito de armas nucleares, transformaria o nosso País em alvo preferencial em caso de conflito».

Lembra ainda a declaração que nunca foi tão grande o perigo de uma guerra nuclear que, aparentemente «limitada» no seu início, acabaria por destruir a Europa e a humanidade.

A Assembleia Mundial pela

Paz e a Vida contra a Guerra Nuclear, começa hoje na capital da Checoslováquia. O comité preparatório da Assembleia, que terminou os seus trabalhos ontem, considera que as delegações compostas por «leaders» partidários e parlamentares, sindicalistas, cientistas, religiosos e artistas, entre outros «são representativos das ideias pacifistas de ambos os lados do Atlântico».

Entre as delegações mais numerosas contam-se as italianas, soviéticas, países escandinavos, Holanda, França e Portugal.

A delegação dos Estados Unidos integra mais de 100 elementos, incluindo 20 membros do Congresso e a da RFA é composta por deputados do SPD e dos verdes.

O programa da cimeira integra teses sobre os problemas da segurança e do desarmamento na Europa, para além de encontros específicos e reuniões por sectores de actividade.

A delegação portuguesa

Membros portugueses do CMP: Marechal Costa Gomes

(vice-presidente do CMP) Silas, Cerqueira (Membro da presidência do CMP), Alcina Bastos (advogada), Prof. Armando Castro (Economista).

Convidados Especiais: almirante Rosa Coutinho, dr. João Cabral (da cidade do Porto), Álvaro de França (escultor dos Açores), prof. Jorge Veiga (vice-reitor da Universidade de Coimbra), Eugénio de Andrade (poeta, da cidade do Porto).

Eleitos Municipais: Almeida Carrapato (advogado, membro da Comissão Nacional do Partido Socialista, membro da Assembleia Municipal de Faro, membro da Presidência do Conselho Português para a Paz e Cooperação), dr. Jorge Campos (presidente da Assembleia Municipal de Beja), prof. Fernando de Almeida (presidente-adjunto socialista de Peso da Régua).

Outros membros da presidência, direcção e secretariado: Gualter Basílio (membro da Comissão Nacional do Partido Socialista), Cunha Serra (inspector-geral dos TLP), Carlos Silva (membro do Secretariado do CPPC), Luís Metello

(gerente comercial, membro do Secretariado do CPPC), Duarte Vidal (jurista).

Movimento não às armas nucleares em Portugal: Helena Rato (economista).

Personalidades e comissões de Paz: Maria Estela Costa Gomes, dr. Otilio de Figueiredo (médico, de Vila Real de Trás-os-Montes), capitão-de-Fragata — Eugénio Cavalheiro (de Bragança, Trás-os-Montes), Fernando Paulouro (chefe de redacção do «Jornal do Fundão»), João Jorge de Almeida (comissão de Paz de Setúbal), Maria Irene Rico (Comissão de Paz do Barreiro), prof. Túlio Espanca (historiador de arte, medalha de ouro da cidade de Évora), João Madeira Lopes (advogado de Santarém) Maria Margarida Granheiro (professora, de Viseu), Beja Santos (publicista, Comissão de Paz de Lisboa), dr. João Falcato (médico, Comissão de Paz de Lisboa), Carlos Pessoa (advogado, Comissão de Paz de Lisboa), Luísa Ramos (Comissão de Paz de Lisboa), Maria Helena Serra (Comissão de Paz de Lisboa).

Outros movimentos e organizações: Leonor Santa Rita (Movimento Democrático de Mulheres), Laura Lopes (Movimento Democrático de Mulheres), Luísa Dias Amado (União dos Resistentes Antifascistas Portugueses), dr. Seabra Dinis (médico, Mov. Esperantista para a Paz), Delgado Rodrigues (investigador — organização dos investigadores científicos), Joaquim Lagoeiro (Associação Portuguesa de Escritores), dr. Moradas Ferreira (médico, Mov. de Médicos para a Prevenção da Guerra Nuclear), Sílvia Benamor Lopes (professora, Mov. dos Professores para a Paz), Maria de Lurdes Pinto Alves (Associação Católica GRAAL), rev. Diamantino Pinto Lemos (Conselho Português das Igrejas Cristãs — Protestantes), João Gabriel Assunção (Associação Portuguesa do Teatro Amador), Eunice Lopes (Conferência Cristã da Paz-Praga), dr. Frederico de Carvalho (cientista, investigador), Stella Piteira Santos (Mov. Portugueses Contra o Apartheid), Gil Manuel Ladislau (Comissão de Trabalhadores da Qumigal).

Material ilegal apreendido na RDP/Faro

“Atitude dos CTT não foi muito correcta” — acusa administrador da Radiodifusão Portuguesa

A Comissão Administrativa da RDP foi «apanhada de surpresa» com a apreensão de material por parte dos serviços radioeléctricos dos CTT no Centro da Radiodifusão Portuguesa do Sul/Faro — disse-nos esta manhã um dos seus elementos, Francisco Mascarenhas.

«A situação é ainda muito confusa para nós», acrescentou o mesmo administrador, que adiantou a decisão da CA proceder a «averiguações exaustivas com vista ao apuramento de responsabilidades, pois não sabemos quem é que apetrechou o centro desse material, nem porquê».

Francisco Mascarenhas não pôs de parte a hipótese de um gesto de boa vontade de alguém, por parte da RDP/Sul (Faro), consciente das dificuldades do emissor, mas realçou igualmente o facto de poder haver algo de «confuso e estranho» processo. Daí a abertura de um inquérito que esta manhã terá sido accionado na conversa que

teve com o director regional da RDP, em Faro. Na pior das hipóteses, este caso poderá ter repercussões disciplinares.

O administrador Francisco Mascarenhas considerou «menos correcta» a atitude dos Serviços Radioeléctricos dos CTT do Sul, pois «se tinham conhecimento de equipamento ilegal, clandestino, nos deveriam ter avisado para o desactivar ou procedermos à sua legalização». Disse ainda «pelo menos, teríamos já procedido a averiguações e evitado tudo isto».

O material apreendido no Centro Regional de Faro inclui diversos emissores de VHF instalados nas serras de Monchique, Fóia e S. Miguel, bem como no estúdio da RDP (Faro) em três viaturas do mesmo centro. Todo o material, segundo a Rádio Eléctrica do Sul dos CTT, funcionava ilegalmente. Esta opinião dos CTT ainda não foi contestada, que saibamos, pela RDP. Foi o acaso que há duas se-

manas colocou uma brigada da fiscalização das telecomunicações da Rádio Eléctrica do Sul com o funcionamento legal de algum material da RDP/Sul (Faro). Foi, com efeito, numa operação de rotina que técnicos dessa brigada depararam com uma antena ilegal na Fóia. De então até anteontem decorreram os preparativos para a «grande intervenção». De acordo com os CTT, o equipamento funcionava sem autorização de frequências — é essa a missão que compete às brigadas radioeléctricas.

A declaração da apreensão de material da RDP/Sul foi, entretanto, confirmada por técnicos dos CTT em Lisboa. Uma brigada procedente do Algarve e que ali se dirigia em serviço de fiscalização, disse ainda que se trata de equipamento de propriedade particular. O assunto vai seguir o processo normal de averiguações para esclarecimento integral da proveniência do equipamento e partilha de responsabilidades.

O corpo apresentava sinais de violência

Rapariga do Bairro Alto vitimada por “overdose”

A ingestão excessiva de drogas («overdose») terá sido a causa da morte de uma rapariga de dezasseis anos, Ana Cristina Sousa Vieira Lameira, encontrada no domingo já moribunda e seminha no quarto de cama do arquitecto José Carlos de Moura Gago da Silva, na Avenida Álvaro Cabral, à Estrela. Ana Cristina residia com a mãe na Rua da Rosa e trabalhava no restaurante «Oh Acácio» localizado na mesma artéria. No dia da sua morte fora vista acompanhada com um jovem louro nas proximidades do «Stella Maris de Lisboa» (Rua da Emenda), uma instituição que dá assistência a marinheiros de todas as nacionalidades. Momentos antes de ser transportada para o Hospital de S. José Ana Cristina ainda foi assistida na residência do eng. Gago da Silva, pelo dr. Ferreira E. Silva que lhe teria diagnosticado, em

princípio, um ataque de epilepsia, tendo-lhe injectado meia dose de «Valium» na veia e uma dose na nádega.

Embora fontes próximas da Polícia Judiciária avancem com a hipótese de «overdose», a mãe de Ana Cristina (a jovem abandonada os estudos na Escola Manuel da Maia), afirma que quando viu a filha na casa mortuária do Hospital de S. José esta tinha os pés cheios de sangue e uma mancha no peito, sinais evidentes de que tinha sido violentada.

Até ao fim da manhã, a Polícia Judiciária, que agurda os resultados da autópsia, ainda não tinha ouvido, ao que apurámos, nenhum suspeito nem tão pouco ouvido o arquitecto Gago da Silva nem o proprietário do restaurante «Oh Acácio», em cujo automóvel Ana Cristina teria dado «uma volta» na tarde da sua morte.

Rebentamento em Bilbao

Uma bomba de 1,5 quilogramas de clorata explodiu junto dos escritórios do «Bank of America», em Bilbao, País Basco.

A explosão provocou o estilhaço de janelas e prejuízos materiais reduzidos, de acordo com fontes policiais.

A colocação da bomba não foi reivindicada ainda por nenhum grupo.

Coincide com o início da viagem do presidente do governo espanhol, Felipe Gonzalez, aos Estados Unidos.